

## ATA 250 PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 20 dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quinquagésima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Antônio Hugo Bento – CMAS de Juiz de Fora,, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Isaura dos Santos Lopes – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, Diniz Natália Lisce Fioravante – Federação das APAES, Hermellis Messias Tirado – CMAS Campo Belo, Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo, Anédia Miranda de Farias – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes – SEAPA, Sara de Souza Campos - Secretaria de Estado da Saúde -SES, Ivone Pereira Castro Silva – COGEMAS, Cristiano de Andrade – SEDESE, Janaína Reis do Nascimento – SEDESE, Haiandra Pereira de Oliveira – CMAS Novo Oriente de Minas, Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, João Victor de Almeida Chaves – Seplag, Wilson de Sales Lana – SEF, os seguintes Conselheiros Suplentes: Elerson da Silva– Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, : Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Domingos Sávio de Araújo - CMAS de Belo Horizonte, Márcio Caldeira – Assprom, Marcio Alves Evangelista - CMAS Itabira, , Aloísio Soares de Lima Júnior – Cogemas, Claudia Maria Bortot Falabela – SEDESE, Geraldo Amarildo da Silva – Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, Daniel Santos da Cruz – Movimento Nacional de População de Rua, Dayane Arantes Castro Alves – Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileiro, Laureci Alves de Paula – Movimento Graal no Brasil, Denise Vilela Silva – Conselho Regional de Psicologia – CRP, Luanda do Carmo Queiroga – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Luciana Alves de Melo – Secretaria de Estado de Educação – SEE, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues, Carla Nesia Silva Duarte, Participaram desta plenária como convidados: Secretária Elizabeth Jucá - SEDESE Joana Horta – SEDESE, Bruno - Usuario. PRESIDENTE RODRIGO: Bom dia a todas e a todos. É com muita emoção que eu pego pela última vez esse microfone para iniciar essa plenária. Me desculpe se em algum momento, como diz a música, por acaso eu chorar, né? Quem me conhece sabe que eu sou assim. Chamo a atenção dos Conselheiros hoje para toda vez que for pronunciar no microfone dizer o nome e a representação, e dizer primeiro fora do microfone, porque nós temos hoje a honra de receber o usuário Bruno. É um militante da política de assistência e é deficiente visual. Então precisa se localizar espacialmente. Seja bem-vindo meu amigo Bruno. A gente vai, se Deus quiser, mobilizar para que você consiga vir para esse CEAS uma hora. Está formando em Serviço Social também, está

formando em Ciência Social. E aí, gente, eu não vou me alongar muito, nós temos hoje uma pauta muito cheia, mas eu queria muito agradecer. Eu pedi para que todas as Secretarias Executivas estivessem aqui, não sei se estão todos aqui, mas eu peço que todos que estiverem fiquem de pé, por favor, e atentos aqui que eu veja, Secretaria Executiva, todas as Secretarias Executivas. Gostaria de pedir para Vera, Regina. Não estou vendo o Ângelo aqui. Gostaria de pedir uma salva de palmas para essas pessoas. Vocês que operacionalizam nossas loucuras aqui dentro, então sem vocês nada seria possível. O trabalho, eu acompanhei por dois anos como Presidente e um pouquinho antes como Conselheiro, o trabalho intenso, e minha vida de controle social começou antes, lá no município, e aí eu sei como que é difícil ser Secretário Executivo, como é difícil compor a Secretaria Executiva, como é trabalhoso, então eu queria fazer jus e honrar vocês neste momento. Agradeço muito todo o acolhimento que vocês me deram. Eu agradeço muito o acolhimento e a confiança que todos os Conselheiros me deram durante todo esse tempo. A sociedade civil, em especial, por ser da sociedade civil. Ao governo, pela parceria. Conseguimos parceria mesmo. Conseguimos, estava dizendo aqui, quebrar alguns paradigmas, conseguimos avançar bastante com diálogo, com respeito, com divergências. Não concordamos mesmo com tudo, mas vamos avançar, porque o SUAS é maior do que nós, e tem que ser assim. Então nós conseguimos avançar bastante, conseguimos implantar questões importantes nesse conselho. Não senti, em momento nenhum, o desafio, uma muralha, ou ter que ficar me desgastando para convencer, muito antes, pelo contrário. A Beth, eu já disse isso para ela em alguns momentos, vou repetir aqui. Com todo o respeito, Beth, eu via você com uma... Na sua foto, uma pessoa sisuda, e eu falei assim: “Nossa, essa mulher deve ser brava demais”. Que coração, que parceria, e que honestidade. E que pessoa, assim, franca, objetiva. “Vou fazer, não vou fazer”. “Isso eu posso, isso eu não posso”. Isso é muito bom porque só atalha. Eu, que praticamente não tenho muita paciência para algumas coisas, uns “mimimis”, isso para mim... E a gente não tem tempo, o SUAS não tem tempo. As pessoas têm pressa, o usuário tem pressa das respostas. Dona Arlete uma vez falou, que entre um ofício sair do Ministério Público no momento lá na UAITEC, entre o momento do ofício sair do Ministério Público, chegar na mão do Secretário, chegar na mão do técnico, o técnico fazer a visita, voltar para o Ministério Público, o usuário já morreu ou então se era pra engravidar, já engravidou, já nasceu, já batizou, o menino já casou, o direito do menino foi violado e a gente não resolveu ainda. Então é preciso ter pressa, é preciso ter celeridade, é preciso ter responsabilidade. Nós aqui fazemos política de estado para 853 municípios. Aos que saem, meu agradecimento profundo. Caminharei em outras linhas agora, levando vocês, levando os aprendizados aqui. E aos que chegam, cheguem com parcimônia, cheguem com... Querendo estreitar essa parceria, ouvir. O SUAS não é feito sozinho, o SUAS não é um segmento. O SUAS é sociedade civil e governo. Trabalhador, usuário, entidade e gestão, dialogando a todo o momento. Não adianta, é uma corda que não pode ser tensionada, porque se ela arrebentar, quem cai é o usuário, quem cai é esse sistema. Então nós precisamos estar firmes, né, fazendo política. A partir de agora, quando vocês tomarem posse, Conselheiros, vocês não mais representam só os seus segmentos, vocês representam 853 municípios em Minas Gerais. Nós fazemos política de estado. A Consolação, logo que eu entrei aqui, me chamou a atenção em uma questão, falou assim: “Cuidado com o que se fala, principalmente publicamente. Porque o que você falar vira compromisso de Estado”. Então cuidado com o que nós

vamos publicar, cuidado com o que nós vamos falar: “Não eu vou resolver. Me dá aí que eu levo lá para o CEAS”. Pode trazer para ser discutido, mas cuidado com o que vai ser levado para fora. São compromissos de estado para 853 municípios. Nós podemos, através de uma fala nossa, causar uma crise governamental sem precedentes. E tem um trabalhão para resolver. Então, Conselheiros, cheguem para aprender, cheguem para ouvir. Gestão, continue nesse exercício de ouvir, continue nesse exercício de acolher. O acolhimento que eu recebi no primeiro dia que eu te conheci, Beth, e no primeiro dia que eu conheci você, Janaína, e externo o meu agradecimento também à Babi, que foi a primeira pessoa da SEDESE, dessa nova gestão que a gente conversou. Né, Consolação? Consolação. Para quem não sabe, estava exonerada e estava trabalhando ainda por compromisso político dentro desse Conselho, então leva o meu agradecimento a ela pelo acolhimento que recebemos. E espero que este pleno de fato consiga avançar no que a gente não conseguiu. E como eu disse na conferência, não conseguimos não é porque a gente foi conivente, ou porque a gente não quis fazer, é porque naquele momento, o que tivemos de ideia, o que tivemos de disponibilidade mental para fazer, o que tivemos de bagagem, de aprendizado, não foi suficiente para avançar mais. Mas avançamos. E vamos aprender cada vez mais. E contém com os que saem para poder contribuir. Sempre que preciso, nos chamem. A gente vem para dentro desse pleno para trazer nossas experiências, para trazer o contexto histórico que tem nesse conselho. As reuniões são abertas, então a gente pode vir. Convide que nós viremos para poder contribuir com o controle social. Então eu só tenho a agradecer. Passo a palavra, então, para a Secretária, e depois para a minha Vice-Presidente, tá, Vice-Presidente? Vou quebrar a hierarquia um pouquinho aqui. Passo para a Secretária para dar as boas-vindas. E obrigado, Secretária, por disponibilizar na sua agenda, tão concorrida, um momentinho para conhecer os Conselheiros novos e despedidos que chegam. SECRETÁRIA ELIZABETH JUCÁ: Bom dia a todos. Rodrigo, é um prazer estar aqui hoje. Você sabe que eu tive que dar uma ajeitada na minha agenda com o Governador, ele desmarcou. Graças a Deus ele desmarcou uma agenda com os secretários e eu pude vir aqui hoje, que era uma coisa que eu gostaria muito. Eu acho que essa questão da relação do executivo e conselho, todo mundo acha que ela é conflituosa. E ela não é. Nós fazemos parte deste grupo, nós somos uma das pernas. E o Hugo Bento, que já me conhece há um tempo, né, Hugo? Não fale quanto tempo, por favor. Eu acho que esse diálogo franco para a gente construir, que eu chamo de “pontes”, porque o nosso objetivo em comum é o fortalecimento do SUAS, é o que todos nós queremos, como sistema, e aí eu vou falar mais: nós não estamos trabalhando para 853 municípios, nós estamos trabalhando para 21 milhões de mineiros. Esse é um desafio muito grande. E assim, se nós fizemos um recorte, nós somos 7 milhões de pessoas no CadÚnico, então são essas pessoas que nós trabalhamos, é para isso. Mais do que município, sabe? Então a gente olha para esses mineiros, e são esses mineiros que nós temos que ter esse cuidado. E vocês todos têm um papel fundamental, porque a gestão do SUAS é feita pelo executivo, pela sociedade civil, pelas entidades. E esse, nós temos que fortalecer, a divergência é comum. Então... E assim, essa divergência é salutar, porque aí que a gente consegue enxergar coisas novas. Então nós não temos razão, vocês não têm. Nós temos que construir juntos essas pontes. E é por isso que aqui, nós estamos aqui, eu vim aqui, Rodrigo, queria... E você construiu pontes. Você foi muito bem, você construiu pontes. E falo para você: você pode estar saindo dessa cadeira, mas você

não está saindo do SUAS. O seu papel é muito fundamental. Então, você continua com a gente, tá? Eu acho que você vai ser muito importante para continuar com a gente. Os novos Conselheiros são muito bem-vindos, e para todos que estiverem saindo: vocês não saíram, vocês continuam com a gente. Vocês só mudaram de posição. Então, quem começa a militar no SUAS, sempre continua no SUAS. Então não pense vocês que vocês vão descansar, porque não vão, não. Vocês vão continuar militando. E é isso, essas pontes que nós queremos construir. Temos dificuldades? Temos muitas. Né? O SUAS também, ele é gerido pelas três esferas de governo, que é uma articulação que ela também, às vezes, é conflituosa, mas eu acho que a gente vem construindo pontes. Eu coloco aqui, inclusive para vocês, que eu não faço... Eu sou suplente na CIT, mas eu que tenho ido mais, porque a titular é a Secretária de São Paulo, e ela, nas últimas reuniões, eu que tenho ido. Mas eu vou em todas as reuniões do FONSEAS. Então, as demandas de vocês, para elevar para o nível Federal, me coloquem que eu levo. Eu acho que é assim que a gente conversa, dialoga. Então eu acho que temos um problema, vários problemas financeiros colocados nas três esferas de governo, que não é só o estado. O Governo Federal está sinalizando também com uma questão financeira grave, mas eu acho que a gente tem que conversar e construir essas pontes para não deixar esse sistema cair. Às vezes pode ser o que não seja o melhor, o ótimo, mas que a gente consiga o bom. Nós não podemos deixar cair para o regular. Então eu acho que essa construção conjunta, com todos vocês, que nós vamos fortalecer esse SUAS. Bem-vindo a todos os Conselheiros, e eu não vou dar tchau para os que estão saindo, porque eles vão continuar aqui, e você também, tá, Rodrigo? Muito obrigada. Ah, outra coisa. Eu tenho cara de brava e sou brava quando preciso. Mas a maioria das vezes, não sou não.

PRESIDENTE RODRIGO: Verdade. Janaína? CONSELHEIRA JANAÍNA: Obrigada, Rodrigo. Bom dia a todas e a todos. É um momento muito importante para a gente também, pensando na política de assistência social, ter todos nós aqui juntos, reunidos, nesse espaço, que é um espaço, né? A Casa de Direitos Humanos, que reflete o processo que a gente tem em comum, que é olhar para o fortalecimento da política de assistência social numa prerrogativa democrática, numa prerrogativa participativa. Então é um momento muito especial para todos nós estarmos aqui hoje, e eu queria também agradecer a Secretaria Executiva por todos os esforços, por acreditar, por trabalhar, por não dormir, e por fazer acontecer. Então a gente está aqui hoje, eu quero reforçar, né, o agradecimento que o nosso Presidente trouxe aqui para Secretaria Executiva, porque são de fato os executores do conselho, e são de fato as pessoas que estão ajudando a gente enquanto gestores da política de assistência a fazer com que o controle social também aconteça e seja fortalecido. Então, muito obrigada mesmo. Queria agradecer a nossa Secretária, Beth, por tudo. Não é nem... É por tudo mesmo. Eu acho que quando o Rodrigo traz essa questão do acolhimento, da abertura, isso vale inclusive para a equipe dela. Eu, como parte da sua equipe, tenho muito orgulho disso, de a gente abrir os desafios com transparência, com foco, com assertividade, e principalmente com excelência. A Beth é uma Secretária que ela não aceita menos que a excelência. Então foi uma trilha de aprendizado muito grande, e foi uma trilha de abertura em relação a como a gente fortalece a política de estado de assistência social aqui no estado de Minas Gerais. O estado de Minas Gerais é o berço do SUAS. A LOAS foi assinada por um Presidente que é mineiro, e a assistência social é uma política brasileira. Então eu me sinto muito feliz e honrada de poder estar aqui com todos vocês para que a

gente fortaleça o SUAS não só no estado de Minas Gerais, que o estado retorne nesse lugar de ser a vanguarda da assistência social, mas também fortalecer a assistência social no âmbito nacional. E aí eu queria também fazer um relato em relação a todos os esforços empreendidos mesmo nessa perspectiva do diálogo, do Pacto Federativo. A Beth trouxe essa questão de qual tem sido o papel dela em relação ao contexto nacional, e ela tem sido uma interlocutora em relação ao diálogo. Como que a gente estrutura essas pontes, né? Então, semanalmente, e eu digo até que diariamente, a Beth chama a gente, chama a equipe, me chama, chama o Cris, chama a Gabi. A gente é uma equipe horizontal, em que a gente está focado em encontrar soluções. E aí ela traz, né, pega todas essas questões, e de fato ela representa a gente no âmbito nacional. Então obrigada, Beth, de verdade. Eu sempre falo isso, né, que é... O que a vida... Eu aprendi isso aqui em Minas. Eu falo isso: "O que a vida quer da gente é coragem". Guimarães Rosa fala isso. E a Beth é uma pessoa que diariamente nos provoca a ter coragem e tem coragem de nos representar, então muitíssimo obrigada. E aí, nesse espírito de coragem, e a vida quer da gente é coragem, eu queria dar as boas-vindas aos Conselheiros da gestão 2020. Muito obrigada por estarem aqui. Reforço os pontos que o Rodrigo e a Beth trouxeram. A política de assistência social é uma política que é feita por todos nós diariamente, principalmente pelos gestores que estão nos territórios, que estão nos municípios. Então, não tem nova formação e antiga formação; somos todos gestores e atuantes e ativistas da assistência social. Então é só um reforço, um reforço. Se a gente tinha 20 Conselheiros, 40 considerando os suplentes, agora a gente tem um grupo maior de 80, que vai voltar para os seus territórios, que vai voltar para os seus municípios e vai fortalecer cada vez mais a assistência social. Então, eu queria agradecer a todos nós por essa coragem da gente colocar o SUAS em prática dia após dia, todo dia. Muito obrigada, e um excelente dia de trabalho para a gente. Obrigada. PRESIDENTE RODRIGO: Bem, voltando à Plenária. A pauta de hoje conta, então, com a abertura; justificativa de ausência; posse dos Conselheiros; eleição da mesa diretora; leitura do código de ética; calendário 2020; relatório pós-geração de energia; pendências CMAS, PCH Fortuna 2; resolução CEAS 685 e 686, Rede Cuidar. Almoço; roda de conversa; análise de conjuntura; encerramento e confraternização. De acordo, Conselheiros? Justificando a ausência, então, nós temos a Marleide Marques de Castro. Não expos o motivo. A Cecília de Araújo Carvalho em função de saúde. O pessoal de Pirapora leve para a Cecília, por favor, o nosso agradecimento e o nosso desejo... Ah, ela é de Paracatu, é verdade. Então tá. Mas fica aqui externado o nosso sentimento de melhoras para a Cecília. A Rosália, da Secretaria de Estado e Educação, né? Está por motivo de férias. A Soyla, também não colocou motivo, e a Gabriela de Almeida Loiola, do Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, em função de trabalho. Então, justificativas feitas, vamos, então, para... Noelle justificou por motivos de trabalho. Acrescenta aí fazendo o favor, Consolação. Justificou para você, Helder? Ah, colocou no grupo? Ah, tá. Obrigado, Helder. Patrícia. No microfone, Patrícia. CONSELHEIRA PATRÍCIA: A Denise, representante do CRP está a caminho. Teve um acidente. E aí ela vai atrasar em decorrência disso. PRESIDENTE RODRIGO: Então, iniciando o processo de posse dos Conselheiros, eu gostaria de pedir para que iniciasse aqui, pode ser... Tanto faz. O Conselheiro vai dizer o nome, a representação, rapidamente, tá? E aí, depois, nós vamos passar para a burocracia, tá? Vamos lá. CONSELHEIRA SANDRA: Sandra, CMAS, Montes Claros. CONSELHEIRO HUGO BENTO: Hugo Bento, CMAS, Juiz de Fora.

CONSELHEIRO LUCAS: Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paula.

CONSELHEIRO HERMELLIS: Hermellis, do CMAS de Campo Belo.

CONSELHEIRO ELERSON: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Élerson, eu sou da Cáritas Brasileira.

CONSELHEIRO MÁRCIO: Bom dia. Márcio Caldeira, Assprom, Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte.

CONSELHEIRO DANIEL: Bom dia a todos e todas. Bem-vindos e bem-vindas. Meu nome é Daniel Santos da Cruz, sou representante do Movimento Nacional da População de Rua.

CONSELHEIRA DAYANE: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Dayane. Estou como representante da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, conhecida como ADRA.

CONSELHEIRO CRISTIANO: Bom dia a todas e todos. Eu sou o Cristiano, represento o governo, SEDESE.

CONSELHEIRO MÁRCIO: Bom dia a todos e todas. Eu sou o Márcio, represento o CMAS Itabira.

CONSELHEIRO GERALDO: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Geraldo Amarildo, eu sou representante da Secretaria de Estado de Fazenda.

CONSELHEIRA SILVIA: Bom dia. Silvia Grácia, da Secretaria de Estado da Educação.

CONSELHEIRA LAURECI: Bom dia. Meu nome é Laureci, eu represento o movimento do Graal no Brasil.

CONSELHEIRA NATÁLIA: Bom dia. Eu sou a Natália, represento a Federação das APAE's de Minas Gerais.

CONSELHEIRA AIANDRA: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Aiandra, represento o Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas. Estou muito feliz de estar aqui e espero aprender muito com todos vocês.

CONSELHEIRA PATRÍCIA: Bom dia a todas e todos. Meu nome é Patrícia, eu sou trabalhadora do SUAS e represento o Conselho Regional do Serviço Social.

CONSELHEIRA LUANDA: Bom dia a todas, bom dia a todos. Eu sou Luanda, represento o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS.

CONSELHEIRO WILSON: Bom dia, meu nome é Wilson, também represento a Secretaria de Estado de Fazenda.

CONSELHEIRO ALOÍSIO: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Aloísio, e eu represento o Cogemas.

CONSELHEIRA ARIADNA: Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Ariadna, represento a Fasemig, Federação Sem Fins Econômicos de Minas Gerais. Sou de Pirapora.

CONSELHEIRA ANÉDIA: Meu nome é Anédia Miranda Farias, sou representante do fórum dos usuários de Belo Horizonte.

PRESIDENTE RODRIGO: Alguém ficou sem se apresentar? Não?

CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO: Meu nome é João Crisóstomo, represento aqui a União das Associações de Pirapora e sou de Pirapora.

CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ: (Trecho incompreensível \_ fala indígena) Bom dia a todos. Sou o Irajá, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. E estou aqui para mais uma etapa.

PRESIDENTE RODRIGO: Ok. Obrigado, Conselheiros. Vou pedir, então, a Secretaria Executiva para fazer a leitura do Termo de Posse, para que a gente possa, então, iniciar o processo.

SECRETARIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO CIFANI: Bom dia a todos e todas. Eu vou fazer, então, a leitura, e a Paula vai me ajudar, que ela vai estar com o termo. À medida que eu for lendo o nome aqui, ela vai à pessoa para assinar. No final, que todos assinarem, passa a assinatura ao Rodrigo e à Secretária.

PRESIDENTE RODRIGO: Levanta a mão para a Paula identificar vocês, tá, gente? Facilitar para ela.

SECRETARIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO CIFANI: Então vamos lá. São dois termos, tá, gente? Um é relativo aos eleitos na 13ª Conferência, e outros da questão de Conselheiros Governamentais. Termo de posse. "Aos vinte dias do mês de dezembro de 2019, na 250ª Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG, ocorrida no 4º andar da Casa de Direitos Humanos, na Avenida Amazonas, 558, Centro, o Presidente

do CEAS, no mandato 2017/2019, Rodrigo Silveira e Sousa, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, empossam os representantes da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social abaixo especificados para o mandato de 2019 a 2021, eleitos na 13ª Conferência Estadual de Assistência Social. Um: representante de entidades de usuários de assistência social em âmbito estadual. 1º titular, pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH, Anédia Miranda Farias. Segundo titular, pela Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras - ASQUIS, Isaura dos Santos Lopes. Mas ela não chegou ainda, né? Está ali? Ah, chegou agora. Primeira suplente, pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Apoinme Damião Braz, conhecido como Irajá. Segundo suplente, pelo Movimento Nacional da População de Rua, indicado, o Daniel Santos da Cruz, o nosso Conselheiro. Agora, pelos representantes de Entidades de Assistência Social de Âmbito Estadual. Primeiro titular, pela Federação das APAE's do Estado de Minas Gerais, Natália Lisce Fioravante Diniz. Segundo titular, pela Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais, Fasemig, Ariadna de Almeida Silva. Terceiro titular, pela União das Associações de Pirapora, Unapir. João Alves Crisóstomo. Quarto titular. Pelo Conselho Central de Curvelo, Sociedade São Vicente de Paula, Lucas Estevão Ribeiro da Silva. Que veio aí acompanhado de quase todo mundo do município. Primeiro suplente, pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Dayane Arantes Castro Alves. Segundo suplente, pela Cáritas Brasileira, Regional Minas Gerais, Élerson da Silva. Terceiro suplente, pela Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, Assprom-BH, Márcio Caldeira. Pelo movimento do Graal, quarto suplente, movimento do Graal no Brasil, Laureci Alves de Paula. Representantes de entidades representativas de trabalhadores da área de assistência social de âmbito estadual. Primeiro titular, pelo Conselho Regional de Serviço Social, CRESS-MG, Patrícia Carvalho Gomes. Segundo titular, o Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS de Salinas, Gabriela de Almeida Loiola, que justificou a ausência. Primeiro suplente, Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS, Luanda do Carmo Queiroga. Segundo suplente, Conselho Regional de Psicologia, quarta região, Minas Gerais, CRP, Denise Vilela Silva. Está atrasada, né, também comunicou. Representantes não governamentais dos Conselhos Municipais de Assistência Social, CMAS. CMAS, primeiro titular, CMAS de Campo Belo, Hermellis Messias Tirados de Campo. Segundo titular, CMAS de Juiz de Fora, Antônio Hugo Bento. Representantes governamentais dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Primeiro titular, CMAS de Novo Oriente de Minas, Aiandra Pereira de Oliveira. Segundo titular, CMAS de Montes Claros, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo. Primeiro suplente, CMAS de Belo Horizonte, Domingos Sávio de Araújo. Já chegou. Segundo suplente, CMAS Itabira, Márcio Alves Evangelista. Segundo termo. Aos vinte dias do mês de dezembro, da ducentésima quadragésima Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Minas Gerais, CEAS-MG, ocorrida no 4º quarto andar da casa de Direitos Humanos, na Avenida Amazonas, 558, Centro, o Presidente do CEAS, do mandato 2017/2019, Rodrigo Silveira e Sousa, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, empossam os representantes do governo. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, SEAPA, Cíntia de Oliveira Gomes. Acho que ela não chegou ainda. Secretaria de Estado de Planejamento, Mariane Macatto do Carmo, suplente. Também não

chegou. Secretária de Estado da Educação, Silvia Gracia Oliveira de Sousa. A Silvia está ali, titular. E a Rosália Aparecida Martins, a suplente, ela está de férias, ela justificou a ausência. Secretária de Estado da Saúde, Cláudia Aparecida Ciscotto, é titular. A Cláudia já chegou? E a Cláudia Hermínia de Lima e Silva. É suplente. Também não. PRESIDENTE RODRIGO: Conselheiras e Conselheiros, sintam-se empossados por este ato. Sejam bem-vindos, e façam tudo aquilo que já foi dito aqui. Atrelado a isso, vale dizer que o SUAS é um sistema único, descentralizado, participativo. E quando a gente diz “participativo”, é preciso entender que esses CEAS precisa de fato fortalecer as instâncias de controle social, que estão sob forte ameaça. Nós tivemos os decretos, o decreto revogando alguns conselhos, comissões, então é preciso dialogar, porque infelizmente nós temos, nos municípios, uma estrutura muito frágil, sobretudo do controle social. Então é preciso fortalecer esses conselhos no território, para que eles deixem de ser conselhos de bicicleta, deixem de ser conselhos *fake*, e passem realmente a ser conselhos efetivos, de controle social, e exerçam o papel de cogestor dessa política pública. Isso é importantíssimo nesse momento, é importantíssimo para a proteção do SUAS e para o avanço e para o diálogo, como a gente disse aqui. Então, o CEAS tem um papel fundamental nessa construção. Então eu espero que a cada dia mais nós publicamos uma resolução da caravana do CEAS. Eu espero que essa caravana saia do papel, que a gente consiga estar presente no território, que a gente consiga, de fato, através das nossas comissões, do nosso trabalho, e das possibilidades que esse trabalho ainda tem, e as tecnologias têm oferecido. Utilizamos muito a UAITEC, a gente pode utilizar ainda mais esse canal. E que a gente de fato consiga chegar cada dia mais no território. Também fizemos um curso, em parceria com a CGU. Este conselho participou da elaboração de um curso totalmente EAD sobre o controle social. Então vamos divulgar esse curso, esse link, para que... E vamos fazer, né? Os Conselheiros novos estão chegando. Mesmo quem já sabe, vamos dar uma atualizada nesse curso, vamos participar para ver. E até mesmo, participando, a gente vai poder ver o que a gente ainda pode melhorar. Então sejam bem-vindos. Você quer falar? SECRETARIA ELIZABETH JUCÁ: Então se sintam empossados, e sejam muito bem-vindos. Eu acho, eu já falei e falo mais uma coisa: eu concordo com vocês, o fortalecimento do controle social é essencial na política. Eu acho que é assim que a gente evolui e vai se fortalecendo como sistema. E a gente precisa fortalecer muito esse diálogo com as três esferas de governo, porque é um sistema. Não é fácil. É mais fácil você dialogar com uma pessoa, e nós estamos falando de dialogar com três esferas de governo, que para nós, que já somos governo é difícil, e para o controle é mais ainda. Mas nós temos que aprender e a fortalecer. Nós ainda somos... Começando a entrar na adolescência, né, no SUAS. Eu acho que o Sul já é mais fortalecido neste diálogo, nesse controle social, mas o SUAS tem que ser fortalecido quanto a isso. E vocês têm essa missão, muito grande, de fortalecimento do SUAS. Então sejam muito bem-vindos. PRESIDENTE RODRIGO: Microfone... Microfones abertos para quem quiser falar alguma questão. É, foi. Mas está certo, Conselheiro. Eu penso só... Não é tolhendo a fala de ninguém, vocês me conhecem, sabe que eu não importo de ficar aqui até 10 horas da noite, mas nós temos uma agenda extensa, uma programação. E é só o começo, né? Então peço que sejam breves, os Conselheiros que quiserem falar, por favor, levantem a mão. Fala o nome para mim. Hugo Bento. Então com a palavra, por favor, Hugo. CONSELHEIRO HUGO BENTO: Hugo Bento, CMAS Juiz de Fora. É que quando a Beth faz as ponderações dela até com muita propriedade, corrigindo até



o Presidente, falando que não são 854 municípios, 853 municípios, e sim 21 milhões, não é isso mesmo? De pessoas. Eu já havia conversado, conversei aqui com várias pessoas, da nossa preocupação do CEAS só se reunir aqui. Eu acho que seria, né, nós, que vamos estar iniciando, a partir... Hoje a gente fazer a eleição dos novos pares, quem vai estar na mesa, né, aquela coisa toda. A partir de janeiro, fevereiro, não sei quando nós vamos retornar, que vai propriamente dito começar os trabalhos. E eu gostaria que, se vocês pudessem estar enviando para a gente da possibilidade da gente fazer as planárias itinerantes, porque isso é de suma importância para nós que estamos no interior, ter o acesso do Conselho Estadual presente na nossa região. Porque não fica essa coisa fria. Eu saí lá de Juiz de Fora, sendo que a Zona da Mata tem 143 municípios. Eu não sei quantos municípios da Zona da Mata está presente aqui além de mim. E se a gente faz, pega o município lá na Zona da Mata, a gente vai contemplar aquelas pessoas, e assim, sucessivamente, e aí vai dar para a gente estar abrangendo todo o estado de Minas Gerais e vai ser tão bom, tanto para o nós, enquanto controle social, quanto para a administração. É isso que eu queria estar colocando para você... Tá bom? É isso. CONSELHEIRO DANIEL: Novamente bom dia, né? Meu nome é Daniel, faço parte do Movimento da População de Rua. O Movimento, como todos bem sabem, ele representa uma gama de pessoas em situação de rua na esfera municipal, estadual, nacional. A gente luta em várias frentes, então assim, eu não estou aqui para agradar a governo, não estou aqui para agradar nada. Eu estou aqui para lutar pelo direito da pessoa que muitas das vezes é excluída como pessoa, é excluída enquanto cidadão, é excluída até mesmo como ser humano. Existe lei e estatutos até para cachorro, mas quando se fala para a população de rua, tem que estudar, tem que sentar, tem que conversar, sendo que é ser humano igual aos outras. Então eu estou deixando claro os meus objetivos iniciais, que eu luto, eu represento 21 milhões de mineiros, mas também represento mais de 40 milhões de pessoas em situação de rua. PRESIDENTE RODRIGO: Mais alguém? Não? Irajá? CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ: Bom, eu não... Aqui agradecer, não vai para eu continuar, mas eu queria pedir a permissão de vocês para que eu possa ler uma nota de repúdio sobre os assassinatos dos indígenas do Maranhão. Essa nota foi feita da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a APIB, aonde também fui um dos Coordenadores Geral, de 2009 a 2012, aonde abrange as cinco regiões do Brasil. E assim, com a preocupação que nós vemos através dos assassinatos dos indígenas, não só no Maranhão, mas em outras regiões que acontecem no Brasil. Eu queria ler essa nota de repúdio, para que nós, nesse final de ano, os novos Conselheiros, os nossos amigos que estão ficando por aqui, onde construímos uma bela amizade. E aproveitar esse momento, da minha Secretária da SEDESE, né, conhecendo ela pela primeira vez aqui. Então, nota da APIB sobre mais um assassinato. "Mais um Guajajara foi assassinado. Ele tinha 15 anos e era filho de Lucélia Guajajara, onde foi assassinado no município de Amarante, localizado na terra Arariboia. A impunidade segue atropelando muitas vidas, e os discursos racistas nas tribunas seguem gerando novas vítimas. Além da força nacional como medida de emergência, precisamos urgentemente de políticas públicas adequadas para cessar essa perseguição. Precisamos de políticas públicas de inteligência e punição aos desmatadores, aos grileiros, aos garimpeiros, e todo o tipo de criminoso que se sente empoderado hoje para invadir nossos territórios. Terra essas que são direito assegurado pela Constituição Federal. Precisamos de políticas de fiscalização, eficiente e de fortalecimento dos órgãos indigenista. Mas, esse conjunto de

medidas que premiam os invasores, grileiros, como a medida provisória que trata de regularização fundiária no país, publicada no último dia 10, ou ainda esse conjunto de medidas que desmantelam os órgãos indigenista e ambientais. Precisamos de políticas de saúde que amparem os doentes e valorize a ciência, nossas tradições e saberes. Precisamos de uma educação diferenciada aos jovens, as crianças, aos filhos, sobrinhos e netos, com mais escolas indígenas e nossas comunidades e aldeias. Precisamos de investimento no PNGATI, Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, e nas políticas desenvolvidas sobre a liderança dos próprios povos indígenas. Seguiremos lutando, até que o último indígena seja mantido em pé, assim estamos fazendo a mais de 519 anos. Nossas vidas são prestação de serviço público para a humanidade. Somos aqueles que garantem o ar que você respira, a água que você bebe, o equilíbrio do clima e do planeta. Sem nós não haverá futuro para qualquer ser humano. Portanto, lutar pela vida indígena é lutar também por aqueles que você ama. Essa luta é de todos. Nós, trata-se de uma luta de classe, de gênero, de raça, e uma luta ambiental por direitos humanos pela vida. Precisamos de todos ao nosso lado nessa guerra. Que não tenha hora de acabar. Hoje é mais um dia de tristeza profunda cravada no peito seguindo o brandão do sangue indígena, nem uma gota a mais”. Só lembrando, gente, que o Orisvan foi esquartejado, um menino de apenas 15 anos. Começou por um defensor da floresta Guajajara, e depois foram mais dois indígenas, caciques, da região, assassinados brutalmente, covardemente. Então nós estamos passando por um momento tenso, até mesmo com esse discurso de ódio que foi plantado por esse governo, esse Governo Federal, aonde as terras indígenas seriam invadidas para diversas... Agricultura, pecuária, e invasões de garimpeiros. Então nós estamos sofrendo isso, né. Então eu queria deixar aqui para vocês essa nota de repúdio da APIB. PRESIDENTE RODRIGO: Eu peço a inclusão de ponto de pauta para os Conselheiros para que a nova Presidência coloque deliberação a assinatura de uma carta de apoio, tá? Só a título de referendo, estamos de acordo, Conselheiros? Ok. Então inclui isso na pauta e a nova Presidência coloca em deliberação. Ok? Márcio? CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ: Obrigado, Rodrigo. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Márcio Caldeira, Assprom. Eu queria aqui deixar os meus agradecimentos aos Conselheiros que estão deixando este mandato, né, e deixar aqui o registro de quanto foi importante essa convivência com todos, e todas as experiências que a gente conseguiu adquirir aqui neste conselho. É muito importante que a gente mantenha essa coesão dentro dos CEAS, com o objetivo da defesa de uma política de assistência social para o estado de Minas Gerais. Acho que é um legado que tem do Conselho, que passa para os novos Conselheiros que estão chegando. Os desafios que a gente tem pela frente, que são inúmeros, né? O compartilhamento dessas decisões entre sociedade civil e governo. Acho que são legados que a gente construiu nessa atual gestão que está encerrando hoje e que a gente pretende e precisa dar continuidade na próxima gestão. Porque a gente tem desafios imensos pela frente, e a gente precisa estar coeso nos nossos processos de decisão, nos nossos encaminhamentos, e na busca de alternativas para os desafios que vão sendo apresentados. Eu acho que esse é um legado que o CEAS sempre traz, é desse fortalecimento dessa unidade no processo. Unidade enquanto sistema e Sistema Único de Assistência Social. Então muito obrigado, Conselheiros, que estão deixando o papel de Conselheiro, mas continuam militantes na política de assistência. E aos novos, que estão chegando, estamos aí, juntos para a gente desbravar os desafios

que estão vindo pela frente, tá? Então a gente está sempre com um lema, né? “Tamo junto”, gente. Eu acho que esse é o ponto de convergência que a gente precisa estar buscando, estar juntos, sempre. Temos as nossas diferenças, mas sempre buscando uma unidade com o foco objetivo, que é o fortalecimento do sistema e a defesa da política. Contem comigo para que a gente possa fortalecer ainda mais a política de Minas Gerais, tá? Obrigado pela convivência dos Conselheiros que estão nos deixando, e muito bem-vindo aos novos Conselheiros, para que a gente possa realmente trabalhar em conjunto, tá? Muito obrigado. PRESIDENTE RODRIGO: Lucas. CONSELHEIRO LUCAS: Bom dia a todas e todos. Acho que, antes de tudo, é agradecer a todos que por essas cadeiras se passaram. Não só os que encerram um mandato, mas todos àqueles que por aqui passaram. E a nós, que nos achegamos, não vou desejar bons trabalhos, mas bons cuidados. Cuidados com a semente que já foi plantada e tenta sobreviver. Querendo ou não, os bons cuidados, querendo ou não é aquilo que a gente vai mais precisar, porque o SUAS, querendo não, é cuidar. Então, bons cuidados a nós. PRESIDENTE RODRIGO: Isaac. CONSELHEIRO ISAAC: Bom dia a todos e a todas. Isaac, (Trecho incompreensível). Só deixar as minhas boas-vindas aqui a todos os Conselheiros que estão chegando, e meus agradecimentos por terem aceitado participar, assim como agradeço aos que participaram comigo. Assim, pela ótima companhia, vou sentir pouca saudade de vocês porque eu vou continuar conversando, atuando no SUAS. Isso aí todos já sabem, só que também queria já trazer uma demanda do Fórum Estadual e do Fórum Nacional de Usuários do SUAS, uma demanda que foi fortalecida na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, que é de realizarmos um encontro dos usuários estadual no próximo... No primeiro semestre desse ano, então é importantíssimo. Sei que é difícil, mas é importantíssimo para a luta dos usuários pelo SUAS. Então fica já a demanda e estarei disponível para trabalhar com vocês na construção dessa realização enquanto fórum estadual de usuários, tá bom? Obrigado. PRESIDENTE RODRIGO: Secretária? CONSELHEIRA JANAÍNA: Eu vou pedir licença, que eu vou ter que me retirar. Inclusive a minha agenda era sair 10 horas, e eu já estou um pouco atrasada, que eu tenho uma reunião na Cidade Administrativa, mas eu não poderia deixar de agradecer a todos os Conselheiros que estão saindo pela dedicação ao SUAS, por essa luta de fortalecimento, que ela é de todos nós. E sejam bem-vindos os que estão chegando, mas que tenham a mesma força e o mesmo cuidar e acolhimento com as pessoas da nossa rede. Muito obrigada e bom trabalho a vocês todos. PRESIDENTE RODRIGO: Obrigado, Secretária. Consolação? SECRETARIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO CIFANI: Eu quero é agradecer, né, em nome da Secretaria Executiva. A nossa razão de existir é a existência do conselho, dos Conselheiros. Então nós estamos aqui para isso, para operacionalizar tudo, para dar o apoio técnico, administrativo, de tudo o que for necessário. Eu quero agradecer os Conselheiros que estão saindo, especialmente a você, Rodrigo, sabe? É o companheirismo, acho que é a paciência, o construir junto. Essa parceria é muito importante. O respeito. Aonde tem respeito já é o primeiro caminho da gente conseguir trilhar essa garantia também de direitos. Então é me colocar aqui à disposição, falar com os Conselheiros que estão saindo que estamos também à disposição de vocês. A amizade continua, a gente só vai aumentando essa rede de amigos, e aí a gente tem, desde o primeiro, né? Que eu estou aqui desde o primeiro mandato. Então é uma rede grande de amigos. Então conte comigo sempre. Desejo o melhor para todo mundo, que logicamente vocês continuem aí

a defender o Sistema Único por onde vocês passarem. E, Rodrigo, sim, especialmente, assim, de coração, fico muito emocionada. Foi um prazer muito grande trabalhar com você, ter você Presidência do conselho, no dia a dia, nesse apoio. E que é muito importante, gente, para a gente também que está desenvolvendo as ações no Conselho, ter perto a mesa diretora, né, Janaína, Rodrigo, todos, de apoiar também o serviço da gente, ouvir aquilo que a gente precisa para estar também exercendo da melhor maneira o trabalho da gente. Muito obrigado. Já com saudades, mas a gente vai se falar, você é um grande amigo. E obrigado. E aos que chegam, bem-vindos, e a gente vai se conhecendo. E o que precisar, a Secretaria Executiva está ao inteiro dispor de vocês. Obrigado. PRESIDENTE RODRIGO: Natália. CONSELHEIRA NATÁLIA: Bom dia. Eu queria agradecer a acolhida, falar que eu estou muito feliz em estar aqui. Acho que a palavra que define a responsabilidade, principalmente estando aqui no lugar que a Joanita ocupou com toda a experiência e sabedoria dela, e eu, muito disposta a aprender. Então estou muito feliz mesmo, e disponível para a gente construir esse trabalho, que eu tenho certeza que vai ser de muito aprendizado. Obrigada. PRESIDENTE RODRIGO: Ok. Então, neste momento, passaremos para a eleição da mesa diretora. Eu peço à sociedade civil que... Ah, você vai ler, né? Vai ter uma leitura aqui, espera aí. Do Regimento Interno. Como dar-se-á a eleição. Enquanto organiza, a sociedade civil vai se retirar comigo após a leitura para o terceiro andar, para que a gente então faça a discussão conforme o Regimento, e permanecendo no plenário o governo. SECRETARIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO CIFANI: Consolação. Isso é sempre importante, tá, gente? Na hora que pegar o microfone, a gente sempre fala o nome, tá? Porque na hora da degravação das atas, a pessoa tem que saber que é empresa, tem que saber quem estava falando. Então eu vou fazer a leitura de uma parte do Regimento Interno que se refere à eleição da mesa diretora. É o artigo 17 do nosso regimento, da sessão segunda da mesa diretora. "A mesa diretora, paritária de natureza colegiada, terá mandato de um ano, permitida uma recondução por igual período. Será composta por: Presidente, vice, 1º Secretário, 2º Secretário. Os cargos do primeiro ao quarto, que é esse Presidente, vice, primeiro e 2º Secretários, serão eleitos por dois terços de membros que compõem seu segmento. Segmento: o governo ou a sociedade civil, referendado pela plenária. Só poderão concorrer aos cargos que eu li os Conselheiros titulares. Na mesa diretora fica assegurada a participação de Coordenadores de Comissões Temáticas eleitos dentro dos membros titulares ou suplentes". Então a mesa diretora, esses quatro cargos só titulares, tá, gente. Como nós tivemos já dois mandatos consecutivos da sociedade civil, o mandato agora, de Presidência, é do governo. E é sempre assim: é Presidente, 1º Secretário, governo, Vice-Presidente e segundo (Trecho incompreensível). Agora, né, porque foi na gestão passada o inverso do que eu disse, ok? Então, os Coordenadores serão eleitos na próxima plenária, por quê? Aí eles são escolhidos, há uma divisão, né, da mesa diretora. Como ela é paritária, então dois Coordenadores para a sociedade civil, e dois para o governo. Então vai ser matéria de outra reunião. E o artigo 18, que é o que eu já expliquei, que é dentro do princípio da igualdade de oportunidades, adota o sistema de alternância entre governos e sociedade civil nessas... Do que eu já disse, do primeiro e o segundo. Então, para isso, também é de costume do conselho, o Rodrigo já falou, essa divisão. Como são eleitos os representantes do governo e da sociedade civil em seu segmento, há uma interrupção de plenária, aí o governo reúne com os seus, e sociedade civil, e depois retorna e cada um fala quem que foi eleito desses dois.

Então, para o governo, Presidência e 1º Secretário, sociedade civil, Vice-Presidente e 2º Secretário. Obrigado. PRESIDENTE RODRIGO: Vejam bem. Então, na próxima reunião, vai ser a questão das comissões, que aí vai ser apresentado as comissões e então vai ser feita a eleição. Então eu peço à sociedade civil, interrompe-se o plenário agora, peço à sociedade civil que me acompanhe ao terceiro andar para que a gente faça as discussões necessárias. O governo permanece aqui. (Não há nada registrado entre os minutos 00:55:13 até o minuto 00:56:41) PRESIDENTE RODRIGO: Sociedade civil, por favor, vamos descendo rápido, porque hoje o tempo está bem corrido. Vamos liberar a plenária aqui, por favor. (Não há nada registrado entre os minutos 00:56:49 até o minuto 00:58:57) INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Bom dia, então, novamente, aos Conselheiros de governo. Reforço as boas-vindas para esse primeiro momento bastante importante, e passo a palavra para o Cristiano, nosso Conselheiro e superintendente da Proteção Social e Especial, SEDESE. CONSELHEIRO CRISTIANO: Bom dia a todas e a todos. Bom, então a gente vai dar início aqui aos procedimentos para eleição dos dois... Para Presidente e 1º Secretário do Conselho Estadual. E aí, qual vai ser o encaminhamento? Primeiro eu acho que a gente precisa só verificar aqui os conselheiros titulares, ou em condição de titularidade, só para a gente poder anotar, que é a Ivone, não é isso? Janaína, Sandra, João Vítor. Tá, você é suplente? Aiandra? Tá. Aí só... Sandra? Tá. Aí só um encaminhamento importante, que é, assim, na eleição votam só os titulares, tá bom? Então João, o Geraldo, né? O suplente do Wilson. Então o Wilson que é o titular, né? A Silvia, a Aiandra, o Wilson, o Aloísio, né? Ah, suplente da Ivone, e o Sávio também, suplente, né? Então, em condição de votar aqui, a Ivone, Janaína e eu, né? Cristiano. Ivone, Janaína, Sandra, João, Silvia, Aiandra, Wilson e Cristiano. Correto? Então a gente vai dar início, e aí a gente já tem uma candidatura, que é a da Janaína, que é Subsecretária de Assistência, e aí, se houver outros candidatos, cada um vai se apresentar e falar um pouquinho a respeito da candidatura. E aí, depois que a gente fizer a eleição para Presidente, a gente faz para o 1º Secretário, pode ser assim? Tá. Então eu vou passar para a Janaína, que é a candidata que já tinha se manifestado, mas se tiverem outros candidatos, tem... Tá, vocês têm algum outro candidato para a Presidência aqui da representação governamental? Não? Janaína. CONSELHEIRA JANAÍNA: Obrigada, Cristiano. Obrigada, e bom dia a todos. Eu queria trazer alguns pontos, inclusive na prerrogativa de justificativa, sempre, e transparência, para esse exercício e essa decisão de colocar meu nome à disposição para a candidatura do processo, agora, para a Presidência. Então, ao longo do ano de 2019, como Vice-Presidente, foi um processo bastante importante. É uma prerrogativa a gente pensar dentro da democracia a questão de alternância. Então, como que a gente fortalece agora a atuação? Acho que um ponto que eu queria deixar bastante claro é em relação às entregas, às realizações, a luta que a gente conduziu juntos em 2019. Eu queria tranquilizar a todos sobre o meu papel enquanto gestora, administradora, e, principalmente, ativista do Sistema Único de Assistência Social enquanto política de estado. Enquanto política de fortalecimento para a gente olhar para uma realidade de justiça social. A gente está num contexto de gestão que a gente tem olhado muito para essas prerrogativas, e eu tenho trazido na prática como que o Sistema Único de Assistência Social pode sim estar no centro da tomada de decisão do governo. CONSELHEIRA JANAÍNA: (...) em dia. Ao longo de 2019 a gente viu esse exercício, que eu estou aqui para poder ajudar cada vez mais esse processo acontecer, e me colocar à disposição como uma

ponte de diálogo entre o controle social e o governo. A gente fez esse exercício ao longo de 2019, e essa minha prática, então a minha prática já está colocada. Entregamos e fizemos as conferências regionais. A conferência estadual, isso é um ato democrático, é o ato conferencial. A gente precisa do ato conferencial para garantir o controle social. A gente estruturou e conseguiu, com muitos esforços, inclusive da nossa equipe que está aqui o presente. Cristiano, Gabriela, Joana. Quem mais? Gisa. Guilherme. Dia e noite conseguimos entregar o processo do Rede Cuidar também. Então a gente tem essa boa notícia de que hoje, inclusive, a publicação saiu, então a gente garantiu hoje mais 11 milhões e 250 mil de recursos para as entidades socioassistenciais no estado inteiro. E 2020 é um ano bastante importante para a gente pensar a recuperação fiscal, mas principalmente orçamento e financeiro para a assistência social. Então contem comigo para isso, contem para a reestruturação na prerrogativa do Pacto Federativo. Como que a Secretária Beth, sendo nossa representante na União, e é... Nos ajudar nesse processo de a gente reestruturar o orçamento da assistência. E a gente, cada vez mais, trazer, enquanto gestores da assistência, esse lugar de honra e protagonismo, que os gestores municipais têm, porque são eles os executores de fato da política de assistência. Então contem comigo. Principalmente para esse processo de capacitação. Capacitação presencial, fazer a estruturação da política para que ela seja cada vez mais uma política para quem dela necessitar. Então é por isso que eu fiz esse exercício, e coloco o meu nome aqui à disposição para a gestão e para o mandato 2020. Tá bom? Muito obrigada. CONSELHEIRO CRISTIANO: Obrigado, Janaína. Mais alguém quer falar? Então eu acho que a gente podia votar, né? Então, quem concorda com a indicação da Janaína para Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, por favor levantem os... Eu ia falar crachás, mas isso não é um crachá, né? As plaquinhas. Então tivemos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 votos. Ah, meu Deus do céu. Tirar foto. Então oito votos, né? Então a Janaína, indicada, agora, nova Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Muito bem. Muito bom. Bom, agora a gente eleger o 1º Secretário. E aí eu gostaria de saber quem que se candidata para poder falar um pouquinho também. Temos candidatos? Ivone. Inove quer pleitear? Ivone, representando o COGEMAS, quer pleitear. Mais alguém? Então, Ivone, COGEMAS. CONSELHEIRA IVONE: Então, bom dia a todos. Primeiramente, Ivone, COGEMAS. Quero agradecer aqui, também é nessa oportunidade que o colegiado teve nessa gestão, né, tanto eu como Albísio, estando participando aqui, o quanto que a gente aprendeu aqui com esse importante espaço de democracia, que é o conselho. Eu quero dizer que para nós, do colegiado de gestores municipais de assistência social, qual nós representamos, né, todos os gestores municipais, acho que da grande importância de a gente estar ocupando essa vaga da 1ª Secretária da Mesa Diretora. Uma vez de a gente saber da importância que é essa Mesa Diretora, e o papel que tem o conselho estadual, a importância dele para a política do SUAS. Eu acho que o colegiado, por representar os gestores municipais, ele tem um papel importantíssimo também nesta Mesa Diretora de estar ocupando esta vaga. Então por isso eu estou aqui, colocando o colegiado e a minha pessoa, por enquanto, e a gente quer, de fato, unir aqui, com a Janaína, né, com essa construção, ainda mais do SUAS no estado de Minas Gerais, né? Eu acho que nós estamos alinhando muito os nossos passos, e sabemos profundamente o quanto que o colegiado, junto com a subsecretária no estado, pode fazer com o SUAS, ainda mais no estado de Minas Gerais. Então é nesse sentido que também nós queremos contribuir, tá, Janaína, o Colegiado, junto com a

Subsecretaria aí para que de fato as bandeiras do SUAS de fato sejam garantidas, tanto no estado de Minas Gerais, como também no Brasil. CONSELHEIRO CRISTIANO: Obrigado, Ivone. Então, vamos à votação. Quem vota na Ivone como Primeira Secretária do Conselho Estadual? Olha, unânime também, oito votos. Ivone, então, nova Primeira Secretária do Conselho Estadual de Assistência Social. Bom, eu acho que era isso, né? As outras duas vagas, então, como foi falado antes, estão sendo indicadas lá com os representantes da sociedade civil. Queria também aproveitar que eu estou com o microfone, agradecer, né? Todo mundo agradeceu mais cedo, mas também queria agradecer primeiro a Janaína, né? Pela indicação de vir participar do Conselho. Apesar de estar participando desse conselho já há alguns anos, mas é a primeira vez como Conselheiro, e foi um aprendizado, está sendo um aprendizado muito grande para todos nós, né? Como foi falado, é um espaço democrático, e é só através do diálogo, realmente, que a gente vai conseguir avançar naquilo que a gente quer avançar no Sistema Único. E queria mesmo agradecer a todos os que... Né? Não vou dizer que estão saindo porque continuam na militância, né? E para os que estão chegando também, boas-vindas. Espero que a gente tenha um ano muito produtivo. A gente vai estar sempre à disposição como estivemos esse ano para tentar construir o melhor possível para o Sistema Único junto com a parceria de todo mundo. Então eu agradeço. Obrigado. Então eu acho que estamos... Ah, o Helder quer falar. CONSELHEIRO HELDER: Helder, CMAS Pedro Leopoldo. Primeiro eu queria falar que para mim foi uma grande surpresa. Eu fui escolhido pelo Conselho, né, nesse mandato 2017 a 2019. Foi eu, Márcio, Rodrigo a estarmos presentes na primeira reunião com essa gestão. A princípio, a gente estava muito temerosos, né? Porque quando se fala, assim, em novo, né, e a gente fica pensando assim... Até mesmo com o cenário, na conjectura nacional, a gente estava temerosa em relação com qual rumo da assistência social em Minas Gerais. Minas Gerais sempre teve referência. Foi referência e ainda é referência de assistência em termos de política de assistência no Brasil, e aí a gente estava preocupado, né? Como que seria esse rumo da assistência. E, lembrando que a gente estava vindo de um cenário, ainda a gente está nesse cenário, e eu acredito que tenho esperança de que a gente vai sair desse cenário, de um cenário que foi decretado uma calamidade financeira no estado. E isso também com o piso mineiro sem chegar nos municípios, com várias pautas, assim, emergentes e urgentes. E ainda em relação à questão de Brumadinho, foi um fato, assim, que não pegou a gente de surpresa, né, já foi algo já anunciado. E tudo isso acontecendo, e a gente, assim: "Será que vão dar conta"? E eu não sei se todos sabem aqui, mas eu acho que isso tem que ser colocado, porque é do meu conhecimento, Janaína, o tanto que você brigou por esse Conselho. E isso me fez admirar ainda mais a Janaína, fez acreditar não só na Janaína, mas também na Elizabeth Jucá, porque a gente fica assim, né? Mineiro é desconfiado, né? Paulista chegando aqui, como é que é esse caminho? Não, ela simplesmente abraçou, ela lutou. Tem a questão da Conferência Estadual. Gente, vocês não fazem ideia do que estava sendo... Do que estava acontecendo. Eu, quando eu tive conhecimento de que a Janaína, ela, como ordenadora de despesa, ela assumiu, ela bancou e ela brigou, eu falei assim: "Não, gente, esse é o nosso nome mesmo", para defender o SUAS. Não estou puxando o saco nenhum, viu, Janaína? Pelo contrário. É mais de reconhecer mesmo, porque estávamos pensando assim: "Gente, será que esse governo vai estar alinhado com o Governo Federal?", que também não fez a convocação da... Fez a convocação da conferência ao Conselho Nacional, e depois, por uma

questão jurídica, acabou. “Não, revogou. Não tem conferência”. Não. A Janaína... Aí foi ela mesma. Ela, com a Elizabeth Jucá, com toda a equipe, brigando para que a Conferência Estadual acontecesse. Isso, não sei se todos conhecem, sabem dessa briga que foi, depois, se a Janaína quiser falar sobre isso. Mas assim, aí eu percebi que o controle social está em boas mãos. Muito obrigado pela confiança, viu, Janaína? Eu sei que não vai ser fácil. Temos desafios enormes, principalmente em relação à questão de financiamento. A gente sabe que questão da Rede Cuidar, ela chega, né, com 11 milhões, mas também chegam serviços, né? Chega serviço, chega estruturação, chega apoio técnico. E eu estou, assim, confiante de que vai ser um bom momento para o SUAS no estado de Minas Gerais.

CONSELHEIRO CRISTIANO: Obrigado, Helder. Pessoal, alguém mais quer microfone? Está aberto aí para comentários, falas. Wilson?

CONSELHEIRO WILSON: Bom, Wilson, Fazenda. Agradecer ao Helder. Agradecer a todos, mas em especial a pessoa do Helder, que foi uma referência, uma pessoa que deu tudo que tinha de melhor de si por esse conselho. Eu tenho certeza de que daqui dois anos ele vai estar aí de volta. E agradecer também a Janaína, o Cristiano, Ivone, Sandra, João, Márcio. Prazer. Geraldo, meu colega, que eu tenho certeza que vai estar cada vez mais ativo aí junto com a gente também. Enfim. Sejam bem-vindos, todos. Esqueci seu nome, desculpa. Aloísio. Sávio. Elogiar o Sávio pelo desempenho dele na Frente Mineira. Foi muito bonito. Foi muito bonito. Sabe? Eu fiquei, assim... Eu estive junto com vocês lá em Brasília através do Bruno e da Luciana, que está com ele... Luciana, me desculpa. Então assim, eles foram me mandando fotos, me contando o que estava acontecendo. E assim, porque eu cheguei a acompanhar o Bruno na última conferência, né, o rapaz. Então assim, eu, cada dia mais entusiasmado por estar aqui no CEAS, cada dia mais feliz. E assim, eu pretendo colaborar cada vez mais para que esse conselho realmente possa fazer ainda mais diferença na vida dos usuários. Tá bom, gente? Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, Wilson. Haiandra.

CONSELHEIRA HAIANDRA: Bom dia a todos novamente. Eu fico, assim, muito feliz, porque eu venho com a minha simplicidade de Novo Oriente de Minas, que é uma cidade pequena. Nós temos menos de 13 mil habitantes, então meu convívio é com pessoas da zona rural, com os usuários todos os dias. E estou muito feliz, é uma experiência nova participar de um conselho no âmbito do estado. Comecei a participar como Conselheira Municipal também tem pouco tempo, mas...PRESIDENTE RODRIGO: Convido a todos as Conselheiras e Conselheiros para retomar os lugares no plenário para fazermos a eleição da Presidência, da Mesa Diretora. Pois bem, agora sim, pela última, última vez que eu pego esse microfone hoje. Daqui a minutos, segundos, me retirarei da mesa, dando espaço, então, para uma nova Presidência, uma nova vice-Presidência. Desejo muita dedicação, muito trabalho, muita transparência, que dê tudo certo. Vai dar certo, não é? Porque, se der errado, quem vai sofrer são os usuários. Então eu desejo, de fato, que as questões postas por esse Conselho sejam de fato enfrentadas... Conselheiros, peço um pouquinho de atenção, por favor. Desejo muita tranquilidade, e contem comigo. Estou saindo com muita esperança, acreditando cada dia mais nessa política, acreditando que eu escolhi a profissão certa como assistente social que sou, né? Largando área de exatas, largando técnico em ambiente, largando engenharia ambiental para então dedicar a essa profissão que cada dia mais eu me emociono e apaixonado por ela. E cada dia mais militante nela. Não deixarei, como a Jucá disse. Continuarei no SUAS. Contem comigo. Precisando, estarei à disposição. Se algum esclarecimento de alguma coisa que eu não tenha feito, ou



tenha feito... Eu moro aqui pertinho, estou à disposição deste Conselho sempre que necessitar. Vou amolar demais ainda como município a Secretaria Executiva e a SEDESE, não me furto disso, os municípios precisam de vocês. Então, só agradeço. Então, dando nisso agora à eleição da Presidência, governo. Quem é o porta-voz do governo para indicar a Presidente Conselho ou o Presidente do Conselho? Cristiano? CONSELHEIRO CRISTIANO: Boa tarde a todas e a todos, de novo. Cristiano, SEDESE. Na eleição para Presidente, 1º Secretário do Conselho Estadual de Assistência Social, a gente teve a participação de oito Conselheiros titulares, mas também a presença de quatro suplentes, e os oito Conselheiros titulares votaram na Janaína como nova Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. E, como 1ª Secretária, Ivone, representando o COGEMAS, e Secretária Municipal de Cordisburgo. Só um detalhe, a votação foi unânime nas duas. Para Presidente e para 1º Secretário. PRESIDENTE RODRIGO: Ok. Obrigado, Conselheiro. Na sociedade civil deliberou-se, depois de bastantes ponderações também, nós fizemos um amadurecimento muito grande na sociedade civil, é um momento muito rico para nós que estamos nesse segmento de entender a política, entender as representações. Talvez por isso um pouco mais a demora. Peço já, antecipo pedindo desculpas à nova Presidente. Já vou passar o bastão, tá? A sociedade civil, então, elege, como Vice-Presidente, a Conselheira Patrícia, representando o Conselho Regional de Serviço Social. E como 2º Secretário, o Conselheiro João Crisóstomo, representando entidades. Então, neste momento, passo a Presidência para a nova Presidente Janaína. Obrigada a todas e todos e me retiro da mesa. PRESIDENTE JANAÍNA: Muito, muito obrigada. Presidente Rodrigo. Eu quero reforçar isso, porque se for o nosso... Foram 12 meses de extrema parceria, porque é melhor para o Sistema Único de Assistência Social. Então eu queria agradecer, reconhecer e dizer que eu aprendi e aprendo muito com você. E aprendo muito com cada um dos Conselheiros, que somos Conselheiros, né? Teve a questão do mandato, mas como eu falei hoje de manhã, nós estamos Conselheiros, porque somos representantes democráticos, da democracia participativa e do Sistema Único de Assistência Social. Então muito obrigada, eu estou muito feliz de estar aqui, e eu queria agradecer e pedir uma salva de palmas para nosso querido Rodrigo, Secretaria Executiva, Conselheiros. Muito obrigada, de verdade. De verdade. E a gente segue junto. Conte com a nossa mais pura verdade, empenho, força, luta, para a gente colocar o SUAS adiante, tá bom? Eu queria só trazer essa palavra de agradecimento bem breve, parabenizar a Patrícia, eu te admiro muito, muito. Aprendo muito com você. Ao longo dos últimos 12 meses, em vários momentos eu vi que você foi extremamente batalhadora, aguerrida pelo que precisava ser feito. Eu admiro isso. E eu quero trazer que esse nosso processo, assim como a gente teve um processo, Rodrigo, Consolação, de a gente lutar pelo SUAS juntos, eu quero trazer isso e colocar, registrar inclusive em ata. Conta comigo para gente fortalecer o SUAS. E a gente vai trabalhar juntas, de mãos dadas. Concordando, discordando, fazendo o que é necessário para o SUAS avançar, que esse é o nosso papel. Tá bom? Então eu queria te dar os parabéns, dar os parabéns para a Ivone, nossa 1ª Secretária. Também muito merecido. Aguerrida também. João. João, você nos representa, viu? Eu fico muito feliz. Eu fico muito feliz da gente ter essa composição tão representativa como ela é. Ter a Patrícia como representante dos trabalhadores, ter a Ivone como gestora municipal e trabalhadora da assistência, representante do COGEMAS, e ter o nosso querido João, representando de fato os usuários, as entidades, a realidade da assistência. Então, acredito que

aqui a gente vai poder fazer com que a assistência de fato seja, como o Helder trouxe aqui, né, Helder? Obrigada. Cadê o Helder? Obrigada por esses agradecimentos. E aí, justamente isso, né? O que traz a canção aqui. Todas as diferenças em um único sentido, um sistema único. Não faz mais sentido o velho assistencialismo. Hoje é tempo do SUAS, tempo de inclusão. Para ninguém ficar de fora, é hora de construção. Me tocou demais. E eu acho que é essa a representação que a gente está aqui, juntos. Então o meu muito obrigado, e contém com a gente de verdade para a gente fazer com que essa música, ela seja uma canção e ela seja a realidade do SUAS no estado de Minas Gerais. Muito obrigada mesmo. Passo a palavra para a nossa Vice-Presidente Patrícia. CONSELHEIRA PATRÍCIA: Patrícia, CRESS. Aos que me conhecem, sabem que na hora das plenárias eu falo quando eu preciso, mas que, de uma forma geral, eu sou bastante tímida. Então eu vou fazer breves palavras. Não posso deixar de parabenizar e agradecer o meu amigo Rodrigo por todo esse trabalho nesses quatro anos de CEAS, e aos Conselheiros que estão saindo agora, agradeço à sociedade civil pela eleição, e me coloco aqui à disposição para poder dialogar, construir junto. Me procurem, fiquem à vontade sempre que precisarem. Funciono muito no WhatsApp. Conversem comigo pra gente aparar as arestas, esclarecer as dúvidas. E estamos aqui com esse objetivo de construir junto o Sistema Único de Assistência Social seguindo no mesmo sentido. PRESIDENTE JANAÍNA: Ivone? CONSELHEIRA IVONE: Como disse a Patrícia, eu sou o inverso, né? Parece que eu gosto muito do microfone, né? É diferente. Mas, eu queria também... Ivone, COGEMAS. Também dizer que esses dois anos, viu, Rodrigo, nesse Conselho, você à frente, também, assim, nos deixou muita vontade. A gente pôde contribuir, mas também aprender muito nesse Conselho. Então não só você, também o Helder, toda a equipe que também está deixando este Conselho formalmente, né? Que a gente tem certeza que eles não vão deixar essa luta do SUAS. Mas eu queria dizer, assim, que a Mesa Diretora, ela... Todos nós que participamos de Conselho, sabe a importância dela. Mas, o que eu queria deixar claro, que esse Conselho, todos nós Conselheiros temos um papel importantíssimo na construção de uma política pública. Independente de estar na mesa ou fora da Mesa Diretora, ela... É esse pleno que representa as decisões do SUAS. E o Pleno somos todos nós juntos. Então, para dizer que participar da Mesa Diretora, com certeza tem um significado muito grande no sentido, assim, de um compromisso maior com esse Conselho. E saber da importância dele. Mas não diminui, assim, no papel de cada um que temos aqui da corresponsabilidade de fazer o melhor pelo SUAS no estado. Então é isso que eu queria deixar claro, e dizer que para o colegiado dos gestores municipais de assistência social, está na 1ª Secretaria também. Isso é um espaço muito importante para o colegiado, que representa o governo, mas representa o governo que são os municípios. Então eu acho que aqui nós estamos muito bem representados nesta Mesa Diretora, porque nós temos representação da figura do estado, mas também tem, na 1ª Secretaria, a representação da figura do governo município. Então foi muito bom estar aqui o colegiado. E temos a representação muito bem pensada da Patrícia, como trabalhadores, do João, como entidade, e sabendo que nós tivemos também a participação muito forte dos usuários, e sabemos que temos muitas outras comissões que com certeza vão ser ocupadas também pela Presidência de usuários. Então eu acredito que nós vamos ser um colegiado que vai... É da nossa característica, né? Reforçar essa questão aí dos fóruns de usuários, do fórum do trabalhador, do fórum das entidades. Então, eu queria que, tanto a mesa aqui, nós vamos defender

isso continuar defendendo, como nas nossas representatividades aí das comissões. Então, quer dizer que eu estou muito, assim, com a expectativa muito grande também nesse primeiro dia aqui de ação do Conselho Estadual. E o que eu puder contribuir, o que eu puder ajudar, eu quero contribuir e ajudar, porque eu sei da importância do SUAS aqui para o estado de Minas Gerais. Obrigado.

PRESIDENTE JANAÍNA: João? CONSELHEIRO JOÃO: Gente, bom dia, ou boa tarde. Eu não sei o horário porque eu estou com fome. Falar a verdade é isso, já está bem avançado. Mas eu queria aqui, em nome do grupo nosso, da sociedade civil, eu quero fazer um agradecimento muito especial ao Rodrigo, por quê? Tolerar algumas pessoas igual a mim, que sou chato, reclamo e brigo, não é fácil. Não, e eu acho que ele cumpriu o papel dele como Presidente com maestria. Tem que respeitar a sabedoria do Rodrigo. E foi um dos caras em quem eu me espelhei, estou aprendendo a lidar hoje com a diversidade, que eu não sabia, e ele, na mesa, me ensinou a fazer isso. Então eu quero agradecer aqui também, em nome do nosso grupo, todo o apoio, porque acabou que nós somos dois candidatos, a companheira aqui do lado retirou e foi unanimidade o voto. Agradeço todos os companheiros que estavam lá, porque também mostra, da nossa parte, um amadurecimento muito grande. E quero agradecer, em especial, muito aqui a presença do Bruno e da Fabiane, porque eles falaram que viriam para ver a posse da gente, para assistir, e eles estão aqui. Então, muito obrigado, porque eu acho de Conselhos municipais, do interior, que não fazem parte do Conselho Estadual, só eles dois vieram nos prestigiar. Muito obrigado a vocês pela presença. E quero deixar claro o seguinte, gente. É lógico que a gente tem os nossos embates, as nossas discussões, mas assim, em momento algum eu nunca fiz nada para que a gente pudesse, ninguém sair daqui prejudicado ou para também ferir. E se isso aconteceu, para os companheiros que estão saindo, eu peço desculpa. É o meu jeito de ser, eu acho que eu não vou mudar, mas eu sou muito transparente. Tanto é que eu estou, assim, pensei em sair da Comissão de Orçamento e Finanças, mas eu sei da importância que nós temos nessa comissão para permanecer. E quero agradecer muito os meus dois companheiros de Pirapora, que abriram mão até de concorrer para me ajudar. Então, obrigada, Ariadna e Irajá. Muito obrigado a todos vocês.

PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, João. Dando seguimento, então, à pauta. Obrigada, João, Ivone, Patrícia. O próximo ponto de encaminhamento de pauta, então, é a leitura do Código de Ética. Todos já receberam também o calendário 2020, certo? Todos receberam? Todos receberão por e-mail o calendário e o código no pen drive. Então, dando segmento, o Wilson vai fazer a leitura do Código de Ética para nós.

CONSELHEIRO WILSON: Na realidade, Janaína. Wilson, Fazenda. Na realidade, nós vamos deixar a leitura do Código de Ética para o início da próxima conferência. Todos receberam... Da próxima plenária, desculpa. Estou com a conferência na cabeça ainda. Estou com a conferência na cabeça ainda. Gostei. Esteve bom. Mas de qualquer forma, gente, eu gostaria de pedir a todos... Todos vocês receberam pen drives com toda a legislação pertinente ao Conselho Estadual de Assistência Social. Lá tem o nosso Código de Ética. Eu gostaria de pedir a todos os Conselheiros que lessem esse conselho, e eu gostaria só de... Muitos aqui provavelmente... Muitos são Conselheiros pela primeira vez, eu queria lembrá-los o seguinte: que no exercício aqui de Conselheiro, do Conselho Estadual de Assistência Social, vocês são servidores públicos, tá? E como servidores públicos, vocês estão sujeitos à legislação pertinente a do servidor público. Tá, gente? Então, o que acontece? Quando você está na sociedade civil, quando você está lá fora, você pode fazer qualquer

coisa, desde que não exista uma lei proibindo você de fazer. Aqui, como servidor público, você só pode fazer o que está previsto em lei, tá? Então assim, nós temos um Código de Ética que define o que você pode e o que você não pode fazer. Então assim, nós temos todo um decoro, que é importante ser seguido. Então assim, esse decoro é baseado no respeito muito, né? Então é isso. Então assim, vamos deixar a leitura do Código de Ética para a próxima plenária, e eu gostaria de pedir que procurassem realmente ler toda a legislação, e que trouxessem dúvidas. A gente vai ter um momento de tirar dúvidas em relação a essa legislação. Tá certo, gente? Muito obrigado. Aproveitando que eu estou com o microfone aqui, parabéns aos eleitos da Mesa Diretora. Patrícia, sempre tão precisa. A Janaína, assim, nossa, só adjetivo positivo, uma pessoa que realmente está fazendo uma diferença muito grande, muito positiva nesse Conselho. A Ivone, que é uma das pessoas que falam... Nunca vi uma pessoa falar tão bem e de forma tão simples. Sabe? Chega a comover a gente de tão bonito que é ver a Ivone falar. O João, pela postura dele, aguerrida, lutadora, que a gente precisa disso também. Então assim, agradecer também à participação da Fabiane e do Bruno, que muito bem representaram a nossa conferência lá na Conferência Democrática. E assim, eu fiquei sabendo que o Bruno teve uma fala sensacional lá, né, Sávio? Então assim, muito obrigado pela participação de vocês. E é isso, gente. Bom almoço para todos. Forte abraço. SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: Consolação. Sobre o calendário, todo mundo recebeu junto à convocação. Geralmente, as nossas reuniões ocorrem, a referência que a gente tem é a terceira sexta-feira do mês, e aí a gente, um dia antes, é a reunião das comissões temáticas, Mesa Diretora, reunião simultânea do Conselho e a sociedade civil. Vocês vão receber sempre a convocação, explicando quem, todas as orientações, direitinho. Então, a proposta de calendário foi para vocês, como também a gente pede, principalmente no caso deste ano, que teve conferência, teve todo esse preparativo, em janeiro uma pausa para o Conselho se organizar. A gente recuperar inclusive todos os servidores que não puderam tirar férias em virtude da conferência, tira agora em janeiro. Então, em fevereiro, a gente retoma as plenárias ordinárias do Conselho. Então eu preciso, né, e aí eu peço à Presidente que coloque em votação o calendário para ficar registrado em ata. Obrigada. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Consolação. Então a gente fez a projeção aqui do calendário, para que ele ficasse mais claro, e também subsidiado pelas considerações que a Consolação acabou de trazer para nós. Então a gente abre a aprovação do calendário 2020 para votação. Conselheiros que estão de acordo? Conselheiros contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Vou dar seguimento então, tá? Não, não. Dando seguimento, então, aos pontos de pauta, temos dois pontos aqui que a gente gostaria de pactuar com os Conselheiros. São agora 12h18, e a gente tem relatório pós-geração de energia, com a apresentação do Rodrigo, e aí, em seguida, resoluções CEAS, 685686/2019. A nossa proposta é seguir com esses pontos de pauta, porque a gente está com o dia bastante extenso. São pontos de pauta bastante relevantes, e aí após a validação, encaminhamento desses pontos de pauta, a gente seguir para o almoço. Tudo bem? Podemos seguir a pauta? Excelente. Então, o próximo ponto é a apresentação do relatório de geração de energia, e as pendências CMAS, PCH Fortuna 2. Quem vai fazer a apresentação é o Helder. CONSELHEIRO HELDER: Helder, CMAS. Continuo no CMAS, Pedro Leopoldo. Eu vou... Eu estava na coordenação da Comissão de Normas. Então como último ato aqui, só apresentar para vocês, não sei se todo mundo aqui conhece, mas vocês vão

conhecer aqui, que a gente tem a questão da barragem. Ela é através da Lei 12.812. Essa Lei da Barragem regulamenta sobre as populações atingidas pelas barragens, então onde que tem uma...INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Áudio não identificado – fora do microfone).

CONSELHEIRO HELDER: Não, tudo bem. Não tem problema nenhum. A questão da Lei da Barragem, Lei Estadual 12.812, ela regulamenta a questão das populações que são atingidas, das áreas inundadas por reservatórios. Ele dá outras providências também. E é dever nosso, aqui do Conselho Estadual, deliberar sobre o Plano de Assistência. Esse plano é elaborado por empreendedores, públicos e privados, e eles têm o objetivo de garantir os direitos a essa população que é atingida. Então vocês vão passar muito por isso. Eu acho que com certeza vocês vão ter uma capacitação. Todos os Conselheiros vão receber processos, não é oh Rosa? Vão receber processos para que vocês possam estudar, e para poder realmente analisar se o Plano de Assistência está em consonância. A lei ainda fala sobre a questão de duas licenças, que é a LI e LO. Está aí projetado. A Licença de Instalação, ela fica condicionada também ao Plano de Assistência, que deve passar pelo CMAS do município e é aprovada aqui também no Conselho Estadual, e ele é apresentado pelo empreendedor. E também temos a Licença de Operação, que é chamada LO. A gente aqui na assistência fala muita sigla, viu, gente? Então assim... Mas, habituando aí, está tudo projetado aí para vocês. A questão também da LO, que é a Licença de Operação, ela também está condicionada à comprovação e é apreciada aqui pelos CEAS. O que o empreendedor precisa fazer? Ele precisa protocolar aqui no Conselho Estadual de Assistência o Plano de Assistência em relação à barragem. E como que está sendo feita a instalação disso no município, como que está sendo passado pela questão do órgão ambiental também, ele faz uma avaliação, e aí vocês vão deliberar. Aí está escrito “aprovar”, mas vocês vão deliberar sobre esse plano. Durante esse processo, ele há a obrigatoriedade, e aí tem uma periodicidade também que vocês vão conhecer através da legislação, que ela é bimestral, trimestral ou semestralmente, isso vai depender também do porte, o relatório das ações desenvolvidas em relação ao Plano de Assistência de Barragem. Então dessa mesma forma, a gente também vai ter um relatório conclusivo de comprovação dessa implantação, que a gente encaminha para eles, que aí vai permitir com que eles tenham essa Licença de Operação junto ao órgão ambiental. A resolução que dispõe sobre a questão da barragem, a resolução... Temos a resolução 681, que ela vai estar falando sobre o processo de análise de procedimentos relativos ao Plano de Assistência para as populações diárias inundada por reservatórios. Isso aí foi um dos últimos atos nossos da comissão, que a gente fez alguma atualização em relação à legislação, trouxemos aqui para o Conselho, e a gente conseguiu atualizar. E essa resolução, ela vai determinar a manutenção do posto. O posto, ele tem que estar na área, no município, no período de mínimo de seis meses após o início da geração de energia. E é obrigatório que depois eles apresentem um relatório avaliativo depois dessa geração de energia, tanto ao Conselho Municipal de Assistência, e ao Conselho Estadual. Esse relatório, a gente vai avaliar esse relatório. A gente não fica também só com o documento em mãos, a gente vai até o local, a gente verifica as instalações, a gente conversa com os Conselheiros, a gente verifica realmente se houve efetividade na execução do plano. E aí disso é gerado um parecer, tanto do Conselho Municipal de Assistência, quanto do Conselho Estadual. E esse parecer final, em relação também até sobre o encerramento do posto, ele é apresentado aqui em

plenária, e os Conselhos vão deliberar sobre se pode realmente encerrar ou se existem pendências ainda que deva continuar o posto. Conteí essa história aí para vocês para que a gente pudesse analisar aqui, para que vocês Conselheiros possam analisar, sobre a questão da PCH Fortuna 2. Ela foi instalada no município de Dores de Guanhões e Virginópolis, foi aprovada pela Resolução do Conselho Estadual... Está sendo projetada aí? Pelo Conselho Estadual 141, e isso foi em 2007 já temos aí bastante tempo. Foi instalado em 14 de março um posto de atendimento, 14 de março de 2012, foi instalado um posto de atendimento lá no Centro de Virginópolis, e o posto só vai iniciar as atividades operacionais após recebimento do alvará que fornecido pelo próprio município, e isso em consonância com o Artigo 6º da resolução do CEAS, que é a resolução 498, de 2014. Foi implantado para as barragens, isso a gente comprou aqui junto com Conselho Estadual, e em 2015 a gente gerou uma resolução, a Resolução 541, falando sobre essa implantação do PAS/Barragem em Virginópolis e Dores de Guanhões. Na época da avaliação, todas as ações propostas pelo plano foram realmente cumpridas, a gente averiguou isso. A PCH Fortuna 2 conseguiu cumprir. O empreendedor manteve o que colocou no plano, e aí aqui a gente especificou algumas. Processo de negociação, de escritura da propriedade no nome do atingido, a instalação do posto de atendimento no município de Virginópolis, que é composto por equipe multidisciplinar. Colocar um programa de comunicação social, o programa de negociação de terras e benfeitorias também foi feito, programa de mobilização e desmobilização da mão de obra, teve projeto de monitoramento socioeconômico. As famílias tiveram o seu reassentamento, isso foi concluído em 2015 juntamente com toda a documentação que comprova isso. Houve visita. Não foi uma, foram várias visitas aos locais pelo técnico. Teve emissão de parecer positivo. O Conselheiro relator, na época, ele deu também o parecer positivo à implantação do PAS/Barragem, e isso foi apresentado na 206ª Plenária Ordinária do CEAS, que aconteceu em 2015, finalzinho 2015, 10 de outubro. E aí, a resolução do Conselho Estadual, que é a Resolução 541, ela determinou que o posto de atendimento, instalado no município de Virginópolis, eles permanecessem em atendimento diário até seis meses após geração de energia. Isso atendendo a determinação, e também, inclusive, sobre a questão da equipe de atendimento social. A LO, que é Licença de Operação, ela foi obtida ano passado, dia 23 de fevereiro de 2018, e o enchimento reservatório, aconteceu também no ano passado, um mês depois. A PCH Fortuna é composta com 3 unidades, que a gente chama de UG, que é o conjunto de turbina e gerador. A liberação pela Agência Nacional de Energia Elétrica, que é a Aneel, a UG1 começou a operar comercialmente no dia 11 de janeiro de 2019, esse ano, início desse ano. Já o G2, ela entrou em operação no dia 23 de fevereiro, e conforme deliberação da Aneel, o G3 entrou em operação em 24 de maio. E aí, ficou comprovado então a resolução do Conselho Estadual, e o empreendedor protocolou que o relatório avaliativo foi em julho de 2018, passou pela comissão, e a gente verificou realmente a questão do tempo, se foi cumprido a questão dos requisitos e do Plano de Assistência. Conforme determina a Resolução 318, o Conselho publica a resolução, ele informa ao órgão ambiental e ao Conselho municipal os CMAS envolvidos, e os CMAS, como órgão do controle social, ele tem esse dever de acompanhar, de fiscalizar, sem qualquer tipo de negociação, intermediação. Ele também encaminha para a gente a manifestação sobre os relatórios, que são relatórios de acompanhamento, monitoramento, trimestral ou semestral, de acordo com o porte. Assim, o CEAS solicitou os municípios, tanto Dores de Guanhões, quanto

Virginópolis, que apresentassem, que manifestassem sobre isso, referente aos 6 meses em relação ao início da geração de energia. O município de Virginópolis apresentou uma resposta em setembro desse ano. Depois ele apresentou outra resposta do dia 13 de dezembro 2019. O município de Guanhães emitiu o seu parecer no dia 23 de outubro, e só encaminhou pra gente, só chegou pra gente aqui no início de novembro. No relatório pós-energia, de geração de energia, constam as ações realizadas referente aos impactos sociais, a avaliação dos programas e ações propostas pelo Plano de Assistência com vistas a garantir proteção social, que é o programa de mobilização, desmobilização da mão de obra, a questão do posto de atendimento, tudo aquilo que a gente já relatou anteriormente, que são os indicativos no plano. Em relação aos pareceres dos Conselhos de assistência, houve as seguintes considerações que a gente vai apresentar aqui para vocês. Guanhães, ele apresentou o seguinte, a gente copiou na íntegra, tá, o e-mail. “A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS Guanhães realizou a análise documental e visita aos Conselheiros municipais de Assistência Social de Virginópolis constatando que o posto de atendimento permaneceu em funcionamento por seis meses após o início da geração de energia, conforme demonstrado nos relatórios apresentados a este Conselho. A comissão emitiu um parecer, e o parecer foi favorável ao relatório avaliativo dos impactos pós-geração de energia realizado pelas equipes da PAS PCH Fortuna 2. Este parecer foi aprovado pelo plenário do CMAS na reunião ordinária do dia 9 de outubro 2019”. Isso em relação à Guanhães. Em relação à Virginópolis, nós tivemos o seguinte e-mail: “Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a Guanhães Energia justificou que não incluiu a comunidade Caetés como a área atingida pelo fato do Plano de Assistência Social de PCH Fortuna 2, aprovado pelo CEAS em 2007, a respectiva comunidade não ter sido considerada atingida. Ressaltamos que este Conselho contesta tal justificativa, e reafirma o Caetés como área atingida tendo sido, até o momento, os direitos dos moradores negligenciados pelo seu empreendedor, apesar das várias intervenções desse Conselho, dos gestores municipais. Ressalta ainda a indignação. A tal justifica por se tratar do plano aprovado há 12 anos, sendo imprescindível a sua atualização por ocasião do início das obras. Vale ressaltar que, verificando o histórico de empreendimentos em nosso território, encontramos registros”, e aí o friso é nosso, “que o CEAS exige considerar como área atingida das duas comunidades rurais localizadas abaixo do barramento, sendo Caetés e o distrito de Sapucaia em Guanhães”. Gente, isso foi matéria das últimas reuniões antes da gente entrar sobre a questão da pauta da conferência. A gente parou por aí, porque a Secretaria Executiva começou a procurar. Afinal de contas, se o Conselho Estadual afirmou que essa região deveria ser incluída, então tem algo errado aí. Então a gente começou a fazer uma busca através da equipe técnica da Secretaria Executiva. Que documento é esse que o CEAS afirma que essa região deveria ter sido contemplada? Nós não encontramos. Essa aí no parágrafo que não encontramos, falando que a gente exigia com que essa área realmente estivesse contemplativa, que são duas comunidades rurais. E aí, no dia 22 de junho de 2015, na Câmara Municipal de Virginópolis, houve uma reunião da avaliação da implantação do PAS. Durante essa reunião, os integrantes do Conselho Municipal avaliaram como positiva a contratação. Tendo em vista que foram 88 funcionários de Virginópolis, residentes na comunidade São Bento, e 21 de Guanhães residente da comunidade Sapucaia. Ainda houveram funcionários que destacaram, foram recontratados para irem para outras

construções da mesma empresa. E o relatório final foi aprovado pelos dois Conselhos. Após isso a gente não teve nenhum tipo de denúncia, nenhum tipo de manifestação em relação à questão tanto de Virginópolis, quanto de Guanhães. Então a gente percebeu uma questão de contradição aí, e essa contradição ela foi avaliada pela comissão. Eu não sei se você lembra, Rosa, na época a gente tinha até colocado essa posição... Suposição, que talvez, porque como é um município que tem vários tipos de barragens, talvez não fossem dessa barragem. E isso é comum acontecer, essa confusão. A gente levantou isso como hipótese, como suposição. Fizemos um encaminhamento ao pleno de que fosse visitado, mas aí depois o pleno decidiu que isso, que a gente ainda tentasse argumentar com o Conselho a questão de documentos, possíveis documentos, e aí vou ler aqui para você o que a gente decidiu. Que o registro no CEAS, ele exige considerar como área a atingida e a gente não conseguiu localizar isso. E o CMAS de Virginópolis... Você quer falar, Rosa? Depois, o CMAS de Virginópolis, a gente fez algumas requisições, ele não atendeu à solicitação do Conselho Estadual. Depois, ele encaminhou um e-mail considerando a informação do Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Foi feito também contatos telefônicos no dia 22 de novembro, e aí a gente recebeu a correspondência no dia 21, de acordo com o que está estabelecido aqui para vocês. O Conselho Municipal de Virginópolis não encaminhou o registro no qual o Conselho exige considerar como área atingida duas comunidades. Ele não encaminhou isso pra gente. Porém, no dia 13 de dezembro, há uma semana, o CMAS de Virginópolis encaminhou, anexo ao e-mail de ofício 02/2019, a ata, aí está até a ata aí, né? Isso. Ele encaminhou para a gente a ata da reunião do CMAS do próprio Virginópolis que ocorreu no dia 10 de dezembro e aprovou a desmobilização das ações do posto de assistência social. Eles mesmos, eles entraram em contradição, mas eles aprovaram, realmente, e encaminhou pra gente a ata. Aí só está um pedaço da ata, mas a gente tem a ata em íntegra. Ainda durante a referida reunião foi esclarecida a questão das comunidades Caetés. Aí sim chegou para a gente o esclarecimento, e do distrito de Sapucaia e de Guanhães, que são impactadas por outro empreendimento. Aquilo que a gente tinha colocado como suposição realmente era verdade, que não era dessa PCH. E que também... Aí ele especifica, não é desse PCH, mas é de qual? É do Renova Energia. E aí também tem pedaço da ata falando sobre isso. E, após os esclarecimentos, o presente do CMAS colocou em votação o parecer em relação à desmobilização desse posto, e o parecer dele foi favorável. Bom, gente. Eu não sou mais da comissão, mas o que a gente recomenda vocês aqui desse pleno que a gente precisa finalizar. Vocês vão se inteirar sobre esses processos de barragens, vão ser capacitados, creio eu que a Janaína, vão passar por esse processo de capacitação, mas o que a gente... Nós analisamos anteriormente, a gente recomenda a esse plano. A gente analisou esse relatório, consideramos os pareceres do CMAS de Guanhães e de Virginópolis, realmente constatou-se que as ações desenvolvidas pós-geração de energia foram concluídas, e não houve impacto, realmente, nas comunidades que eles apresentavam que havia pendência. Então assim, nós, eu não sou mais, mas a gente recomendava a questão do encerramento desse posto. E aí fica para a deliberação desse pleno, Presidente. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Helder. Então, aberto para discussão. Rodrigo, a primeira inscrição. CONSELHEIRO RODRIGO: Rodrigo, CREES. Bem, só para relatar também que ainda quando Presidente, nessa semana eu tive em contato com o representante do empreendedor, que por sinal está aqui também, falando a respeito do PAS. Já tinha deliberado



com a Secretaria Executiva que colocaríamos em pauta essa questão. Apesar de ser um assunto tão difícil, envolver questão de barragens, mas como foi feito um relato pela Secretaria Executiva, pela Rosa, que é responsável aqui da Secretaria Executiva, técnica pela questão de barragens, e pelo ex-Conselheiro Helder, isso foi tirado de pauta por uma suposta documentação falando de uma comunidade não atingida. Então, por parcimônia, nós optamos por investigar primeiro, porque nós estamos falando de desproteção. Constatado que não há essa desproteção, nós entendemos que não haveria necessidade, e não é justo também com o empreendedor, porque é um negócio, barragem é um negócio, não haveria sentido de postergar isso, visto que o CEAS só se reuniria em fevereiro que janeiro não há plenária ordinária. Então, postergar um posto de atendimento até fevereiro sem necessidade, isso poderia, inclusive, comprometer a eficiência do próprio Conselho. Então nós optamos por trazer essa questão para colocar para vocês em discussão, estamos à disposição para qualquer esclarecimento, a técnica está ali para qualquer esclarecimento que se fizer. Mas com muita responsabilidade, por isso que nós estamos aqui, por isso que eu quis fazer esse depoimento, com muita responsabilidade, e ouvido todas as partes, e tiradas todas as conclusões necessárias em autos, os documentos encontram-se para consulta neste Conselho. Ouvido o parecer da técnica da Secretaria Executiva a este respeito, então, deliberamos por colocar em plenária e pedir para que votem, então, o encerramento do posto de assistência social. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Rodrigo. Daniel? Seguido de Hugo. E está aberto para inscrições, caso queiram trazer. CONSELHEIRO DANIEL: Daniel, do movimento da PopRua. Eu tenho uma dúvida. Quando o relator foi falar, ele falou que houve uma... Partiu de um pressuposto, uma suposição de que havia um erro, de que, às vezes, a comunidade atingida, que estava tendo esse conflito de desproteção, era de outro setor. E isso não me ficou muito claro, e quando ele fala das respostas, que ele fala o CEAS, ou o CMAS? No início, porque até mesmo a Rosa, eu ouvi ela falando que você estava tipo falando um pouco errado, que você estava mudando. Em vez de você falar CMAS, estava falando CEAS. Aí eu me perdi um pouco nessa parte. E tem também a parte onde fala da resposta que você falou, que parece que o local não deu a resposta e ali estava falando que respondeu. Aí eu queria só que tirasse essa dúvida minha, por favor. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Daniel. Helder? CONSELHEIRO HELDER: Bom, se eu falei alguma coisa errada, eu apresentei a oportunidade para que Rosa pudesse esclarecer. Ela não quis esclarecer. Agora, em relação à questão, eu acho que a gente tem que ter um pouco de respeito com que a gente está falando aqui, porque eu apresentei a questão do CMAS sim, mas eu deixei bem claro para vocês, isso é normal de quem está chegando, é normal de quem está saindo também, de que, primeiro, o CMAS, qual é a competência de analisar sobre o impacto em relação ao empreendimento? É do Conselho Municipal. Nós não temos nenhuma interveniência em relação à competência do Conselho, Primeiro passo, se eu falei errado, eu peço perdão aqui, peço desculpas aqui, fica registrado em ata, mas o primeiro passo é o Conselho Municipal que avalia. Segundo, é o Conselho Estadual. Ele vai avaliar a documentação que o Conselho Municipal nos encaminhou. Então se ficou equivocada essa fala, corrige-se aí. Primeiro é o Conselho Municipal, que faz essa avaliação, e eu abro aqui também, para a Secretaria Executiva, fazer as explanações devidas, mas o Conselho Municipal, ele é o primeiro a analisar sobre a questão do Plano de Assistência. CONSELHEIRO DANIEL: Senhor relator... Só para eu me retratar. CONSELHEIRO

HELDER: Não, não...CONSELHEIRO DANIEL: Eu não estou falando que o senhor falou errado, é porque a Rosa falou assim: "Ele está falando uma coisa que está errada. Ele falou CEAS, sendo que é CMAS". CONSELHEIRO HELDER: Tá, então deixa a Rosa falar. A questão do Conselho... A gente tem a prerrogativa que o Conselho Municipal avalia. Se a gente pegar a lei... É interessante depois a gente analisar a legislação, que a Lei 12.812 é a... Nós vamos sim, nós vamos avaliar. Mas a gente vai ouvir o Conselho Municipal. Rosa, por favor, pode ir. CONSELHEIRA ROSA: Boa tarde. Eu sou Rosa, Assistente Social técnica da Secretaria Executiva, responsável pelo acompanhamento do CEAS. O que o Daniel ouviu foi eu dizer que na hora que o Helder falou que o CEAS informou sobre esses dois, que na realidade foi o Conselho Municipal de Virginópolis. Ele só trocou CEAS, o Conselho Municipal, por CEAS. Foi só isso. Foi nesse momento que vocês estão exibindo ali, olha, "Conselho Municipal de Assistência Social", quando fala: "O CEAS exige...", ele falou que o CEAS verificou que essas duas... Houve só uma confusão entre CEAS e CMAS. Quem informou foi o CMAS. E outra coisa. A questão que ele fala que nós conferimos em todos os arquivos do CEAS se existiam essas duas comunidades. Não existe. E o Conselho Municipal, ao analisar lá na sua plenária, ele verificou que houve um equívoco. Ele nos comunicou que houve esse equívoco. Está registrado em ata. Foi esse, só esses dois momentos que houve essa confusão. Tá? Então foi só na troca, de quando ele ia falar "CMAS", ele falou "CEAS" em um momento, que eu aprontei: "Não, isso aí não é CEAS, isso é CMAS", que foi exatamente nesses dois pontos. E quem apontou pra gente depois que houve um... A própria equipe, foi o próprio Conselho Municipal que verificou que ele tinha comunicado para a gente. O que ele não mandou foi o seguinte: nós pedimos, no mês de novembro, que ele apresentasse exatamente esse documento aqui, que ele fala que o CEAS exige que essas duas comunidades... Aqui, olha: "O CEAS exige considerar uma área atingida, duas comunidades". O CEAS não exigiu isso. Então nós pedimos, por ofício, que ele apresentasse essa documentação para nós, porque eu, enquanto técnica, a Secretaria Executiva, nós temos todos os arquivos. É até interessante vocês, Conselheiros, conhecerem os arquivos de todos os processos de barragens no CEAS. Nós temos todos os processos desde 2000, que foi o primeiro empreendimento que chegou no CEAS. Nós avaliamos o Plano de Assistência Social, ou seja, aquele documento que vai permitir os direitos socioassistenciais da população atingida. Nós não avaliamos a construção, nós avaliamos a garantia de direitos, que é um importante passo para Minas Gerais, porque é o único estado de Minas que tem esse trabalho, tá, gente? Nós avaliamos a garantia de direitos da população atingida por usinas hidrelétricas para a geração de energia, não barragem de mineradora. Não pense que nós lidamos com mineradora. Nós lidamos com abastecimento de água, energia elétrica e irrigação. São os três tipos de empreendimentos que nós garantimos os direitos para a população atingida. Então neste caso, o empreendimento foi aprovado em 2007, comprovada a implantação do Plano de Assistência Social, não havia pendência em 2015 e, depois que ele começou a gerar energia, que agora foi, demora muito, há todo um processo de receber a Licença de Operação e isso demorou alguns anos para que ele pudesse gerar energia. Iniciou a geração de energia, que a Aneel autorizou, ele teve que ficar com o posto de atendimento social, que é específico para a garantia de direitos, para acompanhar a população atingida; vocês vão ser capacitados em relação a isso, vai ser mais detalhado isso que estou falando para vocês. Eles têm que ficar seis meses com o posto aberto. Finalizando esses seis

meses, eles apresentam para a gente um relatório de avaliação, que se houve ou não impacto pós-geração de energia. O que pode acontecer. Ou não. Nesse caso, não aconteceu. Porém, Virginópolis falou assim: “Olha, mesmo assim temos duas comunidades atingidas”, só que as comunidades não foram atingidas por eles, e sim por outro empreendimento, da Renova Energia. E aí eles comprovam em ata que houve um equívoco deles, que eles confundiram, porque lá em Dores de Guanhães, Guanhães e Virginópolis, lá eles são mais de oito empreendimentos na mesma região. Está ok?

PRESIDENTE JANAÍNA: Rosa, muito obrigada pelos esclarecimentos. Só considerações, então, do Helder, para a gente, então, dar seguimento. Tudo bem?

CONSELHEIRO HUGO BENTO: Mas antes tem a... Questão de ordem. Eu levantei a mão, anterior.

PRESIDENTE JANAÍNA: Os inscritos são Hugo e Márcio. A gente está trazendo só como ponto de esclarecimento. Obrigada, Hugo.

CONSELHEIRO HELDER: Só esclarecer, gente, é importante esclarecer isso. Isso mostra, a gente teve uma discussão antes, de ter a questão da votação, sobre a questão de Conselhos *fake*. Isso aí foi bem falado aqui, e isso mostra como que a Secretaria Executiva se preocupou com os arquivos. Então assim, esse equívoco que aconteceu, que é natural, um processo que começou em 2007 até na hora da apresentação aqui, a gente comete equívocos, mas o que a gente procurou se ater? Através de documentos. Então assim, é só reforçar mesmo da importância de tudo aquilo que for deliberado, de tudo aquilo que for discutido realmente está alicerçado com documentos, porque foi através dos documentos que aí descobriu-se essa questão do equívoco, que é natural, gente. A gente está lidando com processos, e processos, assim, que demoram às vezes 12 anos, igual foi o caso aqui que a gente está em deliberação. Mas se a gente se ater a documentos, a resoluções, a atas e registros, o erro vai ser mínimo, a gente vai errar menos. Então é só chamar a atenção mesmo para essa questão documental, e aí agradecer mesmo à Rosa, e a Secretaria Executiva, que tem toda a documentação, tem tudo aqui. Então vocês vão ter acesso, vão ser capacitados, já é terceira vez que eu estou falando sobre isso, mas vocês vão ser capacitados. Fiquem tranquilos sobre a questão dos processos, e os procedimentos vão ser... Só chegar aqui para decidir, realmente, quando tiver tudo ok. Mas como a gente deixou essa pendência, e a gente precisava esclarecer isso para vocês e a gente está aberto aqui.

PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Helder, pelos esclarecimentos. Dando, então, continuidade às inscrições, Hugo.

CONSELHEIRO HUGO BENTO: Hugo Bento, Juiz de Fora, da CMAS. Olha só, a minha questão, tá, não estou aqui contrário a nada que a comissão está trazendo. Eu concordo. A minha preocupação é só com a redação, que teve um dado momento ali, eu não sei, porque eu não estava aparecendo na tela, e o Helder colocou, falou a palavra “negligenciar”. Eu não sei se está escrito ali, porque ainda não estava sendo exibido ali na tela, não deu para ver. E caso esteja...INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: “Moradores negligenciados” ali oh.

CONSELHEIRO HUGO BENTO: Então, caso esteja, eu solicitaria até mesmo a gente que é militante do Movimento Negro, a gente que vê tanto essas coisas, que retirasse. É só trocar a palavra por uma outra.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Foi menção do CMAS, não tem como retirar.

CONSELHEIRO HUGO BENTO: Oi? Para isso, gente, olha só. Eu perguntei se veio daqui da comissão, porque se for da comissão, aí é feito aqui. Caso veio lá de fora, é lamentável a gente ter isso ainda, né? No meio, a gente... Eu mesmo, que eu não... Nem na universidade, que eu sou Bacharel em Ciências Humanas, formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, faço Ciências

Sociais lá, e nada que aparece lá é preto, a gente, eu abomino. Quando eu tenho que responder alguma coisa que coloca “preto”, aí eu dou graças a Deus que eles colocam lá outra opção, que eu vou lá em “outra opção”, justamente para colocar. Isso a gente vem colocando, não é de hoje que o Movimento Negro vem trazendo essas terminologias, e infelizmente eles insistiam estar colocando. Só estou trazendo aqui para poder ficar... Infelizmente vai ter que ficar uma vez que não pode. E também eu quero estar aqui me desculpando, porque eu fui comunicado para poder estar indo lá em... Eu acho que só Sobragi. Há? Não, não. Sobragi, serraria. O negócio da usina lá. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Áudio não identificado – fora do microfone). CONSELHEIRO HUGO BENTO: Isso, isso. Aí me avisaram em cima da hora e eu não consegui o carro para poder estar me deslocando até lá. Aí já fica aqui o registro, eu peço desculpas. Não foi culpa do CEAS, tá? Embora foi muito em cima da hora. E lá em Juiz de Fora eu tive dificuldade de conseguir um carro para me deslocar até lá, porque não tem ônibus da cidade. O último ônibus da cidade para Juiz de Fora é 18h30, e ia começar às 19 horas. Tá bom? É só isso. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Hugo. E obrigada também por reportar esse ponto para nós. Próxima inscrição, Márcio. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Márcio Caldeira, Assprom. Presidente, eu me sinto contemplado na fala do Helder, que deu o esclarecimento, e também na observação que Rosa já fez. Então eu retiro a minha intervenção. PRESIDENTE JANAÍNA: Excelente. Obrigada, Márcio. Lucas. CONSELHEIRO LUCAS: Eu queria só esclarecimento da data do último parecer do CEAS, cujo o qual já se contempla o último endereçamento de Virginópolis. Qual data foi? Isso. Da emissão desse parecer para que a gente analisasse. Qual data? INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Áudio não identificado – fora do microfone). CONSELHEIRO LUCAS: Não, eu falo dessa avaliação do CEAS, foi de qual data? PRESIDENTE JANAÍNA: Helder, eu vou pedir para você falar no microfone, também para registro em ata. Por favor. CONSELHEIRO HELDER: Nós avaliamos na Comissão de Normas a reunião que nós avaliamos, e isso no dia 4 de novembro. CONSELHEIRO LUCAS: Ah, sim. CONSELHEIRO HELDER: E nós apresentamos na plenária que aconteceu um dia depois, que foi no dia 5 de novembro. E aí a gente encaminhou e a gente recebeu, não sei se é essa informação que você quer também, nós mandamos um e-mail para que eles respondessem a gente até o dia 19 de novembro. CONSELHEIRO LUCAS: Beleza. Não, na verdade, a avaliação, então, final, para que a gente aprove o que está sendo pedido foi no dia? CONSELHEIRO HELDER: Nós fizemos uma avaliação, mas só que aconteceu... O que... CONSELHEIRO LUCAS: Foi no mês de novembro. CONSELHEIRO HELDER: Isso, foi no mês de novembro. Mas só que eles responderam para a gente no dia 13 de dezembro, semana passada, há uma semana. E a gente está trazendo... CONSELHEIRO LUCAS: Então, a posteriori dessa data, houve alguma reunião para poder... CONSELHEIRO HELDER: Da comissão, não. Da comissão não teve outra reunião não. Só no dia 4. CONSELHEIRO LUCAS: Tá. Então aqui eu já falo para os meus pares. Tem informação nova a partir do dia 13 de dezembro. Então não houve avaliação dessa nova informação. Então eu peço aqui para que a gente não aprove o que está sendo pedido e está sendo colocado para a nossa apreciação. Questão temporal, né? Foi apresentado dado novo no dia 13/12, e não foi avaliado esse novo dado. A minha pergunta foi bem direta: qual foi a data em que se apresenta esse relatório? Então não se reuniu a posteriori desse novo dado e eu peço, eu encaminho nesse sentido. PRESIDENTE JANAÍNA: Lucas, obrigada pelos pontos.

Eu vou passar então também a palavra para o Daniel. O Daniel representa o empreendedor, e está aqui hoje para que a gente possa também ter esclarecimentos. DANIEL, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR: Boa tarde. Eu vou ser breve, que todos nós estamos com fome, né? É o seguinte. Meu nome é Daniel, eu estou aqui como representante do empreendedor, e diante da fala do Conselheiro aqui, eu venho aqui prestar também alguns esclarecimentos para que fiquem todos os pontos definidos. Esse empreendedor, ele cumpriu com todas as obrigações dele no que tange todos os momentos do empreendimento. O empreendimento, ele começou, na verdade, foi 99, esse empreendimento, e a gente vem passando por algumas dificuldades no que tange à questão dos licenciamentos ambientais, e a gente já era para estar com isso gerando desde 2016, só que as construtoras quebraram no meio da obra e a gente teve aí um atraso significativo na entrega das turbinas. Então, em 2015, quando o CEAS promulgou uma resolução aí, o CEAS fez uma visita ao local do empreendimento e constatou todo o trabalho desenvolvido por esse empreendedor nesse empreendimento. E a gente, após cumprir todos os requisitos, a gente cumpriu, e a gente colocou o relatório... A gente colocou, não, a gente protocolou o relatório seis meses após a geração de energia, cumprindo todos os requisitos. O município de Virginópolis, ele teve todo o tempo do mundo para avaliar, inclusive, foi um equívoco ocasionado apenas por uma técnica do município, onde o empreendedor procurou todas as informações, pareceres técnicos. Fomos a Supram de Valadares para a gente comprovar que o empreendimento nosso não atingia as tais comunidades, que gerou os equívocos para aquele Conselho. Após isso, a gente fez várias reuniões, conversamos com todos os Conselheiros do CMAS explicando o equívoco. Aí então aconteceu a reunião. Eu estou com o posto aberto 5 meses a mais do que eu deveria estar. Então, diante deste contexto, eu solicito encarecidamente que vocês também avaliassem a questão propriamente do CEAS. Como a Rosa mesmo falou aí, Minas Gerais é o único estado que existe um licenciamento social que garante todos os direitos dos atingidos, direitos esses que dos meus atingidos eu fiz questão de acompanhar um por um, fiz questão de fazer um trabalho bem feito enquanto profissional, seguindo todas as éticas profissionais. Então assim, eu acho uma pena o empreendedor ser penalizado. Eu deixar um posto de atendimento aberto até fevereiro para uma próxima plenária por causa de um equívoco de uma pessoa, que ocasionou esse problema todo, e o empreendedor, assim como todos os Conselheiros, já constataram. E nada mais importante do que o município, não tirando o poder desse Conselho, que está lá, junto com nós, atuando. Inclusive os relatórios, todos, têm a comprovação através de fotografias de parceria, criação de grupos, e outras demais atividades que foram desenvolvidas. Então eu, como empreendedor, representando o empreendedor, eu solicito encarecidamente que eu não seja punido por uma informação. Até eles usaram um termo aí, de fake, fake. O que aconteceu com esse empreendimento foi fake, foi uma notícia falsa que me fez ficar lá mais 5 meses com esse posto aberto, e eu não gostaria, realmente, falando não só como representante do empreendedor, mas como um profissional, como um técnico, ficar lá com o posto aberto mais 3 meses por causa que ele colocou aí, respeitando você plenamente, que seria melhor avaliação. A avaliação foi feita pela Comissão de Normas do CEAS. O CEAS, diante de todo o conhecimento desse empreendedor, não é o primeiro empreendimento que eu estou aprovando aqui, é o terceiro, ainda tem mais um que está... Provavelmente deve ser analisado por vocês e vai para a pauta de fevereiro, que eu também já

concluí, entendeu? Então eu gostaria de pedir a vocês que colocassem esse processo em votação, é um pedido meu. Respeitando todas as normas, respeitando as leis, respeitando tudo. Mas caso isso não aconteça, e eu também coloco meu sentimento pessoal. Vocês estão sendo injustos com um profissional e com uma equipe técnica que realizou um trabalho que eu posso garantir para vocês que foi brilhante, e vocês ainda estão todos convidados, se quiserem ver o empreendimento, do qual eu não deixei o empreendedor realizar nenhuma casa - que é uma coisa que eu bato no peito com orgulho - nem uma casa engessada, ou seja, com projetos que foi feito dois quartos, três quartos, um quarto. Eu levei em consideração todos os meus realocados construindo casas, fazendo, garantindo os direitos deles, mas em observância à satisfação deles. Quando eu falo isso, é por quê? Em Baguari, em outros empreendimentos que eu fui visitar antes de trabalhar nisso, como que era feita a realocação dos atingidos? Vocês estão entrando, aí vocês vão saber futuramente o que acontece. Normalmente se apresenta três, quatro plantas de uma casa, são dois quartos, três quartos. E isso tudo faz com que às vezes as pessoas fiquem com o direito... Não garantido, às vezes garante, mas não fica satisfeito. E a gente, não. A gente fez um trabalho belíssimo. A gente tem grupos de convivência, que a gente está passando para o município. A gente tem um processo de comunicação, um processo de garantia dos direitos de todos àqueles que foram atingidos. Então é por isso, vocês me desculpem, porque eu estou um pouco exaltado mesmo, não nego para vocês. Porque assim, eu garanto o meu trabalho, eu garanto o meu empreendimento, e tenho certeza que está tudo correto. Então por isso que eu solicito encarecidamente que esse processo seja votado. Obrigado. Não, vocês me desculpem. É porque tem um histórico, tem um histórico desse empreendimento, que eu estou nele desde 2005. Já era para eu estar com ele pronto em 2008. Olha para você ver quantos anos. Entendeu? Não por conta do CEAS. Não por conta do CEAS. CONSELHEIRO LUCAS: Presidente...PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada pelos pontos, Daniel. Próximo ponto de inscrição, Sandra. CONSELHEIRO LUCAS: Presidente. Lucas. Eu só queria retirar um encaminhamento que eu dei. PRESIDENTE JANAÍNA: Excelente. Obrigada, Lucas. Sandra? CONSELHEIRA SANDRA: Sandra, CMAS Montes Claros. Eu já estava inscrita, apesar de o Lucas ter retirado o posicionamento dele, mas eu estava inscrita e eu ia falar em cima do posicionamento dele, então eu vou garantir a minha fala nesse sentido. Então assim, a gente aprende. Eu também cheguei nesse Conselho muito nova e verdinha também com algumas questões. E eu acho que eu tive experiência aqui bem... Não é, Consolação? Muito significativa. Então eu vou colocar a partir da experiência que eu adquiri nesse Conselho aqui. Nós temos as comissões, e a não ser que as divergências apresentadas pela comissão sejam muito grandes, para a gente não acreditar nos nossos colegas Conselheiros. Por quê? O Conselheiro que está na comissão, ele é o nosso olhar, o nosso ouvir, e o nosso falar quando ele vai fazer uma visita. E quando ele escreve, com o apoio da técnica, nesse caso a Rosa, e os técnicos aqui do Conselho eles são muito sérios nesse sentido, eles vão comparecer, eles estão colocando o nome deles na frente. É o profissionalismo deles que está à frente. Então assim, eu quero colocar isso para quem está chegando, para nós que já estamos, porque a gente começa agora uma nova caminhada, conjunta, coletiva. A gente reavaliar um pouco isso daí quando a gente for colocar esses tipos de posição. Porque se nós, se o colega está na comissão, ele está lá representando o Conselho, né? A não ser, volto a repetir, que a divergência do que ele vai apresentar aqui, exista uma

divergência muito grande que eu não concorde. Porque isso nos ajuda a caminhar de mãos dadas, que é isso que o Conselho aqui tem que fazer. Nós temos que ser o concelho. O Conselho Estadual de Assistência Social. Tá? Muito obrigada. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Sandra. Seus pontos são bastante relevantes. Próximo inscrito, Daniel. CONSELHEIRO DANIEL: Eu ia fazer a defesa, só que assim. Eu entendo o lado dessa casa nessa questão do Daniel. Até compartilho com ele, da luta dele. Só que assim, a gente aqui, eu, muitos Conselheiros aqui, novos. Existe uma responsabilidade social. Existe uma responsabilidade nossa. E se houve outro elemento, a gente precisa ter um acesso. Então eu queria fazer essa pergunta. Depois dessa data, essa nova informação que houve depois, ela altera muito? Porque se não alterar, não tem motivo da gente prolongar essa questão mais, e sim decidir ela agora. Agora, se for algo, como diz a colega, acho que é Sandra, né? Que ela disse muito bem, se não alterar, que a gente possa fazê-lo. Porque, além da nossa responsabilidade social, a gente entrou aqui se espelhando nos Conselheiros que já estavam. Então, se eles não souberam repre... Se a gente acha, pedindo um tempo para analisar melhor, a gente está tirando a capacidade de solução do problema que eles tiveram. É a minha opinião. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada pelas considerações. Eu tenho ainda três inscrições. Elerson, Anédia e Helder. Então a gente seguir com esses pontos de inscrição, e aí a gente encerrar e seguir com a votação, tudo bem? Então, Elerson, por favor. CONSELHEIRO ELERSON: Elerson, da Cáritas Brasileiras. Não vou alongar tanto esse ponto de pauta, porque eu acho que já é consensual eu acho que já foi esclarecido. A minha questão não é essa questão em si, mas eu queria pontuar aqui, para todos os Conselheiros e Conselheiras, da importância da deliberação em relação a esse tema, porque a questão hídrica vai ser a grande questão, está sendo a grande questão do nosso estado. Não só esse ano, mas principalmente do ano que vem. E aí, quer dizer, não é assunto de... Não é objeto desse Conselho, mas às vezes, quando a coisa vem, ainda mais quando é coisa explicada de uma forma tão clara, parece que chega para gente, assim: "Olha, a gente não deve barrar o empreendimento". Eu estou fazendo um questionamento em relação ao modelo, ao modelo a ser implantado. O modelo de barragem para a geração de energia é um modelo contestado ambientalmente. Então assim, não é... Como o nosso objeto aqui é em relação à assistência às famílias e tal, acho que a gente não tem que parar quanto a isso. Mas só para saber do ponto de vista de discussão ambiental, discussão mais macro. Esse modelo tem sido questionado, porque a gente prioriza, muitas vezes, a geração de energia em detrimento da vida das pessoas. Não foi colocado aqui, mas nem sempre essas remoções, essas realocações da vida das pessoas, elas acontecem consensualmente. Muitas vezes são fatos dados e fatos colocados, e o morador, aquela pessoa que tem uma estrutura de vida muitas vezes rural, é obrigada a se mudar, e reorganizar sua forma de vida por conta de um empreendimento. Então esse empreendimento está a serviço de quem? Nem sempre essa energia que é gerada, ela é colocada a serviço das pessoas. Essa energia, muitas vezes, que é gerada, ela é colocada a serviço de grandes indústrias. De grandes indústrias, seja ela de qual tipo for. Então eu acho que não é o ponto de pauta em questão, essa é análise disso, mas quando a gente for fazer essa avaliação maior, não pensar só naquilo que você está avaliando, mas pensar em relação a esse modelo. Outros modelos de geração de energia a gente tem debatido, tem sido criado, as universidades também tem colocado. Eu falo isso porque a Cáritas participa também do CODEMA dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, e isso

tem sido debatido lá e a gente tem sido voto perdido. Voto vencido, na verdade. Voto vencido. Então assim, vamos pensar: “Ah, não. A gente não tem que barrar o empreendimento achando que o empreendimento está sendo maravilhoso para a sociedade como um todo”. Às vezes, essa geração de energia, se você vai se perguntar para quem ela é, para quem está sendo essa energia, nem sempre ela está a serviço da população como um todo. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigado, Elerson. Anédia? CONSELHEIRA ANÉDIA: Anédia. Usuária. Representante dos usuários. Do fórum. Eu acho o seguinte. Ali, nós deveríamos agora, nesse momento, pra gente não perder tanto tempo, que agora ali já houve discussão, já houve idas e vindas, né? Quem está saindo da mesa, os nossos representantes, que nós estamos substituindo, nós estamos entrando agora. Então eles já estão a par disso tudo. Não seria possível que eles nos dessem uma luz e dizer se é favorável ou não? Em vez da gente voltar, perder tempo, ou ganhar tempo, seriam eles? Eu penso assim. Entende? Que nós vamos ter, pela nossa frente, muita coisa para resolver. E por que não terminar, aí ele foi muito, gostei muito da fala dele, eu acho que então, aí quem pode responder se é em benefício do usuário ou de quem é, são os que estão nos deixando. Então eu gostaria da opinião deles, de que quem está deixando, para dizer se é favorável ou não. Entendeu? PRESIDENTE JANAÍNA: Anédia, obrigada pelas considerações. Nós encerramos as inscrições. A última fala, como eu já tinha trazido na plenária, era o Helder. E aí, inclusive, trazendo os pontos que a Anédia trouxe, o Helder, inclusive, é um Conselheiro de um mandato anterior e pode esclarecer esse ponto para nós. Helder, por favor. CONSELHEIRO HELDER: Não vou vender muito. Mas, realmente, o Daniel foi, assim, brilhante na fala. O Daniel trouxe para a gente, realmente, questões, assim, que não deve mais postergar. E eu entendo, Lucas, quando você questiona, mas só que aí faltou também, da minha parte, um histórico para vocês, que no último pleno, no último pleno, como que nós deliberamos? Gente, está faltando somente a confirmação se houve ou não houve, né? E aí, então nós deliberamos no pleno anterior de que a partir da confirmação de que realmente está encerrado, está concluído o processo, poderíamos trazer isso aqui novamente. Então assim, é com muita tranquilidade, Anédia, né? É com muita tranquilidade que eu te falo que tudo foi analisado, e o nosso encaminhamento é favorável, mas eu respeito demais o que vocês decidirem, tá, gente? A gente tem essa questão do respeito, por isso que a gente... Mas eu trago para vocês com muita tranquilidade. Foi analisado e-mails, foi analisado todo o procedimento, e aí foi um equívoco deles, acontece. E aí eles mesmos mandaram um e-mail pedindo desculpas, mas que já foi encerrado, por eles já deveria ser encerrado. Então assim, é com muita tranquilidade, tá, Lucas? E em respeito também, não é um fato novo. A gente pediu, nós nos movimentamos para que eles... Nós que pedimos: “Por favor, gente. Manifestem, que vai ter uma reunião do Conselho Estadual no dia 20, e a gente precisa dessa resposta”. Para que pudesse realmente trazer para vocês, com muita tranquilidade, sobre esse procedimento. Eu peço desculpas, mas você foi muito feliz, Daniel, ao trazer para gente que é algo não deve ser postergado, porque realmente concluíram o trabalho. Viu, Anédia? Não sei se consegui te responder, mas o nosso encaminhamento é pelo parecer favorável. Obrigado, Presidente. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigada, Helder. Então, votação. (Inaudível). Então, seguindo para a votação. Estão todos de acordo em encerrar as atividades no Posto de Atendimento de Assistência Social da PCH Fortuna 2? Conselheiros a favor? Conselheiros contrários? Abstenções? Aprovado o encerramento por unanimidade. SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: Gente, só



uma questão de esclarecimento. Quem está com o crachá branco é suplente, aí não vota. Participa tem todo o direito a voz, mas na hora da votação, aí, por favor, tá? É só quem está de crachá Azul. Obrigado. PRESIDENTE JANAÍNA: Obrigado, Consolação. Seguindo, então, o último ponto de pauta antes do nosso intervalo para almoço, as resoluções do CEAS 685 e 686, 2019, do Rede Cuidar. A Rosa vai projetar pra gente. CONSELHEIRO HUGO BENTO: Mesa, são 13 horas e... Vou pedir encaminhamento primeiro. São 13 horas e 10 minutos. Nós não poderíamos estar encerrando aqui, agora, a gente ir ali almoçar e retornar? Tá? Porque fica muito tarde para a gente sair e a gente não conseguir almoço ali. Entendeu? E eu tenho que tomar remédio também, até por causa disso. Tá bom? PRESIDENTE JANAÍNA: Hugo, obrigada pelas considerações. Então a gente vai seguir. Queria... Todos de acordo, então, com a proposta do Hugo? Excelente. Antes que a gente siga, então, estão todos de acordo, vamos sair para almoço. Eu queria só também esclarecer uma questão em relação ao período da tarde. Então, no período da tarde, a nossa equipe, representada aqui pelo Cristiano e pela Gabriele, que é a nossa Superintendente de Vigilância, vão dar seguimento às explicações em relação à Rede Cuidar e as entregas. A gente teve a publicação, temos excelentes notícias para compartilhar com vocês. E dentro também dessa prerrogativa de atuação compartilhada, no período da tarde quem vai presidir a planária é a nossa Vice-Presidente Patrícia, porque eu, enquanto Presidente, estarei em uma reunião com a nossa Secretária Elizabeth Jucá, de planejamento, inclusive deliberando pontos bastante importantes aqui para a assistência social. E assim que eu sair dessa reunião, eu retorno. Tá? Então eu queria só trazer esse ponto também. Então, no período da tarde, a apresentação da Rede Cuidar vai ser feita... Novamente repetindo, pela nossa equipe, muito bem representada aqui por Cristiano e Gabriele, e presidido pela nossa Vice-Presidente Patrícia. São agora 13h17. Então eu vou pedir pontualidade para a gente conduzir os trabalhos da tarde. Todos aqui, o retorno é às 14h17, tá bom? Porque temos um convidado. Consolação está me trazendo aqui. Então bom almoço a todos e muito obrigado.

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Retornando os trabalhos agora no período da tarde, foi solicitada a alteração do ponto de pauta, porque nós temos um convidado para poder fazer uma análise de conjuntura, Bruno Lazarote, da Fundação João Pinheiro, e ele tem um compromisso, e como nós atrasamos para sair do almoço e retornar, então a gente está solicitando a alteração do ponto de pauta para que o Bruno possa fazer a discussão em relação à análise de conjuntura. Os Conselheiros aprovam a alteração do ponto de pauta? Primeiro essa roda de conversa, e depois a Rede Cuidar. Aprovado? O Conselheiro Daniel pediu a palavra.

CONSELHEIRO DANIEL: Boa tarde. Daniel, do Movimento da PopRua. Então, o que eu gostaria só de levantar antes de passar a palavra para o ilustríssimo Bruno, é o seguinte. Por e-mail foi enviado para a gente um cronograma do que seria a plenária de hoje. E ao chegar aqui, já foi entregue pra gente com alteração. E isso é um... Até mesmo era para ter sido

entregue a nós, Conselheiros, antes de ter a plenária do jeito que está aqui, e não com essa alteração, porque, segundo a meu ver, eu vim preparado para uma abertura, justificativa de ausência, posse dos Conselheiros, eleições da Mesa Diretora, leitura do código de ética, calendário, almoço. Aí a roda de conversa da análise de conjuntura com o Bruno, e o encerramento. E na folha já está constando relatório pós-geração de energia e resolução CEAS. Então assim, eu acredito que para nós, Conselheiros, era para a gente ter recebido esse material do jeito que ele está no papel, por e-mail, entendeu? Porque por mais que aqui fale que o documento pode sofrer alteração, a alteração pode ser feita somente na plenária, e não somente antes dela. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Passando a palavra para a Conselheira Sandra, e em seguida, que já pediu a palavra, e em seguida para a Secretária Executiva, Consolação. CONSELHEIRA SANDRA DE FÁTIMA: Então, vou passar para a Consolação para ela esclarecer. Mas só lembrando, até falei isso com você lá embaixo, não foi, Daniel? Eu comentei com você que a pauta pode ser alterada, elas podem sofrer alterações, mas a Consolação pode explicar isso melhor. SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: Observação. Esse documento pode sofrer alteração do seu conteúdo. Ponto. Então o conteúdo, ele pode sofrer alteração, até vim aqui. Ainda os horários acima, referência, podendo ser alteradas de acordo com a decisão da plenária. É outra informação. Então nós temos duas informações aqui. De acordo com o Regimento Interno, é a Mesa Diretora que vai propor a pauta. A gente fecha a pauta das plenárias, é quase no dia anterior. E isso vai acontecer sempre, porque a reunião da Mesa Diretora é um dia antes da plenária. O que a gente tem é aqueles... São o que a gente já sabe, que já chegou no Conselho, que há necessidade, ou que tem prazo, a gente coloca. As matérias emergenciais, ou o que vai acontecendo, porque a vida do Conselho não para. Então a Mesa Diretora fecha a pauta da plenária um dia antes da plenária. Então isso vai ocorrer aqui, tá? A gente tenta ao máximo, ao máximo, passar toda a documentação, tudo previamente, porque a convocação sai no máximo, e a gente faz isso, respeita sim, à risca, uma semana antes. Se é uma semana antes, em uma semana aí de Conselho, muita coisa acontece. Há a necessidade, às vezes, como ocorreu, que é a questão de resoluções, essa pendência, veio tudo nesta semana. Então, despacha-se com o Presidente do Conselho, com Mesa Diretora, e aí vê se temos que fazer a adequação da pauta. E por isso ela vem com essa alteração mesmo. Tá? Então isso não impede, porque as questões são discutidas. Se houver a necessidade, se os Conselhos não se sentirem esclarecidos em relação a qualquer ponto de pauta, pode haver a apresentação e eles podem solicitar que isso espere uma próxima plenária para deliberação. Então isso não impede, isso não é forçar uma deliberação, não é isso. Porque na hora que a matéria está sendo apresentada, ela pode, inclusive, ser questionada no sentido de falar assim: "Ah, não. Tem pouco tempo, eu não sinto à vontade para essa deliberação", e aí coloca-se para todo mundo se concordam, se quer deixar a matéria para uma oportunidade, uma outra plenária. Tá? Obrigada. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Então eu vou passar a palavra para o Bruno, e aproveito já para agradecer a sua presença aqui mais uma vez conosco, viu, Bruno? PROFESSOR BRUNO: Boa tarde. Gente, vou ficar em pé aqui para vocês me verem. Prazer estar aqui, queria cumprimentar todo mundo que está tomando posse aí na nova representação do Conselho, dar os parabéns e desejar muito ânimo, força, que não vai ser um

período fácil. Outros também não foram, mas o período que nós estamos enfrentando no campo da proteção social, é um período difícil. É o que eu vou falar aqui. Na verdade só tem duas notícias boas que eu posso dar. Que é: vocês aqui, né? E que nós seguimos onde sempre estivemos, digamos assim. O resto tudo é mostrar, digamos assim, a defensiva em que não apenas o SUAS, e é isso que eu vou mostrar aqui, o SUAS, principalmente, mas eu nem vou centrar tanto assim no SUAS, porque eu acho que o SUAS vocês já estão mais carecas de saber... Eu estou careca de qualquer maneira, inclusive de saber. Estou careca em geral, inclusive de saber. De saber os problemas. Vou mostrar aqui, mas eu queria mostrar mais, discutir um pouco como que o Sistema Brasileiro de Proteção Social, que emerge da Constituição de 88, ele se estruturou, o que ele nos permitiu e alcançou, o lugar da assistência nele, e por que as suas bases hoje estão sendo minado, estão sendo atacadas, na verdade. Ele não é uma questão, assim, de não ser prioridade, os fundamentos, aquilo que viabiliza o sistema de proteção social que o Brasil... O Brasil é o Brasil, a gente sabe tudo, mas aos trancos e barrancos foi construindo, desde a Constituição de 88, e não é pouca coisa, a gente vai ver aqui. São as bases desse sistema e do lugar da assistência social nele que estão sob ameaça. É um pouco isso que eu vou conversar aqui com vocês, se vocês tiverem paciência aí, um presente de Natal de Grego, né, que eu vou dar para vocês. Por favor. É ruim, né, ficar mandando passar o negócio. Então, quando a gente pensa um sistema de proteção social, o que a gente está falando? No Brasil e quase em qualquer país. É um conjunto de normas, instituições, organizações, recursos e serviços que procuram proporcionar, garantir ou proteger o bem-estar dos cidadãos de um país em um determinado momento. A ideia básica é a seguinte: maior parte que Quase todos os países que a gente estuda, vive, vivem sob uma economia de mercado. O mercado é um mecanismo que faz várias coisas importantes na sociedade, mas uma coisa que ele não faz é produzir bem-estar. Por quê? O mercado é orientado para a competição. Ele sendo orientado para a competição, aqueles outros valores que a sociedade julga importante, a cooperação, a proteção, o acolhimento. Eles não vão ser providos. (Trecho incompreensível), né? Eles não vão ser providos pelo mercado, portanto, só a política pública pode proporcionar. E esse conjunto de políticas públicas que visam proporcionar, né, vamos chamar assim, domesticar o mercado, senão cada vez está parecendo mais difícil civilizar o mercado. É melhor para o pessoal ver, né? Fica aparecendo instalação da Bienal, assim, né, com o rosto. Cada vez está parecendo mais difícil civilizar o mercado, pelo menos domesticar o mercado. Isso é que a gente chama do sistema de proteção social. Ele tem 4 eixos, no caso do Brasil, que ele foi se constituindo. Eu vou ter que passar por lá mesmo, senão eu não enxergo. Vai ficar esquisito, mas eu não enxergo, não adiantou. Assim fica bom, né? Primeiro, a cobertura de riscos sociais. A cobertura de riscos sociais é aquilo que a gente chama de Seguridade Social. Então você pega seguro-desemprego, acidente de trabalho, aposentadoria em geral, especialmente as aposentadorias por... Como é que chama isso? Invalidez, incapacitação. Todos esses são aqueles elementos que procuram proteger as pessoas do conjunto de riscos que ela está exposta durante a sua vida. Não é isso? A garantia de um conjunto de direitos sociais. Quais são esses direitos? Varia de época para época, varia de país para país. Mas geralmente são aqueles conjuntos de serviços, ou condições, que a sociedade julga que deve garantir a todos os seus cidadãos. Eu sei que eu estou falando muito o bê-á-bá, mas só para a gente nivelar o terreno. Que a gente deve garantir para todos os cidadãos. Então

you get health, basic health conditions. Basic education conditions. Almost all countries have, in some way, initiatives to provide minimum health conditions, minimum education conditions. But people can think of other rights. Housing, food security, and so on. Or, generally, these are things that transform directly into goods and services that the state provides to people, well, services and resources. Isn't that? Third point. Equalization of opportunities. These are those sets of policies that seek to guarantee that... Because people say the following. Sometimes it can be... Well, let's talk, right, that exist... People can think like this: inequalities. It's a simplified way for people to think. Vertical inequalities and horizontal inequalities. Then, when people think of a vertical inequality, it's the distance that separates the poorer person from the richer person. Let's say, it's the size of the building. The taller the building, the more unequal a country is. Isn't that? And our building is a skyscraper, Brazil is an uncontrolled business. In terms of inequality. But you have another dimension, which is the horizontal dimension of inequality, which people can think of the following: if it's like this, if the building is tall, who lives on each floor? If certain social groups have more chance of being in the upper floors and other social groups have more chances of being in the lower floors, that means that not only is the inequality large, but you also have inequality of opportunities. These are the most recent policies, and still... All these, currently, are in dispute in society for their legitimacy. But there are many, so you get, for example, the policies to combat racial inequality, the policies against the genocide of the black population, the policies, for example, to protect, combat homophobia. Policies against gender inequality and protection against domestic violence. Protection against domestic work, which combines race and gender. These are all policies that seek to deal with, policies... You can use social name. Or, well, not only are you not wanting, or fighting, for resources, but for the recognition of your dignity and your fullness as a citizen. For example, you get citizens and transgender people. When they demand the right to use their social name. This doesn't imply money, you're not distributing money, you're not... Right? Giving a house. I want to be recognized as what I chose to be. Isn't that? Then these are, let's say, social quota policies. All these are quite recent policies, like in the case of Brazil... Others, not so much. For example, you get people with disabilities. You have various policies that are recent, for example, of educational inclusion, and that, also, from now, are again in dispute in society. Retreating, this debate is retreating dangerously from my point of view, and you have others that are old, and that are also in dispute. For example, the reservation of vacancies in the labor market for people with disabilities, which in a flash here, one day, that gentleman here was wanting to extinguish, isn't that true? No, I'm not... Signed the deal. It is. And in the end, right, that's where more directly social assistance, the policies of dealing with destitution and poverty. Everything well? Then generally, and especially in the Brazilian case, it's around these four axes, let's say, that our social protection system has been built over time. People can think of it like... Well, it never has a day that it starts, just as it never has a day that it ends, but people can think of it as being in the 30s, let's say, from a national point of view, you're making an effort and initiatives, more or less structured, to build this here. It starts here,

como na maior parte do mundo. Criação do Ministério do Trabalho, não é isso? Salário mínimo, não é? Previdência. Geralmente é esse miolinho que começa. De outro lado, você tem a... Que também começa nos anos 30, muito atrasado, mas se acelera depois, por exemplo, a educação, não é isso? A expansão da educação. A ideia da educação sempre teve, é por aí, né? Teve escola, colégio, não sei o quê. Mas a ideia de que todos os cidadãos deveriam ter um mínimo de educação e iniciativa de educação nesse sentido, né, escolarização formal, e iniciativas minimamente consistentes para expandir a rede de serviços e atendimentos. E também começa mais ou menos lá nos anos 30, mas se acelera mesmo é dos anos 60 para cá. Tudo bem, gente? Vamos lá. Então é isso. Aqui, o que acontece aqui? O que caracteriza esse sistema? Desde a sua origem. É que ele é muito heterogêneo. Heterogêneo em que sentido? No sentido de que ele foi montado, ele não é uma coisa bonitinha que você foi lá e concebeu um prédio. Sabe aquelas casas que a gente vai, de parente nosso, que você só entende a arquitetura da casa sabendo a vida da pessoa? Você fala assim: "Como esse banheiro está nesse canto? Para que nesse canto aqui, do lado da cozinha, tem um banheiro?". "Ah, não, isso aqui é porque ele ganhou um dinheiro a mais de uma indenização aqui e tal, então deu para ele montar esse banheiro. Aproveitou, só tinha esse pedacinho aqui". Mas e se tivesse puxado um quarto e emendado em outro quarto? Ah, não, é porque nasceu, sem querer nasceu lá, de susto, nasceu outro filho e tal, aí teve que montar. O nosso sistema de proteção social a gente entende assim. Mas aquilo funciona para a pessoa. A pessoa vive, organiza a vida, não é isso? O nosso sistema de proteção social é assim. Às vezes respondendo a oportunidades, às vezes, respondendo a pressões. Então você não pode pensar que ele é um sistema, que ele foi se constituindo de uma maneira coerente, homogênea, com um princípio, por exemplo, universalista para tudo, ou um princípio contributivo para tudo, ou um princípio focalizado para tudo. Não. Você tem pedaços com uma cobertura pequena, você tem pedaços universais. Você tem pedaços que são não contributivos, você tem pedaços que são contributivos. Você tem coisas que estão bastante antigas e a gente achava consolidadas, você tem coisas mais recentes, em processo de consolidação. Mas o que acontece é que, no fim das contas, quando você olha para trás, isso antes do apocalipse zumbi de 2016. Tudo o que eu vou falar aqui está valendo até mais ou menos 2014, por aí. Quando você olha para trás, você enxerga que, comparativamente, aos outros países da América Latina, por exemplo, o Brasil tem um sistema de proteção social bastante variado, chegou a isso, né, ou seja, cobrindo vários daqueles eixos com um conjunto relativamente estável, de financiamento, fontes mais ou menos estáveis. Hoje a gente vê que muito disso era ilusão, mas funcionou durante muito tempo, o que vai acontecendo da Constituição de 88 para cá, que consolidou isso. Eu vou explicar um pouquinho se vocês tiverem paciência. E bastante adensado. Ou seja, você tem, vários daqueles quatro eixos são cobertos daquele jeito que a gente sabe, Brasil é o Brasil, vaza para todo o lado, tem uns pedaços que são remendados, tem uns trem que é meio manco, assim e tal, mas foi se expandido. Se a gente pensar assim, o conjunto, a proporção da população brasileira, que de alguma maneira, em algum campo da sua vida, é alcançada pelo sistema de proteção social com mais ou menos precariedade, mais ou menos qualidade, mais ou menos desigualdade, foi se expandindo e chegou a uma proporção bastante importante. Assim como o volume de recursos que a sociedade brasileira, digamos assim, aporta para as políticas sociais. Depois eu vou explicar um pouco isso. Tudo bem? Vamos lá. E isso ficou mais ou

menos o perfil dos nossos sistemas de proteção social. Se a gente pensar, quais são os eixos estruturantes? Emprego e trabalho. Não é isso? Então você tem a política de previdência social básica, a previdência dos servidores da União e dos estados e tal, e aquele conjunto de políticas de apoio ao trabalhador, maior parte delas, no caso do estado, estão aqui na SEDESE, não é isso? Agora é a SEDESE de novo, voltou. Segundo, a assistência social e combate à pobreza, com aqueles eixos principais que a gente conhece, vocês conhecem mais do que eu, não preciso passar por eles. Assistência social, segurança alimentar, combate à pobreza e transferência de renda, as políticas de proteção especial nos seus vários campos e tal. Isso que a gente pode chamar de direitos básicos de cidadania, saúde, educação, o ensino fundamental, e isso foi se expandindo de 2009, principalmente, para cá, à medida que foi se aprimorando, pelo menos em termos de objetivos a noção de Educação Básica para cobrir desde a educação infantil até o ensino médio, não é isso? E o que a gente pode chamar da infraestrutura social? É que, vamos pôr como exemplo, habitação e saneamento básico. Esse é o nosso sistema de proteção social. Pode passar, depois eu falo no atacado. A gente tem que pensar, eu coloquei essa setinha aqui, só para a gente pensar o seguinte, que é aquele negócio: parece que é tudo arrumadinho, mas ele tem condições, cada uma dessas coisas têm condições muito diferentes de cobertura, de acesso, de equidade, de eficácia, de eficiência, para a gente não parecer que é tudo muito bonitinho, muito arrumadinho. Eu acho muito bonito, porque eu acho que é o resultado... Em uma sociedade desigual como a brasileira, com a trajetória de autoritarismo que a gente tem, com uma escravidão que durou quase três quartos da história brasileira. É resultado de muito esforço e muita luta e muita resistência. Nada disso é concedido da população brasileira e dos trabalhadores brasileiros. Eu acho que o SUS, a gente gosta de falar mal do SUS, eu não gosto. Que eu acho que o SUS devia ser Patrimônio da Humanidade. Acho mesmo. Não estou falando assim, ironicamente não. Acho mesmo. Porque você conseguir a cobertura que o SUS consegue com os recursos que ele tem, não existe país no mundo, e isso eu estudei, eu posso dizer, não existe país no mundo capaz de proporcionar a cobertura, ou seja, o tamanho para uma população do tamanho da brasileira... Ainda que você considere aí que um quarto, um quinto da população não utilize o SUS. Vamos pensar. Agora voltou, é isso, né? Você tem o pior dos mundos, ou seja, você vai restringindo o financiamento com a deterioração economia, a procura aumenta. Então você tem a junção de aumento da procura com deterioração do financiamento. Mas não existe um país no mundo capaz de proporcionar atendimento à população. Os Estados Unidos, gente, vocês não imaginam o que é aquilo ali em assistência social. Você tem vários países que proporcionam, por exemplo, saúde universal. Nenhum para uma população da magnitude da população brasileira. "Ah, mas a Unimed é muito melhor". Me dá metade do que você paga da Unimed por cidadão atendido no SUS para você ver o serviço que o SUS vai ser... E eu nem sou da saúde, mas eu... Que o SUS vai ser capaz de proporcionar. Então eu acho que, assim, é uma conquista muito bonita que a gente tem que defender isso aqui, porque nas condições desiguais e autoritárias da sociedade brasileira, você conseguir montar isso, dessa maneira, aos trancos e barrancos, tropica, vaza, perde dinheiro, ganha, não sei o quê, mistura e tal, é uma conquista muito importante. Por favor. E é isso. O que eu quis dizer é assim, a Constituição de 88, o que ela faz? Ela pega... Eu não vou detalhar muito aqui para a gente não perder tempo, mas ela pega, ela fez uma coisa muito importante. Como esse sistema de proteção

social era montado? Ele era basicamente dirigindo, em sua imensa maioria, para trabalhadores formais urbanos. E era majoritariamente contributivo, acabei de falar da saúde, vocês lembram... Vocês não lembram porque vocês são todos novos, mas quem não contribuía com o INAMPS não tinha acesso à saúde. Não é isso? Então, carteirinha, ou então, né, ia lá para a fila, ou então era Santa Casa. E torcia para isso. Então era basicamente esse miolinho, então você tinha um miolinho da população protegido, alguns bem, outros mal; alguns mais, outros menos, mas era um miolo. E um cinturão, que na verdade era a maior parte da população, que ficava de fora. No atacado, vou falar assim, “no atacado”, porque... O que a Constituição de 88 fez foi expandir esse cinturão. Então ela pegou muito... Ela não redistribuiu, ela não foi uma Constituição redistributiva no sentido de “Eu vou tirar mais de quem tem mais e dar muito para quem tem menos”. Ela manteve essa estrutura tributária mais ou menos intacta. Mas o que ela fez? Que é uma estrutura tributária muito desigual no Brasil. Mas o que ela fez? Ela ampliou a cobertura e o alcance do sistema de proteção social. Tornou ele maior e menos contributivo, digamos assim. Então você pega a assistência social, por exemplo, quando ela é reconhecida como parte da seguridade social, o que você está falando? Falar assim: “Olha, tem um pedaço importante da população que, a característica...”. Na Escandinávia, você não tem problema, porque a informalidade é muito pequena. Então, se você cobre o trabalho formal, você está cobrindo a sua população. Mas no Brasil, onde mais da metade dos trabalhadores não são trabalhadores formalizados, se só quem é funcionalizado, você está deixando um tanto de gente de fora. De várias políticas. Então você fala assim, olha: “Reconhecendo a heterogeneidade da seguridade social e das condições do Brasil, nós vamos fazer um bocado de coisa aqui para quem está fora desse miolinho, principalmente”. Então você pega BPC. BPC, sob ataque. Você pega... Os dois BPC. Em ambos os casos eu vou mostrar isso aqui. Você pega transferência de renda. Fala assim: “Olha, eu sei que existe um pedaço do mercado de trabalho que não é alcançado sequer pelo salário mínimo”. Por isso é que, você estando ou não empregado, você pode receber uma complementação de renda, porque a gente sabe que as condições do mercado de trabalho... Não é isso? Não alcançam. Acabei de falar da... A Previdência Rural, não contribui. Então a Previdência, ela é contributiva. É aquilo que eu falei: tudo gambiarra, tudo emendado. A previdência contributiva. Mas a Previdência Rural é não contributivo, porque a gente reconhece a precariedade desse pessoal que estava lá, de fora. Tudo bem? Então é isso, né? A Constituição de 88, o que ela faz? Ela expande esse cinturão da população que está... Ela expande o guarda-chuva, digamos assim, da proteção social. Mais direitos são cobertos, mais recursos são destinados. Não é isso? Ele se torna, a educação é a mesma coisa, poderia falar da educação aqui também. São destinados. E menos contributivo ele se torna. Então ele é mais abrangente em comparação com o que vinha antes, mais universalista, apesar de ainda ter muita coisa contributiva, muita coisa... Então você pega, por exemplo, a assistência social, ela tem essa coisa, assim, que é um pé lá, um pé cá. Ele é universal a quem dela necessitar. Não é isso? Então... É isso, gente. A coerência total é um luxo que muito pouca gente pode se dar. A gente monta as coisas é nos trancos e barrancos, remendando do jeito que dá. Principalmente do jeito que a correlação de forças em cada momento permite a gente avançar. Não é isso? Em cada espaço. É isso que... O sistema brasileiro de proteção social, que sai da Constituição de 88, é isso: é um sistema que busca alcançar, tanto naquelas políticas que ele cobre, quanto na

quantidade, nas parcelas da população atendida, um grupo maior das pessoas que estavam de fora. Mais universalista, menos contributivo, mais financiado do que era antes. Justamente por isso, ou seja, com fontes maiores de financiamento. A Constituição de 88 amplia as fontes da política social bastante. Assegura, vincula recursos para a educação, assegura fontes fixas para Seguridade Social e por aí afora. Tudo bem? A Lei não garante tudo, muita coisa, depois, vai sendo revista. Vamos lá. Aqui eu já falei, piriri, pororó, pororó. Então, no fim das contas, é isso: lição da história. Ao fim da Constituição de 88, e do processo conflituoso, avança, recua e tal. Depois, para tentar fazer valer aquilo que está na Constituição de 88, a gente foi tendo um sistema de proteção social mais completo, abrangente e universalista. Em comparação com o anterior, é isso o que nós estamos falando, nós estamos comparando o antes e o depois, não estamos falando se ficou bom, ficou uma maravilha, ficou certinho não. Tudo bem? Vamos lá. Toca pra frente. Então, a... A assistência social, vocês acham que precisa falar? Ou vocês sabem? Vou passar rapidinho, então. O que foi? A assistência social, eu vou falar muito rápido, mas uma coisa que é importante. Sempre houve, no Brasil, desde a colônia, iniciativas de assistência aos povos invulneráveis. Sempre houve. Qual era o problema? Era que, vocês também conhecem bastante essa trajetória, era que você não tinha, isso nunca se constituiu como uma política pública institucionalizada. O que significa uma política pública institucionalizada? Primeiro, você ter regras claras. Quem, o que, em que condições. Segundo, serviços que fossem, digamos assim, universais e transparentes, que não fossem discricionários, critérios que não fossem discricionários de inclusão e exclusão, ou seja, que o atendimento não seja resolvido na hora da eleição, ou se você é amigo do vereador, ou qualquer coisa desse tipo. Ou seja, que fossem não clientelistas. Terceiro, com estruturas e servidores públicos e estáveis para prover esses serviços. Quarto, uma divisão mais clara entre o que a União faz, o que os estados fazem, o que os municípios têm a obrigação de fazer. Quinto, quem paga o que, quanto? Que são critérios, fontes de financiamento e de transferências, o que você tinha era basicamente a lógica convenial. Não é isso? Então pingava um dinheiro, dependendo se o prefeito era amigo do deputado, se o deputado era amigo do partido do Presidente, se o dinheiro estava apertado, o recurso vinha, se o dinheiro não estava apertado, o recurso não vinha. Eventualmente todo mundo queria fazer o seu projetinho, não é isso? Essa é a trajetória. E, principalmente, com um caráter semipúblico, semifilantrópico. Ou seja, a ideia – eu estou repetindo o que vocês sabem – a ideia de que a assistência social não é um direito, ela é uma forcinha que o pessoal te dá. Não é isso? Quando você está muito carente, você está precisado, não é isso? O brasileiro adora... O brasileiro não. Classes médias e altas brasileiras adora a filantropia, e tem horror à justiça social. É isso. Por quê? Porque a filantropia, o poder está em quem dá, e não em quem tem direito. Eu posso escolher quem merece, quem não merece, não é isso? Ou o que eu ganho, o que eu não ganho. E era por aí. Era essa que era a estrutura. Assim, eu estou contando histórias aqui que vocês estão... Que é o pão de cada dia de todo mundo. O primeiro damismo, não é isso? E por aí afora. Não é isso? Não é verdade? A assistência social, então, ela é, dentre as políticas sociais, mais estruturais, a última a se institucionalizar. Ela, na verdade, ela só vai fazer essa transição, essa ruptura entre um conjunto de ações pontuais, fragmentadas, semipúblicas, de cobertura limitada, que começa, termina, todo mundo faz a mesma coisa num lugar e ninguém faz nada em outro. Não é isso? Com o SUAS, na verdade. Primeiro com a LOAS. A LOAS lança a Lei



Orgânica da Assistência Social, ela lança, aplaina o terreno institucional ali, mas, a ruptura de verdade acontece é com o SUAS. E aí é preciso dizer uma coisa, porque existem modas que voltam sempre, digamos assim, que são, na verdade, discursos e ideologias muito atrasadas, que voltam sobre roupagem nova. O que existe de moderno no campo da assistência social chama-se estado. Estado, serviço público. Estado, servidores públicos, com equipamentos públicos, com financiamento público, estruturado, previsível, regular, transparente, com transferências fundo a fundo, para serviços com os quais a população sabe que pode contar em qual e qual horário, e sabe que não pode contar em qual e qual horário. Isso é que existe de novo no estado, com a avaliação, indicadores transparentes de repasse, que dão previsibilidade aos gestores e fontes estáveis de financiamento. Essa conversa de programas, parcerias, entidades, não sei o que, pororó, elas são muito importantes do ponto de vista complementar. Ou seja, de somar e completar o conjunto da rede e do esforço público. Jamais como substituto. Porque essa história são os 350 anos de política que você tem no Brasil. Nós temos, na verdade, quatro séculos e meio disso. O que existe de moderno na assistência social é o estado. Parece feio falar, o estado, coisa antiga e tal, é o estado. O que existe de moderno. A ruptura e a inovação que houve na assistência social no Brasil foi o estado assumir para si a tarefa de enxergar e garantir os direitos das suas populações mais vulneráveis. Reconhecer como direito e reconhecer a si, enquanto estado brasileiro, a tarefa e a obrigação de garantir como cidadãos, o atendimento a essa população. E é isso que está de novo sob questionamento, com uma desculpa... Quer dizer, como uma face retórica daquilo que é, na verdade, o fundamento, que é minar o financiamento. Minar o financiamento. Tudo bem, gente? Às vezes eu fico dando sermão aqui. Em vez de roda de conversa, é a pregação de... O sermão de Bruno Lazarote, o sermão de Natal de Bruno Lazarote. Tá ótimo, beleza. Então vamos lá, gente. O que acontece ali, agora eu vou falar rapidinho mesmo. O que acontece aqui? Então esses são os principais componentes que fazem essa ruptura entre aquele modelo semipúblico, fragmentado, assistemático, pontual, não é isso? Que a gente vinha, e um sistema público que estrutura a política social de uma maneira institucionalizada, previsível e profissional. O que é? Você tem a criação dos fundos de assistência social, junto com o Conselho e plano, que está lá na LOAS, é onde começa o negócio. A superação, e isso é muito importante, daquela lógica fragmentada e convenial. Ou seja, você ser capaz de ter transferências, fundo a fundo, a partir de critérios que sejam minimamente transparentes e previsíveis, é o que permite, na verdade, você planejar e gerir. Você ter um mínimo de visão de longo prazo. O cofinanciamento compartilhado, ou seja, onde os diferentes entes acertam, e essa é a parte que anda mais avacalhada. Isso nunca teve bom, na verdade. Nunca foi muito claro. Nunca foi devidamente... Quem faz o que e com quanto? Essa é a parte que eu acho que você estava caminhando. Aquilo que nós falamos, repasse fundo a fundo, regular e automático, e tipificação de serviços. Deixar claro: o que é para fazer, gente? Porque, historicamente, a assistência social era isso. Até o nome variava. Ainda varia, mas era assim: é a assistência social, é bem-estar social, é trabalho social, é ação social. E em alguns lugares, a creche estava na assistência social e em outros lugares a creche estava na educação. Não é isso? Em uns lugares o trabalho era parte da assistência, em outros era parte do desenvolvimento econômico. Em outros um pedaço do... O trabalho SESI/SESC/SENAI estava na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O trabalho de qualificação para a população pobre estava na assistência. Não é isso?

Então, quando você diz: “Olha, assistência social é isso”, é quando você consegue estruturar os serviços. Não é isso? E, claro, as normas para o funcionamento aqui. Então esses são, digamos assim, os eixos que permitiram estruturar aqui. E vejam que, para a gente montar um sistema estruturado, eu não estou falando aqui do pessoal, do RH, e tal, o financiamento é fundamental. Não é só porque... Né? Dinheiro não traz felicidade, esse negócio. Mas é porque é o seguinte: o financiamento permite que a gente estruture as relações. Quando, por exemplo, a União fala: “Olha, você não é obrigado a ser do SUAS, mas se você for do SUAS, você tem garantido esse dinheiro, esse não sei o quê”. Tem um mecanismo que eu estou, digamos assim, organizando aquilo ali. Não é isso? Induzindo a o que o município, que talvez por si mesmo nem fosse montar um CRAS ou uma coisa, ele monta. Ele fala assim: “Tudo bem, você não monta não, mas você está perdendo dinheiro se você não tiver um CRAS aqui, porque tem um dinheirinho guardado para quem tiver CRAS”. Não é isso? Desde que você tenha essas e essas... Então, digamos assim, a regularidade do financiamento é algo muito importante para você estruturar um serviço que seja minimamente pelo dinheiro mesmo, que você tem que pagar as contas, tem que pagar as pessoas, mas também pela regularidade, previsibilidade, a capacidade de coordenar que repasses condicionados permitem a gente pode fazer. Beleza? Então vamos lá. Passa aí, que eu já estou acabando. Olha só, isso aqui, quem não está vendo aqui, isso aqui é o Índice de Gini. O que é o Índice de Gini? O índice de Gini mede a concentração de renda, quer dizer, a concentração de qualquer coisa. Nesse caso aqui é de renda no Brasil. Vocês vejam aqui que, quem não está vendo, ele vinha mais ou menos, desde os anos 70, na verdade ele vem para mais ou menos aqui, isso é só a renda do trabalho, essa coisa varia de acordo com que rendas que você está olhando, se é o conjunto das rendas, se é só renda do trabalho. Mas ele vinha como um... O que a gente brinca de falar? Que é o eletrocardiograma do morto, não é isso? Ou seja, ele vai mais ou menos, varia um pouquinho para cima, um pouquinho para baixo e tal, mas sempre mais ou menos lá no nível, que é pornograficamente alto no mundo, em qualquer comparação com o mundo aqui. Ele chega aqui, Constituição de 88, mas principalmente a partir de 2003/2004, ele começa a cair, e vai caindo, vocês vejam, quem consegue ver, quem não consegue, eu explico. Eu tenho uns alunos que são assim: eu tenho uns alunos cegos lá na... Lá na Fundação... É. É, pois é. Aí eu falo: “Gente, vocês estão vendo isso aqui?”. Eles são gozador pra caramba, e falam: “Eu não estou vendo nada”. É. “Não estou não”. Eu explico. É essa linhazinha que vai medindo o Gini, ela vai reduzindo a partir de 2003/2004. Na verdade, reduz até o Apocalipse Zumbi ali, de 2016, ele vai reduzindo. Quer dizer, a concentração de renda num nível muito alto. Ela é alta, continua alta, mas ela vai se reduzir. Se vocês virem esse, prestar atenção nesse gráfico, vocês vão ver que, na verdade, porque isso aqui está até mil, novecentos e setenta e poucos, mas, nos anos 60, que é o mais antigo que a gente tem, continua aqui, mais ou menos. Mais ou menos no mesmo nível aqui. Então é o único, não é que é o mais, é o único período da história do Brasil em que a concentração de renda diminui seguidamente. A gente tem 500 anos de história, a gente tem 10 anos, 12 anos de redução sistemática, apenas. E vocês vejam, esse aqui é porque muda a pesquisa. Vejam que empinou para cima de novo, e continua empinando em 2019. Anteontem saiu um estudo do IPEA mostrando que em 2019, né, só os mais pobres perderam renda, digamos assim. Quem teve a sua renda real reduzida foram os 20% mais pobres do Brasil. Todos os outros ganharam alguma coisinha de renda ou ficaram

no 0 a 0. Os mais pobres perderam renda, então essa concentração aumentou mais ainda. Vamos lá, vamos passando que eu vou mostrar umas coisas aqui para vocês. Isso aqui é, vocês viram que uma parte importante do nosso sistema continuou contributivo, não é isso? Aquilo que eu falei para vocês. Então vocês falam: “Previdência, apoio ao trabalho, proteção ao trabalhador”, ele é todo contributivo, não é isso? Ele é partir da folha, do seu desconto no salário. Portanto, para você manter aquele sistema funcionando, qual é a base? Você tem que manter a... Quanto mais emprego formal protegido você tiver, não apenas as pessoas estão mais protegidas, obviamente, porque tem empregos de melhor qualidade, mas você gera recursos para financiar o sistema. Não é isso? Aqui. Então olha aqui para vocês verem. Aqui você tem, em 2001, a gente tinha 52% da população coberta por carteira assinada. Metade da população dos trabalhadores tinha carteira assinada. Metade das pessoas ocupadas tinham carteira assinada. A gente chega no fim de 2014/2015 com quase 65%, que é a maior... Vocês vejam, o mercado de trabalho brasileiro ainda é muito heterogêneo, a gente tem, né, chegou nesse ponto com 30 e poucos por cento ainda sem proteção social da Previdência, não é isso? Mas foi a maior cobertura previdenciária que o Brasil já teve nessa história. Isso é que foi, digamos assim, montando a máquina rodando, digamos assim. Pensa aquele primeiro negócio lá, a desigualdade caindo. O que sustenta isso? Emprego. Passa mais uma. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Deixa só eu perguntar uma coisa. Quando você fala “carteira assinada”, você fala trabalho formal. Você falou que está dentro daquilo ali. PROFESSOR BRUNO: MEI. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Trecho Incompreensível). PROFESSOR BRUNO: Qual? INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Quando você fala “carteira assinada”, é que tem um trabalho formalizado, né? Não é carteira (inaudível). PROFESSOR BRUNO: É. Pode ser servidor público também. É. O trabalho formalizado, vamos dizer assim. É isso. É tirando o informal, o por conta própria, e... Bom, antes não existia, mas aqui, por exemplo, depois que você tem o MEI, ele também está lá, formalizado, porque ele tem proteção, ele é um tipo de trabalho protegido. No fim das contas, o que acontece aqui? E é por onde a gente vai encerrar aqui. Isso aqui é base da distribuição no Brasil. Vamos pensar o seguinte, que a gente tem um Índice de Gini que é em vários estágios. Primeiro você tem o mercado. Então você vai lá no mercado e ganha um X bruto. Não é isso? Disso que você ganha, você recebe mais de, por exemplo, aposentar... O Gini é o seguinte. É uma medida, um indicador, que chama Índice de Gini. Ele é um indicador, uma medida dessas aí, o importante é saber o seguinte: se todo mundo aqui nessa sala tivesse exatamente a mesma renda, o Índice de Gini seria zero. Se a Consolação, que é a pessoa de mais posses aqui que a gente sabe, né, que é a pessoa... Né? Bem de vida e tal, ela detivesse toda a renda dessa sala, e ninguém mais tivesse, zero de dinheiro, esse índice seria 1. Então quanto mais próximo de 1, mais concentrado é o recurso. Quanto mais próximo de zero, mais distribuído é o recurso. Então, quando a gente fala que o Índice de Gini, caiu, né, por exemplo, o Índice de Gini da renda caiu, quer dizer o seguinte: a renda se tornou menos desigual. Quando a gente fala que o Índice de Gini subiu, quer dizer, a renda se tornou mais concentrada, mais desigual. Entendeu? Então aí dá para entender? Uai, gente, vocês tem que falar, senão... Aí, o que acontece aqui? Só para acabar. Então você vai lá, o mercado gera uma desigualdade, não é isso que eu falei? Mercado de trabalho e tal. Então você tem lá, aquele Gini alto lá, que é 0,634. Beleza? Mas, o estado, o que ele faz? O estado recolhe recursos da sociedade, não é isso? Por meio de impostos, e transfere

recursos para a sociedade, por meio de... Sei lá, política social, saúde, juros para banqueiro, serviços de educação, aposentadoria, Bolsa Família. Não é isso? Então, se a gente pensar: de quem o estado tira por meio de impostos? Para quem que o estado dá? A gente consegue ver o quanto o estado contribui para reduzir ou para aumentar a desigualdade. Não é isso? É isso que eu vou mostrar aqui para vocês, e é isso que a gente vai entender em que pé que nós estamos aqui, a encrenca que nós estamos aqui, tá certo? Porque, o que acontece aqui? Então é isso. A primeira bolinha é o primeiro estágio. Você vai lá no mercado... Vamos imaginar, não existe estado. Você vai lá no mercado e tem um Índice de Gini muito alto pelo funcionamento do mercado, 0,634, que é muito alto. Em comparação com qualquer país do mundo, a gente ia estar... No mínimo a gente está classificado para a Libertadores, digamos assim. Se fosse o Campeonato Brasileiro, o time do Brasil estava classificado para Libertadores, que está sempre entre os seis Ginis mais altos do mundo, mas concentrado. Aí aqui a gente tem um segundo estágio. Você pega o seguinte: você pega isso que o mercado dá, e acresce o que o estado transfere diretamente para as pessoas. Previdência. A Previdência, gente, muita coisa que vocês escutaram sobre a Previdência é verdade, e muita coisa é mentira. A Previdência, do regime geral da Previdência, ou seja, esse do INSS, é muito redistributiva. Isso quer dizer o seguinte: ela contribui para reduzir a desigualdade social, ela transfere recurso de mais ricos para mais pobres, por causa do teto, ela tem um teto de 5 mil, e por causa do... Que a grande maioria dos benefícios estão entre um e dois salários mínimos. Então, quando eles mexeram no regime geral da Previdência, eles estão reduzindo a quantidade de recursos que são destinados à, digamos assim, metade de baixo da pirâmide do Brasil. No regime geral da Previdência. Os regimes próprios da Previdência, que são os dos servidores públicos, esses são regressivos, por quê? Porque eles não têm teto, então quando você aposenta, você recebe pela sua, pelo total dos recursos que você tem. E quem aposenta, já tem um salário mais alto. Mas, o principal elemento de concentração do regime próprio da Previdência não está no executivo, está no judiciário e no legislativo. Se você pegar os 1% das maiores aposentadorias do Brasil, elas significam 15% de todas as aposentadorias distribuídas. Deu para entender? Deu para entender isso? Não, mentira. Os 2%, se pegar, assim, os 2% de maiores aposentadorias do Brasil, representam 15% de todas as aposentadorias. Essas não estão no regime geral da Previdência. E essas permaneceram intocadas pela Reforma da Previdência. Intocadas pela Reforma. Estão exatamente do mesmo jeitinho que estavam antes. O que aconteceu? Você transferiu o recurso, digamos assim, do professor para o faxineiro. E disse que eliminou privilégios. É isso. Então é isso que aconteceu nessa Reforma da Previdência. É basicamente isso. Onde realmente estão os privilégios, existem, eles estão intocados pela Reforma da Previdência. Por isso, olha o tanto, olha como que essa segunda bolinha, ela fica bem mais baixa do que a primeira bolinha. Que o gasto social do estado, ele é um gasto que contribui para reduzir a desigualdade. Vocês estão vendo aqui? Aí, depois, vamos para terceira a bolinha, o que é a terceira bolinha está pegando? Vamos ver o seguinte, então. De onde o estado tira o dinheiro dele? Os impostos diretos. O que são os impostos diretos? São os impostos sob renda e patrimônio. Esses impostos, eles deveriam ser muito progressivos. Na maior parte dos países, o que esses impostos fazem? Eles tiram de quem tem muito, a imensa maioria dos países, e redistribui. Não é isso? No Brasil, olha como que a bolinha fica quase do mesmo tamanho, porque os nossos impostos, diretos, que são impostos sobre renda e

patrimônio, eles são muito pouco progressivos. A gente tem, por exemplo, a alíquota mais alta do Imposto de Renda, que não chega a 30%, é muito baixa. Você pega os Estados Unidos, que é esse país comunista que a gente conhece, a maior alíquota de Imposto de Renda lá é 45%. Você pega a Suécia, chega a 60% a alíquota de imposto de Renda. No Brasil ela é 27. Mas, além disso, vários... Os ganhos de capital no Brasil não são tributados, ou são poucos tributados. Por exemplo, juros e dividendos no Brasil não são tributados não pagam imposto de renda. O Brasil e a Estônia, os dois únicos países onde lucros, juros e dividendos, o que você ganha com isso? Ou seja, com as suas aplicações financeiras, de lucro e tal, acionista, isso não paga imposto de renda. Então a gente... O imposto direto, que é mais distributivo, ele tem um peso pequeno e é pouco progressivo no caso do Brasil. Já os impostos indiretos, o que é imposto indireto? Imposto indireto é ICMS, IPI, todos esses que quando você vai comprar... Esse, em qualquer país do mundo, inclusive no Brasil, eles são regressivos. O que significa "regressivos", Anédia? Quer dizer o seguinte. Vamos imaginar. Você vai comprar um pacote de feijão. Não vou falar Carne, porque, né, para a gente não chorar. Ovo, vamos comprar ovo. O pacote de feijão custa 10 reais, vamos imaginar que 30% ali seja imposto. Ou seja, daqueles 10 reais, 3 reais são impostos, não é isso? Se você é o Luciano Huck, e vai comprar um pacote de feijão, você paga 3 reais de imposto, não é isso? Se você é a Anédia, e vai comprar um pacote de feijão, quanto você paga de imposto? 3 reais. Em relação à sua renda, você está pagando, fazendo... Está dedicando mais da sua renda para pagar aquele imposto do que o Luciano Huck. Não é isso? E os impostos indiretos no Brasil tem um peso muito grande, entendeu? Então, aumenta de novo a desigualdade. E onde ela cai? Lá embaixo, aqui, que é quando a gente considera... Vamos imaginar o seguinte: além de transferir recursos por aposentadoria, Bolsa Família, BPC, não sei o que, como o estado transfere recurso também para a sociedade? Por meio de saúde, educação, não é isso? Vamos pôr um preço nisso e ver quem se beneficia de saúde e educação. Aí o Gini cai muito, por quê? Os gastos sociais no Brasil são muito mais utilizados pelos mais pobres, os serviços públicos. Então os serviços de educação, os serviços de saúde, eles beneficiam mais os pobres. Então, o que a gente tem aqui? Que o gasto social no Brasil é mais progressivo se a gente tivesse assistência... Aqui o pessoal não conseguiu calcular a assistência, mas se a gente colocasse assistência, Bolsa Família e SUAS aqui, esse negócio ainda ia ser mais, porque eles beneficiam ainda mais os mais pobres, não é isso? E aí a gente vai entendendo isso... Quer dizer o seguinte: a tributação no Brasil, ela não beneficia os mais pobres, ela beneficia os mais ricos. Ou seja, proporcionalmente, o estado tira pouco recurso dos mais ricos, porque os mais ricos tem muito poder, é muito difícil você instituir imposto progressivo no Brasil. Mas, como a gente conseguiu manter, montar aquele sistema de proteção social, que no fim das contas, ampliou os nossos direitos sociais. Pelo gasto. Você não conseguiu alterar a estrutura da receita, ou seja, de onde vem o dinheiro. Mas você conseguiu tomar o nosso gasto maior e mais progressivo. E aí a gente entende. Quando você tem uma crise fiscal, por exemplo, como você teve, por que todo ajuste fiscal quer ser feito por onde? Pelo gasto. É cortar gasto. Por que vai para cortar gastos? Por que não é aumentar a receita? Ou uma combinação de corte de gasto e aumento de receita? Né? Porque o gasto é que beneficiam os mais pobres. O gasto social é que... Então, todo o ajuste fiscal, quando você tem um ajuste fiscal que é feito em cima somente do gasto, e generalizado, como foi com Previdência, Reforma Trabalhista, não é

isso? E o pior de todos para a assistência é a Emenda Constitucional 95. A Emenda Condicional 95 vai acabar com o SUAS. E eu posso mostrar isso aqui se vocês ainda tiverem paciência aqui. Pois é, isso que eu vou mostrar aqui. Acho que não, acho que não vai conseguir. Vamos lá, vou mostrar isso aqui. Vamos lá. Aqui eu já falei, isso tudo, pipipi. Olha aqui, esse é aquele mesmo Índice de Gini que eu estava mostrando antes, vocês estão vendo aqui? Não, né? Você não. "Eu não". Só milagre de Nossa Senhora Aparecida. O Índice de Gini aqui está pegando desde 2012, ele continua se reduzindo um pouquinho até 2015, ali e tal, e aí começa a empinar. A partir de 2016, o Índice de Gini, ou seja, desigualdade, volta a aumentar, e vai aumentando até 2019. Então isso aqui é o que nós estamos falando, ou seja, desigualdade aumentando. Passa lá. Passa mais uma. Quem ganhou? Aqui é só para mostrar isso, ou seja, os mais ricos falam assim: "Ah, não está fácil para ninguém". Pode ser. Mas tem uns que está menos difícil. O 1% mais rico já recuperou a sua renda em relação a 2014, já ganharam mais, já estão ganhando mais do que tinham em 2014. Os 50% mais pobres, eles ainda têm uma renda 17% menor do que a que tinham em 2014. Olha o tanto que andou para trás, tá certo? Passa aí. Aqui é o índice de pobreza, olha aqui. A gente vinha conseguindo reduzir a pobreza... Aqui é a pobreza extrema? Não, são os pobres em geral, é a pobreza normal. Normal, não, né? Que nenhuma pobreza devia ser normal, mas não é a pobreza extrema. Ela vem se reduzindo um pouquinho pelo crescimento econômico, quando chega aqui, 2003, mais ou menos, aí é muito Bolsa Família. A gente tem duas coisas: salário mínimo, emprego e Bolsa Família. São as três coisas, as três chaves. O salário mínimo, não é só pelo salário mínimo, é porque ele vincula a Previdência Social, ele vincula o BPC, e ele serve de farol para quando, por exemplo, você vai calcular o que a diarista vai receber, mesmo que ela não receba o salário mínimo, a âncora pela qual a gente negocia é o salário mínimo. Mesmo que você... Então quando aumenta o salário mínimo, você está, você puxa um conjunto de remunerações que as pessoas têm, mesmo que seja do mercado informal, mesmo que seja precário e tal, você acaba puxando para cima, entendeu? Aí aqui já voltou a aumentar, está vendo? Aqui é a pobreza. Desde 2016. Passa lá. E aqui a gente vê. Olha lá. Desde 2016 que a gente vai reduzindo a participação dos trabalhadores com carteira assinada, e aumentando os trabalhadores precários. Vocês estão vendo aqui? Aqui é isso, viu? Mostrando aqui... Esse azulzinho é... Trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, basicamente. Esse azulzinho. São esses que vão aumentando. Então o desemprego está diminuindo? Ele está diminuindo, mas não porque a gente está criando bons empregos com alguma segurança, mas porque a gente está criando um monte de bico por aí pelos quais as pessoas desesperadas conseguem fazer o mínimo a partir de 12 horas de trabalho para conseguir comer, precariamente. É isso que está acontecendo. Vamos lá. Salário mínimo caindo. Hã? Uber. Uber está muito na linha de baixo. Uber é a cara da linha de baixo. É o Uber que explica a última empinada que aquilo ali dá. Uber, Ifood etc. Aquilo cresce. É isso, e uma nova categoria que inventaram aí, que é trabalho intermitente, que é uma coisa... É. É uma coisa horrível. Agora eu vou acabar, só vou falar, só vou mostrar isso aqui, Consolação. Eu sei que eu já abusei da paciência de vocês. É só mostrar o seguinte. Qual é a situação que a gente está hoje na assistência? Vocês vejam isso aqui, isso aqui é o dado do IBGE que foi divulgado tem uns 2 meses. Acho que não tem dois meses, um mês e pouco. Sobre 2018. O que eles estão olhando aqui? Só para a gente ver o tamanho da nossa encrenca. Vamos pegar o Bolsa Família, que dá uma ideia, digamos

assim, da população prioritária do SUAS e da assistência. O que a gente pega aqui? Olha aqui, os domicílios que recebem Bolsa Família, tá certo? Em 2012, eram mais ou menos 16% dos domicílios brasileiros que recebiam Bolsa Família. Tudo bem? Em 2014, eram 15%. Tudo bem, porque se a gente olhar, a renda dos domicílios que recebiam Bolsa Família em 2012, a renda média era 368 reais. Em 2014 era 398. Então, você tinha menos gente recebendo porque levantou a renda, não é isso? Mais gente passou para lá, menos mal, digamos assim. Mas, em 2018, nós tínhamos 13% dos domicílios, ou seja, reduziu o número de domicílios, a porcentagem de domicílios que recebiam o Bolsa Família, e olha a renda, 341, ou seja, uma renda que ainda estava abaixo da de 2012. Ou seja, a renda piorou, e o acesso ao serviço piorou. Sabe qual é o nome disso? Emenda Constitucional 95, de teto de gastos, que é para represar o acesso. A mesma coisa a gente faz aqui do Benefício Prestação Continuada. Ou seja, passa mais um aí, é o último que eu vou mostrar. Olha aqui, isso aqui saiu na Folha de São Paulo desse ano agora, tem um mês e pouco. No Ministério da Cidadania. Olha a quantidade de beneficiários do Bolsa Família. Você tem 700 mil beneficiários na fila, que eles estão represando para não atender. Aqui, ao longo do ano, foi reduzindo o número. Passa o último aí, que aí vocês vão ver aqui. Passa lá. Aqui. Olha 2017, recurso... Vamos pôr aqui, 2020, recurso do Bolsa Família. Exatamente o mesmo para esse ano, com redução do número de beneficiários previsto no orçamento, isso é o que o orçamento Federal está prevendo. Olha os serviços socioassistenciais, Anédia. Em 2018 nós tivemos 2,8 milhões para serviços socioassistenciais, que é o SUAS. Olha lá. Em 2020. Cortar 46%. Passa aí, por favor, só para eu mostrar isso aqui. Pode passar. Olha aqui. Aqui é o Fundo Nacional de Assistência Social. Esses dias eles estão votando o orçamento do Congresso, hoje e ontem, então eu não sei o que eles conseguiram alterar no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, disso aqui, mas a proposta do Governo foi essa: reduz estruturação da rede do SUAS, reduz em 91%. Acaba. Acaba, né? Apoio à organização, gestão, e vigilância social no território. Esse é presente para o Rodrigo. Rodrigo, presente do Jair para você. Aqui, olha, orçamento da assistência, apoio à organização, gestão e vigilância social. É esse que você mexe, não é isso? Ele deu presente, porque ele está cortando 91% do recurso para isso no fundo. Pois é. Você vai ficar devendo, você vai ter que pagar. E vai ser você, vai tirar do seu bolso lá, do seu salário. Ação de proteção social básica, redução de 22%. Então, digamos assim... Digamos, não, é... Bolsa Família, zero de reajuste. Nem a inflação é zero. É o seguinte, nem a inflação desse ano deve ficar em torno de 4%, nem esta. Não tem. Zero a zero. Com a pobreza aumentando, que vocês viram lá, que eu mostrei para vocês, e a desigualdade. Hã? Nada. CONSELHEIRA AIANDRA: Se não tem previsão de reajuste do Bolsa Família, então não tem mais novas concessões, né? INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Áudio não identificado – fora do microfone). PROFESSOR BRUNO: Viu? O que ele está fazendo? O que ele vai fazer? Ele vai dar um nome, “Bolsa Brasil”, para isso, vai restringir o acesso, que ele chama, da sobrefocalização. Ou seja, ele vai focalizar entre as crianças que recebem até tanto, juntar com outro benefício do abono salarial ou salário educação e tal. Vai ser isso. Veja bem, o que eu estou... A última frase aqui, que é o seguinte. Esse desenho aqui, se permanecer, o que está indicando? Passa só mais um aqui, que eu vou mostrar só esse aqui. Aqui é o Bolsa Família, o Benefício Prestação Continuada também reduz tanto o número de beneficiários do deficiência contra idoso, reduz a previsão de...CONSELHEIRA AIANDRA: Mas essa previsão aí, ele diz...VICE-

PRESIDENTE PATRÍCIA: Conselheira, no microfone, por favor. Se identifica, porque vai ficar registrado o debate. CONSELHEIRA AIANDRA: Aiandra, CMAS de Novo Oriente. Essa nova previsão, ele direciona esse valor para qual pasta, qual política? PROFESSOR BRUNO: Pasta juros da dívida. Pasta HSBC, pasta Itaú, pasta Unibanco. Não. É verdade. Porque isso aqui decorre... Estou brincando, mas é mais ou menos brincadeira, porque isso aqui decorre do teto de gastos, da emenda que diz o seguinte: de um ano para o outro, durante 20 anos, essa Emenda Constitucional foi aprovada ainda no Temer, ainda lá no Vampirão do Tuiuti. Diz o seguinte, que o conjunto de gastos primários, que são os gastos que não vão com... Que não são com juros da dívida, não sei o que, os gastos que nos interessa, eles só podem ser reajustados de um ano para o outro pela inflação durante 20 anos. Então o Brasil... Fala assim: "Ah, mas o PIB". O Brasil pode triplicar o PIB que o gasto vai continuar sendo o mesmo, porque é só o valor da inflação. Então, o que acontece? Que a Previdência, por exemplo, aumenta o gasto. Saúde e educação têm gastos fixos. Então, se vocês... Passa aí, por favor. Pode passar. Passa mais. Aqui. Então é isso aqui, se a gente pensar aqui, esse gráfico está mostrando assim, várias despesas em relação ao PIB, ou seja, o quanto por cento de tudo o que a gente gera, que a gente vai dedicar para a política social de acordo com essa Emenda Constitucional 95. O conjunto do seu gasto é essa linha verde aqui, em relação ao PIB. Está dando para você ver? Ao longo dos anos, durante 20 anos. Está vendo? De 2017 até 2030. Ela vai reduzindo, isso é o teto de gasto. Supondo que a economia cresça, vamos imaginar que a economia cresça 2% ao ano, é isso aqui. Vai reduzindo isso aqui. Só que, o que acontece? Previdência é fixo, é um gasto obrigatório. O mínimo de saúde é o mínimo, então, o que era o mínimo de saúde e o que virou? O máximo de saúde. O que era o mínimo de educação, que era é cinza aqui, o que virou? O máximo de educação. E todo o resto, inclusive, a assistência social, está disputando essa faixa azulzinha. Entendeu? Então, ao longo do tempo, é esse efeito que a gente já está vendo aqui. Ao longo do tempo, o que eles estão fazendo? Eles estão lançando todas as políticas numa briga de foice canibal entre si, onde o esporte disputa com a cultura, que disputa com a assistência, que vai começar a disputar com a saúde e com a educação naquilo que não é o gasto... Porque o Brasil vinha gastando em saúde e educação mais do que o mínimo. Então agora, todo esse que é mais do que o mínimo vai entrar em disputa até o momento em que vai sobrar essa mixaria aqui para tudo. Se a gente não resistir. O que acontece? Qual que é... Então é isso. E a assistência... Volta lá só um pouquinho. Eu juro, Consolação. É porque tem que contar a história. Aqui, volta aqui. Vocês pegam isso aqui. O que está sendo reduzido aqui? Tudo que é o fundo, não é isso? VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: No microfone, por favor, Conselheira. INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: (Inaudível). INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: No microfone, por favor. CONSELHEIRA ANÉDIA MIRANDA: Anédia. Ações de proteção social. Ela lá não está... PROFESSOR BRUNO: Ela aumenta. CONSELHEIRA ANÉDIA MIRANDA: É. Parece que ela aumenta, não parece? PROFESSOR BRUNO: E sabe por quê? CONSELHEIRA ANÉDIA MIRANDA: Por quê? PROFESSOR BRUNO: Internação compulsória, abrigo, comunidade terapêutica. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Está dando para quem? (inaudível). PROFESSOR BRUNO: Não, eu não estou exagerando. É isso mesmo. É isso. É a proposta, é a nova política. É. Então, veja bem. Isso aqui, gente... Só um instante. Isso aqui é, digamos assim, a espinha dorsal do SUAS, não é isso? Por quê? Vocês sabem que... Aqui no Fundo Nacional. O que acontece? Passa mais um aí, só



para mostrar uma coisa aqui. Benefício de Prestação Continuada. Pode passar o último. Esse. Olha o que aumenta aqui. Vocês conhecem isso aqui? Não, né? Você não, que você não está vendo. É o programa “Criança feliz, quebrou o nariz”. Esse aumenta 36%. Esse aumento, na verdade, é meio aumento de mentira, porque precisaria de crédito especial do congresso para (inaudível). Mas vamos supor que é isso que o governo quer. É um problema de contabilidade e tal, mas vamos supor que a vontade expressa do governo é isso. Qual é a ideia aqui, gente? Você, então, aquela ideia de expandir a cobertura, foi embora. Não é isso? A gente está reduzindo. 1. 2, aquela ruptura com o modelo inicial, o modelo antigo da assistência. Qual era a ruptura? Você ter serviços estruturados, com critérios claros de transferência, de cofinanciamento, previsível e tal. Está indo para o vinagre. Não é isso? E o que está sendo ressuscitado? Digamos assim, uma epidemia que a assistência social, e o campo da política social viveu nos anos 90 com muita coisa boa e bonita, mas que justamente eram o remendo que a sociedade tentava fazer para a falta de política pública estruturada, que é o programismo. Nós estamos retornando ao programismo. Um tanto de programa que atende meia dúzia, não é isso? Com objetivos muito limitados, com um público muito focalizado, que tem dia para começar, dia para acabar, e é muito importante para aparecer na televisão. INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: É eleitoreiro, né? PROFESSOR BRUNO: Não, pode até não ser, mas ele é... Não julgo moralmente, porque às vezes é o que as pessoas dão conta, e eles podem ser bom para aquelas pessoas. Não estou falando da qualidade. Porque eles podem ser bom para aquelas pessoas atendidas. Mas você renuncia a sua, digamos, assim, a sua tarefa de garantir os direitos de cidadania à população vulnerável no Brasil. Sua tarefa é: ajuda quem pode. Dar uma força... Exatamente, dar uma força para quem você conseguiu. Ou, pega o mais ferrado do ferrado do ferrado, e pelo menos para esse você garante alguma coisa. Isso... Eu acabei de ver no estado de Minas Gerais o anúncio de um desses programas aqui nesta secretaria. Esses dias. E essa vai ser a tendência. Eu não julgo quem está fazendo, porque, às vezes, é o que sobra para o gestor que está naquela posição, você fala assim: “Olha, o dinheiro é esse. Eu dar nada para todo mundo, pode significar você desperdiçar o dinheiro”. Então às vezes, defensivamente, vamos ver aqui se pelo menos alguém eu consigo atender direito. Eu não estou julgando as pessoas, eu estou dizendo o seguinte, que isso não pode ser algo que a gente aceite como natural. Isso, gente, é você jogar no lixo 15 anos de construção. Na verdade, mais, mas 15 anos de construção. É isso que está se desenhando neste estado e no Brasil, por que eu acho que não dá certo, Anédia, que não vai funcionar? Porque vocês estão aqui. E porque o seguinte, assim como, digamos assim, atores sociais se mobilizam e criam políticas como o SUAS, as políticas criam atores. Então, a partir do momento que o SUAS começou a existir e se implantar, ele criou uma rede de serviços, trabalhadores, usuários, equipamentos, que você não pode simplesmente estar ali. E eles não estão na União. Eles estão principalmente nos municípios. Nos estados também, mas principalmente nos municípios. E eles estão lá, eles não vão desaparecer. Mas para isso eles, ou seja, vocês, ou seja, nós, temos que ter consciência do nível de ameaça em que o sistema de proteção social construído naquele “rame-rame”, naqueles trancos e barranco que nós falamos aqui, né, estar, e o SUAS, especificamente, está sobre. Porque se não, daqui a pouco nós vamos fazer uma ata aqui supercaprichosa da eleição do Conselho, cuidar com o carimbo que está aqui, que a representação esteja tanto, para deliberar sobre nada. Para deliberar sobre o escombros, ou o esqueleto de um

sistema que a gente tentou construir em algum momento. Então, para isso, a gente tem que se transformar em ator social. Não vale ser só gestor, não vale ser só trabalhador. Ser gestor e ser trabalhador, gente, é uma luta, eu sei. Eu sei. O feijão está queimando o tempo todo, né, você tem que ir lá cuidar, dez panelas ao mesmo tempo e tal. Mas, a situação está brava demais. A prioridade é defender o SUAS, do meu ponto de vista. É isso que... O recado, tudo isso é para falar essa última frase. É isso, gente. Desculpa. Eu sei que (inaudível).

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Patrícia, CREAS. Professor Bruno, muito obrigada pela sua bela explanação. Foi excelente. A conclusão, ótima. Só complementando um pouquinho, esse ano completa 10 anos de tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, e está tendo uma revisão. Recentemente teve uma audiência pública, e em breve a gente deve ter alguma consulta pública, alguma coisa, algumas novidades em relação à tipificação, o que para mim é muito preocupante, né, nesse contexto que a gente se encontra. Agora vamos para as inscrições. O Rodrigo já me pediu para inscrever a fala. Rodrigo.

CONSELHEIRO RODRIGO: Rodrigo, CREES. Bem, eu não vou me alongar não, mas nós fizemos uma... Existe uma apresentação que foi feita na conferência, mas que depois eu peço para que a secretaria executiva recupere isso e passe para vocês, que é tipo uma prestação de contas, uma entrega formal do CEAS apontando algumas pendências que o Conselho precisa tratar. Uma delas eu falei hoje, na questão da sociedade civil, mas eu deixo registrado em ata, que é a retomada do Núcleo Estadual de Educação Permanente. Através do Núcleo Estadual de Educação Permanente, nós conseguimos organizar diversas frente de atuação, diversas mobilizações, diversas ações para oferecer essa resistência que o professor Bruno tão brilhantemente colocou. Então é uma ação que tem que ser urgente logo no primeiro acender das luzes, vamos colocar assim, do ano que vem. E aí também, recuperar aqui um movimento que este Conselho fez, a título de exemplo, para dizer do que uma resistência, e qual é o papel deste controle social e como isso é importante, pegando um pouco da fala da Presidente Patrícia, que ocorreu aqui com relação aos benefícios eventuais. Existia uma proposta de retirada da cesta básica do rol das ofertas de benefícios eventuais do SUAS. Na ocasião, a gente entendia, a discussão perpassava, porque isso era uma política da segurança alimentar, então os trabalhadores e a sociedade civil mobilizando, junto com o governo, entenderam que não. Existe sim uma frente de trabalho da segurança alimentar e nutricional, mas existe sim uma proteção que este benefício oferece para o SUAS, no âmbito do SUAS. Inclusive na desoneração dessas famílias para que elas tenham capacidade de enfrentar e fazer frente com outras vulnerabilidades. Então este Conselho conseguiu frear isso, e ela entrou sim, ela permaneceu sim no rol das ofertas, compondo as ofertas do SUAS. Quando a Patrícia traz a questão da tipificação, e aí pegando a revisão da tipificação, e essa resistência que nós tínhamos que ofertar em âmbito nacional e estadual, e Minas é um estado que sempre esteve na vanguarda, e é um estado que é ouvido, e que coloca pressão sim no Governo Federal, então é preciso que os Conselheiros estejam atentos a essa discussão da mudança da tipificação, porque isso sim pode vir coisas boas. Não vamos também achar que tudo que é feito é ruim, mas o que tem sinalizado é que vai ser péssimo. O que esse Governo Federal já apresentou pra gente são ideias atabalhoadas e questões completamente desconcatenadas com um mínimo de razoabilidade, de decência. Então é preciso que este Conselho esteja atento, porque existe essa investida em voltar à lógica de programas, descofinanciar a assistência social. Como foi dito, em

momento nenhum vai ter um decreto falando assim: “Extingue-se o SUAS”. Eles vão parar de cofinanciar os serviços para começar a cofinanciar programas. Aí nós vamos voltar lá no serviço social, primórdio, onde as assistentes sociais eram tidas como garotas de programas porque só sabiam bolar programa. E aí, nós vamos voltar aos prefeitos irem para Brasília com o pires na mão buscando subsídios, subvenções e recursos para programas. Que acabou o governo, acabou o milho, acabou a pipoca. Não existe mais oferta continuada. Então vamos ver, vamos acompanhar essa alteração da tipificação, vamos organizar em Minas, porque nós sim temos condições de capilarizar isso nos estados. Quando na ocasião da Conferência Nacional, Minas foi o único estado que de pronto, eu estava lá, porque eu estava representando os CEAS, e estavam os Presidentes de todos os CEAS de todo o país, neste dia estavam todos, Minas foi o único que falou: “Nós já convocamos a conferência, nós vamos fazer. E vocês, CNAS, tem que dar a resposta, porque nós estamos esperando. Os municípios, 853 municípios estão esperando vocês”. Então, em cima disso, outros estados começaram a declarar, onde nós conseguimos, então, quase que a totalidade dos estados fazendo a Conferência Estadual e indo para a Conferência Nacional Democrática. Então, Minas tem condição sim de oferecer pressão. Fiquem atentos a isso. Obrigado, Presidente. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Hugo. CONSELHEIRO HUGO BENTO: Cadê o cidadão? Professor? Hugo Bento, CMAS, Juiz de Fora. Você é professor, você... A sua área é Ciências Sociais, né? PROFESSOR BRUNO: Ah, pois é. Desculpa aí, viu? CONSELHEIRO HUGO BENTO: É que quando...PROFESSOR BRUNO: Fazer balbúrdia na (trecho Incompreensível). CONSELHEIRO HUGO BENTO: Não, eu adorei. Foi excelente a sua apresentação. Não fiquei nem um pouco cansado, até mesmo porque sou bacharel em Ciências Humanas e sou estudante das Ciências Sociais na Universidade Federal lá de Juiz de Fora. Adorei muito a sua apresentação, até mesmo porque tudo isso que você trouxe, a gente... Eu vou começar lá da Constituição, quando você fala, né, que existem alguns segmentos que ainda não está nem recorrendo em busca de dinheiro, está em busca de reconhecimento. E aí entram nós, negros. Eu acho até bacana, as universidades, e eu posso falar da universidade pública, essas que a gente, pelo Brasil agora, a gente tem contato, até mesmo de a gente fazer parte do movimento dentro das universidades, onde traz a temática da África, a temática da escravidão, e a gente até aprende. Gostei muito de você estar trazendo aqui essa temática, até mesmo porque, hoje mesmo, a gente está elegendo a composição da nossa mesa, e muitas vezes, quando a gente coloca, traz uma temática como essa, as pessoas ainda tem aquela resistência, e acham que a política é igual para todos. Infelizmente não é isso o que acontece. E passei até por um momento aqui, quando eu pedi para tirar a palavra “negligenciar”, aí as pessoas, assim, naquele... Você vê que é naquele (Trecho Incompreensível), é voluntário a atitude delas, mas que nós, lá dentro, a gente aprende como é o preconceito, como que se dá a discriminação. E eu estou falando e as pessoas fazem aquele burburinho quando você está falando. Serve até de reflexão para vocês que vão estar aqui, né, a partir de hoje, estão tomando posse, para ter esse cuidado, porque eu, enquanto militante, eu não vou nunca... Assim, eu vou abandonar o movimento, eu não vou nunca abandonar porque... Por uma atitude como essa. Mas uma pessoa que não tem o conhecimento e que não participa, ao deparar com isso, fala assim: “Eu não vou para o meio daqueles brancos, aqueles brancos são isso, aqueles brancos são aquilo. Eu fui lá e deu isso”. Você entendeu? Porque as se afastam, e isso aí é ruim,

principalmente quando ele está colocando das políticas, porque nós, enquanto pobre, aí eu falo do Geral, a dificuldade nossa, de a gente, hoje, a gente ter o que nós temos lá em Brasília hoje, que você não fala o nome e nem eu gosto de falar, é culpa nossa mesmo. Porque nós, enquanto pobres, nós, enquanto trabalhadores, e nós, enquanto, entre aspas, essa minoria que julgam nós enquanto tal, a gente não procura se organizar, a gente não procura dialogar. Eu tenho as pessoas, quando a gente está sempre participando dessas formações, aí tem até uma menina que ela costuma dizer o seguinte: “Aqui no Brasil é o seguinte: o branco finge que nos aceita, e nós, negros, fingimos que acreditamos neles”. E nessa hipocrisia que nós vamos vivendo. Eu acho que a gente tem que deixar a hipocrisia de lado e vamos ser mais real, vamos participar mais. Mas com igualdade mesmo. A gente sempre está pensando no outro, e nunca olhar para aquele que carrega a melanina, um diferente, ele é igual. Ele é um ser humano, ele pensa, ele tem o mesmo raciocínio, ele tem capacidade de estar participando. Daí que a gente até discute muito em relação o racismo institucional lá dentro da universidade. Quando você coloca em relação a esse dinheiro, muito me preocupa é porque o estado brasileiro, ele arrecada diariamente, a arrecadação dele só vai subindo. Mas só que a gente nunca vê isso voltar para a população em forma de serviços, porque nunca tem dinheiro. Entra governo, sai governo, a ladainha é sempre a mesma. Até chegar ao ponto de inventar essa Reforma Trabalhista, onde nós vamos voltar à escravidão. A gente costuma até falar que lá na época da escravidão, a gente só ganhava ração. E com aquilo a gente tinha que sobreviver. Hoje não, hoje vai ter pelo menos 400 reais para você, e você vai ter que sobreviver com isso aí. É isso que vai sobrar para você. Se você conseguir, aí se chegar aos 70 anos é que você vai ganhar um salário mínimo. E infelizmente, nós temos até... Estamos na... Nós temos da Lei 13019, que foi instituída em 2014, e nós estamos vendo muita entidade que está entrando para esse serviço do terceiro setor, elas também estão praticando até isso, porque elas estão contratando trabalhadores e pagando ele menos do que um salário mínimo. Porque você colocar uma pessoa para ganhar 590 reais, onde ela não consegue pagar nem o aluguel, você entendeu? Aí eu estou trabalhando com vulnerabilidade social, mas eu estou nessa mesma situação de vulnerabilidade social, que eu estou aqui trabalhando para poder combater. Então fica uma coisa assim, muito esquisita, né? Essa forma que está fazendo, porque, o que se percebe é que a gente fica igual cachorro correndo atrás do rabo. Corre, corre, roda, roda, roda e nunca chega no lugar. Era isso que eu queria colocar, e agradecer a sua participação aqui trazendo essas informações para a gente. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Natália. CONSELHEIRA NATÁLIA ALICE: Natália, Federação das APAE's. Professor Bruno... Oi? É porque... Desculpa, é que minha voz está muito ruim. Tá. Minha voz está ruim mesmo, porque eu estou bastante gripada. Desculpa. Mas primeiro eu queria parabenizar. Eu achei a palestra excelente. Muito objetiva, clara. As minhas talvez reflexões aqui enquanto representante de entidade. Quando você fala da entidade em relação à esfera pública, de fato a constituição prevê que o estado excute essas ações. No entanto, quando há a ausência desse estado, a gente vê que as entidades assumem essa função. É. E o que eu também gostaria de ressaltar é que essa política também foi construída com base nas ações da sociedade civil organizada. Que, claro, se transformou, e eu acho que essa relação sociedade-estado, ela retroalimenta, então o estado é retroalimentado, e a sociedade também. Então vejo como algo muito contínuo. E o que eu observo também, muito enquanto prática, é que essas instituições, elas

executam a política de assistência social com alguma parte do dinheiro que o governo, estado, oferta, muitas vezes com muitas dificuldades, inclusive, buscando recursos além do que o governo oferta para garantir a oferta de serviços. Então hoje as entidades ocupam essa função dentro dessa esfera pública enquanto ator de promoção de bem-estar social. Então era um pouco isso que eu queria refletir. Em relação ao Criança Feliz, eu queria fazer um comentário, eu concordo plenamente com a questão de criação de programas, e na precarização da política. Isso eu concordo em gênero, número e grau. E aí você não entrou no mérito da qualidade do programa. PROFESSOR BRUNO: Não entra porque não é essa a questão. Vai ter programas de ótima qualidade. CONSELHEIRA NATÁLIA ALICE: Claro. E o programa tem muitas críticas em relação inclusive ao caráter. Se é saúde, se é assistência social. Mas a única reflexão que eu queria deixar em relação à proposta do programa, é que eu... E é só uma opinião mesmo. Se eu estiver equivocada, por favor. Eu entendo a importância da assistência social atuar enquanto prevenção, porque prevenção não é só em âmbito de saúde, mas em termos de prevenção de... Das vulnerabilidades sociais. Então a importância da gente ter uma ação voltada de forma preventiva em relação às vulnerabilidades sociais. Apenas isso. Mas, realmente, eu concordo com todas essas questões que foram aqui trazidas, muito bem colocadas. E o aspecto central aí é que, eu acho que nem passa por essas questões todas que eu trouxe, muito mais pela garantia da manutenção do SUAS, que está hoje em risco. Então eu entendo que isso é o central, mas eu só queria trazer algumas questões aí. Muito obrigada. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Ainda temos seis inscritos. O próximo é o Daniel. E considerando que o professor Bruno tem outro compromisso, então, ao final da fala do Daniel, a gente já encerra as inscrições, tá? CONSELHEIRO DANIEL SANTOS: Boa tarde. Daniel, Movimento da PopRua. Eu entendo que a gente está vivendo um contexto muito difícil para a assistência, onde a gente perde direitos, direitos o qual a gente... Muitos deram até o sangue, até morreram, até mesmo para defender. E vem um babaca, metido a grã-fino, senhor Bolsonaro de não sei das quantas, e acha que ele é o dono do mundo e pode fazer o que bem entende. Só que uma coisa que eu aprendi, a vida me ensinou, é que quanto mais se quer, mais rápido o tombo é dado. Somos minoria, mas somos uma minoria bem valente e bem rústica. A gente não desiste não, a gente gosta de uma boa briga. E quanto mais difícil, aí que a gente gosta, porque aí quando vem a vitória, a gente vem com o sabor e fala: "Não te avisei? A gente conseguiu. Você caiu, a gente não". Mas... Professor Bruno, né? Senhor Bruno, existe, assim, uma estimativa... Assim, acredito que o senhor possa vir a dar uma, a falar a respeito também, se do jeito que está, até daqui a quatro anos, como estaria a situação nossa, tendo como base a situação como a gente está vivendo hoje, e não havendo uma mudança... Entendeu? Só para a gente ter uma base se... O que a gente precisa ter essa consciência e levar numa seriedade maior, porque é um assunto complexo, mas, ao mesmo tempo, fere os nossos direitos. Então assim... E o que pode ser o contrário, caso a gente se una, realmente, e possa mudar essa estimativa. E quais são os fatores onde seria o tendão de Aquiles que a gente pode dar aquele tapinha de luva, sabe? Se for possível. Agradeço. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Haiandra. CONSELHEIRA AIANDRA PEREIRA: Aiandra, CMAS de Novo Oriente de Minas. Professor Bruno, parabéns pela explanação. Eu gostaria de fazer uma reflexão, porque tudo o que eu venho escutando eu reporto ao meu município, que é de porte 1. Novo Oriente de Minas. E que talvez isso não seja diferente dos demais, né? Diante dessa situação, havíamos conversado no

Conselho Municipal refletindo a relação do município com o estado e com o Governo Federal. E no aspecto, assim, de recursos, a gente percebe que a relação dos Municípios fica muito entre município e Governo Federal, e a gente recebe aí uma parcela muito pouca, pouquíssima, do piso mineiro, e impacta muito pouco, né? Diante da nossa necessidade nos municípios. Se nós temos uma política do SUAS já estruturada, padronizada para ser ofertada em âmbito nacional, diante de todo esse contexto que você explanou para a gente, eu me coloco refletindo na questão dos prefeitos, que já se humilham, já mendigam, já imploram emendas parlamentares, recursos, porque a maioria, nós temos muitas prefeituras que já estão sobrecarregadas com a folha de pagamento, como é que fica isso, esse relacionamento do município, que parece para a gente lá, que é tão pequeno, de município com estado, né? A gente sente muito essa ausência do estado, principalmente na política de assistência. E aí, esses programas, infelizmente, querendo ou não, é como se fosse a solução para nós de municípios de porte pequeno, que não temos nada para desenvolver. A gente enfrenta usuário batendo nas nossas portas todos os dias. O gestor lida com o usuário é na porta da sua casa, é demanda que ele tem que levar para dentro de casa. Essa semana a gente levou uma senhora vítima de violência doméstica, porque a gente não tinha onde colocar, na casa de uma técnica. Então eu fico me perguntando assim: nós, município de porte pequeno, diante de todo esse contexto, eu imagino prefeitos fragilizados, e tendo a necessidade de fazer adesões com esse tipo de programa, porque é o que nós vamos ter. Então, como é que você colocaria para a gente, pontuaria, na perspectiva de um gestor, de um prefeito, nesse cenário todo e com poucas possibilidades, que a gente não consegue ter esse debate aqui, nesses municípios pequenos, isso praticamente não acontece. É isso. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Ivone. CONSELHEIRA IVONE: Ivone, COGEMAS. É, eu também, assim, não posso nem falar, porque eu gosto muito de ouvir o Bruno em todos os... E eu acho que ele fala de fato aqui o que a gente gostaria mesmo de ouvir. Então assim, eu acho que eu quero só parabenizá-lo. E sem falar que eu sou amiguíssima da mãe dele. Então eu gosto dele de todas as formas. Principalmente, eu queria aqui fazer três destaques. O primeiro, eu acho assim, que nós, defensores do SUAS, dentro da gestão do estado, e aqui falando dos prefeitos como gestores, dos vereadores, dos deputados, são minorias que defendem esta causa. Então assim, não é pauta ainda, para esses gestores, o SUAS. Nós somos ainda uma gota d'água para eles. Não é... Se tiver dinheiro entrando para eles, de emenda, tal, tal, eles estão felizes. Mas não sabem o que é perder um sistema. O que é perder um sistema. Então nós estamos... Eu estou preocupada com isso, porque a proposta do Governo Federal de trazer um outro modelo, outro sistema, e que beneficia esses gestores municipais, eles não vão levantar a bandeira do SUAS. Essa é a minha preocupação. Nós não temos adesão a esses gestores, assim, para defender a causa, essa pauta. Outro ponto, e aí, eu acho que o Bruno pode ajudar a entender melhor. A partir do momento que o Fundo Nacional de Assistência Social sai da Secretaria Nacional de Assistência Social, vai para o Ministério. Hoje, a gestão não é da assistência. É do Ministro. Então assim, como eu ouvir na Rede Mais Brasil. Parece que a tendência desse governo é trazer os recursos para o Ministério da Economia, não é nem para o Ministério da Cidadania. É centralizar lá. Ele é quem vai gerenciar, o gestor é o Ministério da Economia. E outro, terceiro ponto, que me preocupa também, é a questão do controle social. Nesse modelo, o controle é o cidadão, que já é a transparência. Mas o cidadão passa a ter o elemento maior com relação ao

controle social, aos Conselhos. É ele quem vai ser para o Governo Federal o fiscalizador das ações, e o recurso saiu de lá, do Ministério da Economia. Se chegou, se a oferta daquele produto aconteceu, e ainda num discurso, porque o cidadão vai dizer se chegou onde tinha que chegar, entendeu? É um discurso ainda mais enganador, né? Porque nem sempre esses recursos, essas pessoas, todo cidadão vai dar conta de fazer o controle social. Então eu estou trazendo três preocupações, e queria, assim, não é para nos desanimar, mas para dizer se essa luta nossa não for uma luta de organização de quem acredita no SUAS, de ir como foi feito, com os parlamentares dentro do congresso, e peitar o SUAS com eles, dizer a importância, nós não tínhamos orçamento para 2019 não. Então eu acredito que aqui, para nós também, não tem outra solução. A não ser nos organizar. Organizar, lutar e resistir para que o SUAS, esse sistema, a gente consiga emplacar ele nesse governo, senão, a tendência, nós já estamos sendo minados, já está cortando as raízes. Na hora que a árvore cair, vai cair de uma vez. As raízes já estão sendo minadas. Esse que é o meu entendimento. Queria que o Bruno, se ele pudesse melhorar mais sobre isso, mas são os desafios que eu penso nesses três pontos aí.

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Dona Anédia. CONSELHEIRA ANÉDIA: Bem, têm tantas coisas, tantas dúvidas, tantas coisas que eu acho que está tudo errado. Eu fico pensando, falaram aqui que nós somos a minoria. Nós somos é a maioria, só que nós não sabemos usar essa maioria. Eu acho. Olha, vou citar aqui. Quando você estava falando, a conta de água. A conta de água nossa, o saneamento, ele vem quase com o mesmo tanto de consumo que você teve de água. Esse mês chegou a minha água lá e é o mesmo valor que eu usei de água, é o saneamento. E a gente tem que ficar quieto, porque não tem para quem reclamar. Certo? Eu queria saber se o LOAS foi aprovado o salário completo ou se caiu mesmo para 400? Porque disse que ia cair. Caiu? Não caiu. Então, ponto para nós que batalhamos, que lutamos. Não, mas nós não vamos deixar cair. Certo? Outra coisa eu queria saber. Nós discutimos aqui muitas coisas e tudo, e precisava discutir o seguinte: como nós conseguimos frear essas pessoas que mandam na gente? Porque na época da política, ele diz assim: "Você é o patrão". Que patrão que somos nós? Que eles é quem decidem tudo por nós, até o salário deles, são eles. Não tem dinheiro para nós, não tem dinheiro para o social, não tem dinheiro para a educação, mas para aumentar o salário deles, aumentar a renda lá para a política que está vindo aí, acha dinheiro. O que é que nós temos que fazer? Essa descoberta é que nós temos que fazer. Porque nós estamos lutando aqui, a PEC 95 foi anunciada. Nós começamos a brigar. Ele foi retaliando, foi retaliando, e acaba que ele está fazendo algumas coisas que nós não queremos, e temos que aceitar. Então é isso que eu queria saber. Como nós vamos fazer além dessas reuniões, além desses movimentos, tem que ter uma coisa mais forte, eu acho. Eu lembro o meu pai fazendo... Antes de 60, antes de 60, porque o forte mesmo foi 60. Eu já estava saindo do Mato Grosso do Sul e vindo para o Rio. Então eu me lembro como é que era, foi uma luta. E eu sempre digo assim: nossos pais deram um passo para frente, dois, e nós estamos dando dez para trás, e estamos permitindo isso. E como nós podemos nos unir, unir, para não deixar isso acontecer. Porque eles estão fazendo com a gente (trecho Incompreensível). A gente vai lá na Câmara Municipal brigar lá, discutir, eles olham para a cada da gente com cara de deboche. Quando foi agora para a saúde, que nós fomos recorrer ao Vale Social, Vale Saúde, praticamente estava ganho. Passou um lá, de banco em banco, e acabamos perdendo de 17 a 13. Não foi falta de brigar não. Entende? Então você olha lá, aqueles que falaram

para você, que estava do seu lado, que você bateu de porta em porta para te apoiar, e chega lá na hora ele ainda olha para você e dá um sorriso, debochando. O que nós podemos fazer? Vem a política, vem a eleição aí, nós temos que pensar nisso? E para quem tanto político, tanta coisa? Para ficar recebendo aí sem fazer nada por nós? Todos eles prometem, mas ninguém está fazendo. Nós temos que ver isso, gente. Está vindo eleição. Não podemos ficar aqui só debatendo essas coisinhas não. Nós temos ver o que nós podemos. Cortar um pouco eles, a cristinha deles um pouquinho. Eu penso assim, eu vejo assim, e queria que as pessoas também pensassem um pouco em frear eles, porque eles não têm freio. E botam um cabresto e um freio em todos nós. É isso que eu tenho para falar, gente. Eu não estou entrando agora aqui no estadual, mas eu já faço parte do CORAS, do SUAS, da mesa gestora do trabalho, do CRAS de Lagoa, do CRAS. Quando você falou dos gestores, eu vejo muito gestor lutando por nós. Eu, por exemplo, lá em Venda Nova, os nossos gestores de lá são muito do nosso lado, muito mesmo. E eu defendo eles porque são muito do nosso lado, tem muita gente. Mas e quanto a esses que são poderosos, nós temos que cortar, nós temos que nos unir e ver o que nós vamos fazer para frear eles. Porque são eles que estão nos freando. Se contar quanto nós somos e quantos políticos são, vai dar minoria. Vai dar minoria. Agora, o que está valendo lá é isso, né? E o militarismo agora. É isso, gente, o que eu tenho para falar. Me desculpe se eu falei demais. Eu não estou errada, mas é o meu ponto de vista é esse, que não adianta a gente querer vir aqui (trecho Incompreensível), nós temos também que subir e cortar lá em cima.

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Sandra. CONSELHEIRA SANDRA DE FÁTIMA: Sandra, CMAS, Montes Claros. Eu vou ver, acabei anotando um bocado de coisa aqui e vou ver se eu consigo dar uma linha na minha reflexão aqui. Mas eu vou começar dizendo o seguinte, que o modelo de estado que está posto para nós é do estado mínimo. Parece que se a gente não romper com essa proposta de organização que está posto, que são das reformas, que são das privatizações, aí a gente acha que a gente vai continuar patinando na lama. A impressão que eu tenho, a sensação que eu tenho é isso daí. Não sei se vocês já tiveram acesso, é só para lembrar o seguinte, que o que está posto aí hoje, que foi implantado no governo depois do golpe de 2016, e com esse atual governo que está, tudo isso que está aí está lá num documento do PMDB, que eles chamam “A Ponte Para o Futuro”, que ele mais parece uma “Pinguela Para o Futuro” do que uma ponte. Então ele está lá. Lá diz das privatizações, lá diz das Reformas, previdenciária e trabalhista, lá fala do desfinanciamento das políticas públicas, não só dá assistência, mas da saúde e da educação. Então eu estou dizendo isso por quê? Porque isso não é novidade, tá? E eu disse isso em algumas conferências que eu estive, tanto municipal, quanto conferências regionais, que a sensação que eu tenho é que eles fizeram isso na frente da gente, nos nossos narizes, e nós não falamos nada, nós não fizemos nada, porque a gente não entendeu o que estava acontecendo. Ou nós não entendemos e não quisemos comprar a briga. E aí, tem assim, temos nós, que estamos entendendo, e tem um grupo que não entende, que não quer entender. E tem outro não quer entender, tá? Então, para mim, essa questão é seríssima, e aí, como eu falei de conferência, eu quero resgatar aqui a questão das conferências. Praticamente, todas as conferências, tanto municipal quanto Conferência Regional, colocou a questão da PEC 95, que nós temos que derrubar, que nós temos que acabar, que nós temos que eliminar a PEC 95. Então eu penso que a nível nacional também foi posto isto, na Conferência Nacional. Então eu penso que nós precisamos



nos articular, enquanto Conselhos, para frente, os fóruns, para a gente pensar uma alternativa concreta. Como é que é mesmo que a gente vai fazer com que esse trem aí acabe? Eu estou sendo bem simplesinha na fala. Eu sei que a questão é muito grande, mas nós temos que pensar concretamente como que nós podemos fazer isso, tá? Porque senão nós vamos ter, continuar enfrentando o desfinanciamento da assistência, quer dizer, de todas as outras políticas. E isso para mim é extremamente sério, porque, para mim, quem banca política pública é o estado, não sou eu. Através...CONSELHEIRA SANDRA DE FÁTIMA: Eu sempre digo que recurso público não tem que estar na mão de deputado, de vereador, de senador. Tem que estar na mão, tem que estar é no orçamento. Ele tem que estar no orçamento. É lá que ele tem que estar. O que justifica que uma entidade A vai receber 100 mil, 200 mil, 500 mil de um deputado X, e a outra entidade, que faz um trabalho bacana, bom, excelente, notório, não vai receber nada desse deputado. Gente, é orçamento, então. Esse dinheiro tem que estar no orçamento. Isso tem que estar no orçamento. Porque o orçamento, ele vai saber distribuir para entidade A, B, C, D, e assim, sucessivamente. E isso tem tido um problema, por quê? Porque entidades têm recebido e outras não, gente. Estou falando que é uma realidade que nós estamos vivendo. E que também é preocupante, por quê? Aí eu falo, porque é vivência nossa. Eu trabalho na gestão financeira do SUAS lá em Montes Claros. Uma entidade que recebeu um recurso de um deputado, de uma emenda parlamentar, 99% foi para pagar pessoal. E aí isso me chamou a atenção, isso me preocupou. Falei assim: "Mas espera aí. Durante seis meses, isso é para pagar pessoal durante seis meses. E depois dos seis meses?". Então assim, são questões que é da política. Essa situação das entidades, é da política de assistência social. Nós temos que discutir isso com tanta propriedade, com tanta responsabilidade, quanto nós discutimos também os nossos serviços nos equipamentos. Porque tudo isso aí é da política da assistência. Então assim, para mim, essas questões que eu estou pontuando, que perpassa tudo pelo financiamento da assistência social, para mim isso é muito sério. Muito. Você abre lá o site do MDS, você só vê lá: "Boas práticas do Criança Feliz", "Prêmio para não sei o quê", "Criança Feliz". Pra mim o governo já disse o que ele quer: ele é um governo de programas. Como é que nós vamos nos sustentar para que de fato aqui seja de serviços e que seja continuado e que ele não pode parar e que não pode parar porque tem que ser financiado, né? Aí eu quero lembrar para vocês o seguinte. Quem teve acesso ao demonstrativo desse ano, que é o demonstrativo de prestação de contas do Fundo Nacional, já percebeu mudança nele. Nunca veio, mas lá veio um item que perguntava o recurso que o município alocou naquele serviço. Então tem lá, para proteção básica, para proteção de média e alta complexidade, para todos eles tinha essa perguntinha. Isso não ia interferir na somatória não, mas tinha essa perguntinha lá. Então eles estão querendo saber o que o município está alocando de recurso para cada serviço também. Então assim, algumas coisas você percebe já que o Governo Federal está mudando algumas questões. E eu penso que a mudança não é para melhor, não. Então assim, por isso eu volto aqui a repetir que é fundamental discutir essa questão da PEC concretamente. Os municípios, as regionais, eles apontaram isso daí para nós. A Conferência Estadual, a Conferência Nacional, apontou. Agora nós temos que fazer uma proposta concreta para isso daí, para ver como que a gente pode barrar a Emenda Constitucional 95. Bom, é isso. Obrigada. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Antes de passar para a Luanda, dar um minutinho para a Rosa poder fazer a gravação

da... Já salvou, né? Luanda. CONSELHEIRA LUANDA DO CARMO: Luanda, Fetsuas-MG. Gostaria de agradecer ao professor pelas contribuições, e aí, nesse sentido, eu faço algumas reflexões também do lugar que eu estou enquanto trabalhadora, sindicalista, né? E o quanto que isso vem impactando.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Fetsuas, de qual é? CONSELHEIRA LUANDA DO CARMO: Sindicato das Psicólogas e Psicólogos do estado de Minas. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Seu nome qual é? CONSELHEIRA LUANDA DO CARMO: Luanda. O quanto isso vai impactando na política de assistência social, então é mais precisamente essas reformas que você passou por elas, né? Elas têm, elas dizem de uma precarização do trabalho, e do trabalhador da assistência, da trabalhadora. A gente teve uma questão da terceirização e da reforma trabalhista que impactaram diretamente no SUAS e na forma de contratação dos trabalhos do SUAS, e a gente vê isso refletido aqui na comissão de política chegando denúncias todos os dias de precarização de vínculo, de contratação por pregão, de falta de concursos públicos quando a gente tem, na legislação do SUAS, que os trabalhadores do SUAS devem ser contratados via concurso público. Então a gente tem todas essas questões colocadas aí. E aí, acho que como uma forma da gente contextualizar isso no campo do trabalhador e da trabalhadora do SUAS, e como que isso tem fragilizado aí os nossos vínculos. E aí, trazendo também uma reflexão a respeito do Criança Feliz, que foi algo que a gente fez muito no mandato anterior, aqui dos CEAS, na gestão anterior, em que a gente discutiu, a gente... O Ministro esteve aqui, a Secretária veio aqui e fez um esclarecimento sobre o programa, e ainda assim ficou muito presente, ficou muito... Ficou um teor muito frágil desse programa, do que a gente, do que ele mais trouxe, né? E aí eu posso falar do meu campo, que é da Psicologia, de uma teoria de condicionalidade, assim, muito frágil, muito mal embasada, e que diz da fragilidade do programa também. É um programa eleitoreiro, politiqueiro, e que no estado nós rejeitamos, né? Então... E acredito que quando a gente fala de proteção básica, a gente está falando de prevenção, que é o principal intuito mesmo, talvez, assim, quando a Natália traz isso. E aí, a gente tem que entender, e eu acho que nosso papel aqui também é lutar pelo fortalecimento do serviço da proteção básica. Nós temos serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que abrangem as faixas, podem abranger as faixas etárias do Criança Feliz, que vão tratar da primeira infância. Não é não tratar da primeira infância no SUAS, muito pelo contrário, mas com qualidade e sabendo do lugar que a gente fala, que não é o mesmo lugar onde eles buscaram embasamento teórico do programa. Então eu acho que a gente deve trazer isso, essa reflexão aqui também, porque a gente fez isso, assim, longamente aqui no CEAS, né? E entendendo, como o Bruno trouxe, assim, a gente está perdendo recurso para o Criança Feliz, está perdendo recurso do SUAS para o Criança Feliz. E muitos municípios acabam aderindo para não perder o recurso. E olha que problemático isso é.

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Passando a fala para o professor Bruno fazer as considerações finais, e já aproveitando também para pedir para que seja disponibilizado o material para os Conselheiros.

PROFESSOR BRUNO: (Trecho Incompreensível) uns trens pendurados lá, aí segunda eu mando, pode ser?

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Está ótimo.

PROFESSOR BRUNO: Bom, gente, nem sei aqui direito o que eu posso falar para vocês, né? Primeiro, eu vou tentar passar mais ou menos, geral, por tudo. Primeiro, lembrar assim, que é isso, a gente se preocupa muito com a... Porque é o seguinte. A política pública distribui recursos, ela distribui serviços, mas ela distribui outras coisas. Ela distribui poder, ela redistribui

reconhecimento, ela redistribui qualificação, ou desqualificação. Então, só lembrando isso, que o nosso espaço, ele tem que ser também um espaço de construção da nossa própria capacidade e de empoderamento dos outros. Isso é muito importante, vocês estão carecas de saber. Estou lembrando por causa do... Como é que você chama? INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Eu? PROFESSOR BRUNO: É. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: (Inaudível). PROFESSOR BRUNO: Que ele lembrou esse tema aqui. Ou seja, o espaço, para além de ser o espaço da reunião dos Conselhos e tal, o espaço para a tomada de decisões coletivas, ou seja, um espaço que ele é instrumental nesse sentido, ou seja, ele serve para que a gente possa tomar boas decisões, mas ele serve também para que a gente possa se tornar melhores Conselheiros, para que a gente possa se tornar um espaço mais igualitário, para que a gente possa distribuir melhor cidadania, no fim das contas, entre nós. Isso é importante, particularmente importante quando a gente está tendo um momento de renovação do Conselho, recebendo gente nova e tal. Eu acho que o que você lembrou é muito importante. Claro, você mencionou da... Vou tentar passar um pouquinho por causa da coisa e de vez em quando eu vou repetindo. Você mencionou as entidades, as APAES, e você tem toda a razão, porque no fim das contas, e eu acho que isso foi sábio na Lei Orgânica de Assistência Social, o Estatuto da Criança também, e do Adolescente, que é... Quer dizer, você não pode, digamos assim, fazer um novo Big Bang, vamos dizer assim. Supor, se propor a construir um sistema, no caso de Assistência Social ou de Direitos da Criança e do Adolescente, ou que seja, que ignore toda a trajetória prévia de esforços que a própria sociedade fez, aos trancos e barrancos, como você disse, inclusive, pela própria ausência do estado, de suprir minimamente o bem-estar daquelas famílias. Qual é o problema disso? O problema não, qual é a especificidade disso? É que ao se incorporar à política pública, o papel se torna um papel distinto, no sentido de que... Falar assim, só para dar um exemplo: a cultura, ela tem esse problema sério, a área da cultura. Porque ela se apoia... Como que a cultura se apoia fortemente no patrocínio, não é isso? Vocês sabem, né? Lei de Incentivo à Cultura, o esporte também. Qual é o problema disso? É que o poder, digamos assim, está no financiador e no promotor. Como eu disse, as instituições não distribuem só recursos, elas distribuem poder. Então você retira do estado os instrumentos mínimos para implementar naquela política os seus valores e prioridades importantes para aquilo. Então, no caso da cultura, um grande problema é que... Digamos, quem consegue patrocínio é quem não precisa, digamos assim. Isso é sempre um problema. E você não tem instrumentos para... A política não dá ao estado instrumentos para implementar as suas próprias prioridades. A Assistência Social é capaz, hoje, de fazer isso. Desde que esses instrumentos básicos continuem fortalecidos, que é o que nós estamos colocando aqui. Ou seja, de ser capaz de coordenar um conjunto de esforços que são públicos, mas que são também da sociedade civil. Mas eles têm que estar sob a coordenação do estado. E é isso que Sandra fala sobre as emendas parlamentares. As emendas parlamentares, o grande problema delas não é serem emendas parlamentares, é que elas, digamos assim, estão expostas a uma lógica particularista, digamos assim. Por natureza, né? Não é porque o cara é sem vergonha, necessária... Sem-vergonhice existe, mas mesmo que não seja, você... Cada... Digamos assim, cada deputado decide segundo suas próprias prioridades, aquilo que ele acha que é importante, aquilo que na sua cidade ele julga que é, sua base social. Isso, negociado. Isso. Mas eu digo assim: vamos imaginar que não tem sacanagem. Ainda que não seja, qual é o

problema? A fragmentação. Ali você não tem, digamos, um diagnóstico e um conjunto de prioridades que organizem a alocação desses recursos. No entanto, é aquele negócio: como é que é? Casa onde falta pão... Como é que é? Todo briga e ninguém tem razão. É aonde você, digamos assim, vai empurrando quando os mecanismos estáveis, previsíveis, irregulares de apoio e financiamento, vão sendo enfraquecidos. Aí é “salve-se quem puder”. “Meu filho, tem dinheiro é para esse programa aqui, ‘Criança Feliz’”. Pode ser criança feliz, adulto triste, idoso deprimido. Seja qual for o programa, tem dinheiro. O pessoal está sem receber, tem que pagar conta, tem que manter a porta aberta, se for deixar para cada um, ele vai (inaudível). Ele vai aderir. Por isso é que a solução não pode ser uma solução individual. Isso que a Sandra falou, e ela tem toda a razão, porque do ponto de vista de cada gestor, ele tem que dar conta do feijão dele, que está queimando. Não é isso? Bom, Daniel. Daniel, a sua estimativa para daqui a quatro anos é com meteoro ou sem? Não, eu entendi. Eu estou fazendo a hora com você. A tendência é a seguinte: é brincadeira. CONSELHEIRO DANIEL: Não, eu sei. Daniel, Movimento. É porque o senhor fez uma análise, né? Então, normalmente, o outro professor que eu lembro bem, que eu participei de uma palestra dele, ele deu, assim, uma leve pincelada nesse sentido de o que vai acontecer se a gente não acordar. Que a gente pensa assim: “Nada vai acontecer, nada vai acontecer”. “A assistência social teve um corte, mas todo ano tem um corte”. Mas só vai piorando. PROFESSOR BRUNO: É. É isso. A tendência é aquela rampa que eu estava mostrando ali para vocês. Em, digamos, se não acontecer nada, qual é a tendência? Ano que vem provavelmente você vai ter... Como você teve esse ano várias gambiarras de estímulo à economia, que é liberação do FGTS, cessão onerosa, isso é um tanto de gambiarra, digamos assim. E isso vai dar uma sobrevida que provavelmente ano que vem você vai ter um pequeno aumento na renda. Esse pequeno aumento na renda é um pequeno aumento muito precário com o aumento da desigualdade e uma redução da segurança. Da seguridade, perdão. Da proteção. Então, digamos assim, se não fizer nada, a tendência é, digamos assim: uma estagnação na situação atual, que é uma situação muito, muito ruim do ponto de vista social. A tendência é um pouco mais da mesma coisa, digamos assim. É, mas eu acho que, digamos assim, pelo menos no ano que vem, você tem um folegozinho que a tendência é ficar mais ou menos no mesmo pé que nós estamos agora, em dezembro. Digamos assim. É. Um negócio ali nesse plano. Não acho que a tendência é piorar. Isso. Para que chegue vivo às eleições do ano que vem. Então dê um pouquinho de dinheiro para os municípios... Assim, é um negócio para tentar sobreviver. Isso. Isso. FGTS. A tendência é isso. Mas, ao longo do tempo, a tendência, do meu ponto de vista, se não for feito nada, é isso. Ou seja, cada vez as políticas sociais estarem brigando por cada vez menos recursos, condições mais precarizadas, e, principalmente, justamente por isso que a Aiandra estava dizendo, negociando em condições piores com os governos federal e estadual. Negociando em condições piores, quer dizer, tendo que aceitar o que tiver. Por isso é que eu acho que é muito urgente uma ação coletiva dos Conselhos. Dos Conselhos. Conselho Estadual, outros Conselhos Estaduais do Brasil, os Conselhos Municipais, e as entidades profissionais. Que as entidades de trabalhadores também deveriam estar mais atentas. A Luanda lembrou isso bem, Luanda, você tem toda a razão, eu acho que as entidades de trabalhadores, as profissionais e as sindicais, né? Também tem que estar mais mobilizada, porque também, do ponto de vista do trabalhador na assistência, a tendência são... Assim, vou falar meio “caturama”, vai ter o Uber do

assistente social. CONSELHEIRA LUANDA DO CARMO: (Inaudível) PROFESSOR BRUNO: Isso. Isso. Quer com trabalho intermitente, paga por hora, faz o pregão. Aí vai ser por uma... Licitar uma cooperativa que não é cooperativa, e já está acontecendo e vai acontecer mais. Então você tem toda a razão, Luanda. E aí, pegando aqui no pacote. Luanda falou. O problema dos programas não são os programas. Podem ter programas bons, podem ter programas ruins. O Criança Feliz eu não sei. O que eu vi foi a discussão de excelente qualidade que este Conselho fez numa reunião com a Secretária Nacional de Assistência Social, que eu não sei como que a pessoa que tem um currículo daquele enterra a carreira... O currículo e a trajetória para vir propor uma coisa daquelas aqui. Mas eu... Tudo o que eu sei é aquela discussão e tal. Mas eu vi outros programas que... Queria dar o cofrinho para... Não é? O cofrinho da família. Uma vergonha, eu acho aquilo uma vergonha. O nível de paternalismo e de ignorância. Porque quem vive com o Bolsa Família, eles é quem tem que dar aula para a gente educação financeira. Quem consegue pagar as contas e se alimentar com salário mínimo ou com Bolsa Família, eles é quem tem que ensinar. O nível de paternalismo e autoritarismo que uma pessoa que concebe um programa daquele tem que fazer. Mas não é esse o problema. O problema é justamente de concepção. Qual o lugar da assistência social no sistema de proteção social brasileiro? É dar uma força? Ser a última trincheira para resgatar os... Ser o SAMU? De tentar resgatar os mortos e feridos? Ou é assumir a tarefa, que devia ser a mais nobre numa sociedade como a brasileira, de garantir os direitos de cidadania às populações vulneráveis do Brasil, porque são direitos, porque são cidadãos. É isso que... A opção, ela reflete é essa escolha. Quando você tem 200 programas excelentes, o que você está dizendo? Na verdade aqui você veio com os 200 programas excelentes. Não é se o programa é bom ou se ele é ruim. Qual é a sua concepção de assistência e qual é a sua concepção de cidadania. E isso, está ficando bastante claro, como vocês mencionaram aqui. Agora, você tendo, é isso que eu estava dizendo. Não tem nenhum problema você ter... Eu acho que tem programas ótimos. Desde que... O importante é: o que você tem que garantir para todo mundo, e o que você, para situações específicas, segmentos específicos, ou condições específicas, você tem que garantir de adicional. Desse ponto de vista, eu acho que tem que ter vários, excelentes programas. Eu posso elencar um tanto. Mas por quê? Porque eles existem sob um patamar básico em torno do qual você agrega ou complementa para atender a situações de vulnerabilidade, públicos, com necessidades ou condições específicas, objetivos... O problema é quando você substitui uma coisa pela outra. Isso aqui... É esse que é o ponto. Se eu tivesse que falar uma prioridade, e aí teria a ver com o que Sandra e Ivone colocaram, eu acho que é a Emenda Constitucional 95. Porque essa... ela inviabiliza. A Emenda Constitucional... Ah, desculpa. (Trecho incompreensível). É a Emenda Constitucional 95. Porque essa, ela realmente inviabiliza. Você tem hoje, ela é tão absurda, e já se sabia antes que era absurda, que boa parte de... Inclusive de economistas de mercado, economista de banco, economistas conservadores, já perceberam que ela inviabiliza o planejamento e a gestão pública. Estão propondo as suas próprias alternativas. Só que, o que eles estão fazendo? Em vez de propor "Vamos rever a Emenda Constitucional 95", é propondo um tanto de penduricalhos de acordo com os seus interesses específicos. Então é o seguinte: "A gente mantém a Emenda Constitucional 95, mas investimento em infraestrutura não conta para a emenda, não conta como despesa primária. Não, a gente mantém a Emenda Constitucional 95, mas isso assim, assim, fica fora". Então, no fim das

contas, vai ser quem tem poder consegue pular fora, quem não tem não pode. Por isso é que é importante discuti-la no atacado, e não no varejo. Então eu acho que se houvesse uma prioridade, é a Emenda Constitucional 95. Porque senão vai ser aquilo que eu estava dizendo: todo mundo brigando com todo mundo por cada vez menos. E ela não pode ser uma discussão de cada prefeito, de cada... E eu acho que não devia ser nem de cada política, porque ela, na verdade, põe todo mundo numa vala comum; cultura, esporte, e até mesmo saúde e educação. Porque o mínimo de saúde e educação estão preservados, mas, aquilo que deveria ser o mínimo, com a Emenda Constitucional, se torna o máximo. Então era uma discussão importante de ser feita coletivamente, inclusive, por isso que você mencionou, Aiandra, e outras pessoas aqui também. Porque nem sempre para o prefeito é visível. Gente, o prefeito tem trocentas... O prefeito... Todo mundo, mas o prefeito tem trocentas coisas, e geralmente em condições muito precárias, com muito baixa capacidade. De novo, eu sei que o Brasil é o Brasil, sacanagem existe, tem muita gente que não está nem aí, mas mesmo quem está preocupado, tem trocentas... A atenção é um recurso muito escasso para quem tem que lidar com muita coisa. Então, ser capaz de colocar esse tema na agenda pública é uma tarefa que é coletiva. Eu, assim, fico achando, e olha que eu não sou economista, falei com vocês, não consigo cuidar nem das minhas contas lá de casa. Saí do cheque especial. Mas, eu acho que hoje é um problema estruturante da política social, e que acaba sendo a desculpa para você destruir aquilo que você não gosta. Fala: "Não, o não dinheiro não dá. Nós temos que fazer alguma coisa". Então nós vamos fazer o programa, nós vamos fazer a emenda parlamentar. Já que a emenda parlamentar é o único que tem, então vai ser para aquela entidade que é meu amigo. Então, o clientelismo é filho de duas coisas: da seletividade, ou seja, você só pode fazer clientelismo quando não tem para todo mundo. Porque se tem para todo mundo, como você vai dizer: "Não, eu vou dar para você e não vou para você". E quando você não tem critérios transparentes e previsíveis, porque aí eu posso escolher. Então, quando você mina o financiamento dessa maneira, você está abrindo, você cria restrição de um lado, mas você cria oportunidades para outro. Alguém está ganhando. Ganhando no retorno da entidade amiga, do apoiador, da emenda parlamentar, do "Olha, não tem para todo mundo, mas você passa aqui e a gente conversa que para você eu arranjo". Não é isso? "Olha, não dá para fazer concurso. Concurso é público, em concurso todo mundo candidata. Mas eu vou ter que contratar um assistente social aqui em meio horário, então você tem alguém para indicar, vereador?". Não é isso? Então, o financiamento, ele tem essa coisa estruturante, porque a precariedade, a seletividade e a imprevisibilidade do financiamento abrem a porta também para o clientelismo, para o patrimonialismo, para... É isso. Acho que é isso, né, gente? Chega, né? Agora, só uma coisa, uma última coisinha que eu queria dizer. Eu falei aqui o tanto que é difícil, o tanto que nós estamos encurralados e tal, mas eu acho que é importante dizer aqui também que esse negócio de "Ninguém fez nada", não é verdade. Assim, a Anédia mesmo lembrou aqui. Quer dizer, o que chegou em termo de Reforma da Previdência naquele Congresso era uma devastação, era uma devastação. Era passar o BPC para metade e desvinculado o salário mínimo. Se deixasse, era isso. Isso foi derrotado. Então assim, também não é verdade essa ideia de que ninguém... A condução que este Conselho aqui fez em relação a não adesão e a coragem de não aderir ao Criança Feliz, foi exemplo e comentado no Brasil inteiro. Porque assim, deu um norte para muita gente. Em outros estados eu sei, porque eu conheço gente lá do

IPEA, gente que veio comentar comigo a coragem desse Conselho, justamente na falta de dinheiro, na falta de recursos. Falou: “Não, deste jeito, não. A gente precisa muito do dinheiro, mas nós não aceitamos qualquer coisa”. Então há o que fazer, e tem sido feito. As condições são desfavoráveis, mas isso é motivo para animar. Isso não pode ser motivo para “Ah, ninguém faz nada, ninguém quer...”. Não é verdade. Para você continuar tentando, vai ganhar umas coisas e perder outras. Mas assim, se não fosse o pessoal pegar o boi pelo chifre, a gente estava aqui hoje no faroeste, numa terra de ninguém. Não estamos ainda, e vamos ver se a gente consegue fazer essa travessia sobrevivendo. Como alguém disse aí alguma vez: “Se você tiver a sensação de que está atravessando o inferno, não pare de andar.” Não pare de andar. A gente não pode é parar de andar, porque senão nós vamos ficar onde estamos. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Bom, Patrícia, CREES. A gente ainda poderia discutir esse assunto por horas a fio, mas já são 17h17, eu sei que o professor tem um outro compromisso. Nossa. Então, mais uma vez, muitíssimo obrigado, professor. E que a gente possa continuar com essa parceria no próximo ano, porque a sua contribuição é excelente para o CEAS, para todos nós. Muito obrigada. PROFESSOR BRUNO: Parabéns para vocês, boa sorte, e bom ano novo para nós, né, gente? VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Então, gente, seguindo a pauta, a gente tem que discutir sobre as resoluções 685 e 686 da Rede Cuidar. Daniel? CONSELHEIRO DANIEL SANTOS: Daniel, Movimento. Então, devido ao horário que já está, acredito que essa resolução do CEAS vai gastar um pouco de tempo, e a gente está quase beirando às 18 horas, e ainda tem uma confraternização. E acredito que muitas pessoas têm outros afazeres também, depois. Então seria uma proposta minha a gente colocar essa resolução 685 para a próxima plenária. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Conselheiro, essa resolução, ela já foi feita *ad referendum* pelo mandato anterior, então ela é urgente e tem que ser tratada ainda hoje, e o nosso teto é 18 horas, então a gente vai ter que tentar fazer inscrições mais objetivas para poder conseguir concluir no horário previsto. A apresentação, a SEDESE vai fazer... Gabriela, né? Estão me colocando que é uma questão rápida também. GABRIELE, SEDESE: Gente, Gabriele, SEDESE. Eu vou falar muito rápido. O Rede Cuidar, a gente já vem discutindo ele aqui há algumas plenárias dos CEAS, então a ideia aqui é só trazer um panorama, porque aí o Rodrigo vai falar da resolução que ele aprovou para as unidades estaduais. Então é um slide só, muito rápido. Pode passar, Rosa. Só uma contextualização. Para quem ainda não conhece o Programa Rede Cuidar, ele foi instituído em lei no ano de 2017, é um programa que ele visa aprimorar as ofertas realizadas pela rede não governamental, mas também pela rede governamental, então ele tem essa participação das entidades, mas ele também contempla unidades governamentais. E até o momento ele foi voltado para as unidades de atendimento que ofertam os serviços de acolhimento institucional no estado de Minas Gerais. Então, assim como aconteceu na rodada de 2017, nessa rodada de 2019 a gente também enfocou o programa na modalidade 1 nas unidades de acolhimento que apresentavam maiores fragilidades de oferta, de acordo com o indicador que foi calculado, que ele chama ID Acolhimento. Então foram elegíveis, para o ano de 2019, para a modalidade 1, 221 unidades. Então os critérios, eles foram pactuados na CIB e foram liberados pelos CEAS, né? Então a gente teve câmaras técnicas, que discutiram esses critérios, com participação, inclusive, do Ministério Público, porque a gente tem uma inovação nessa rodada, que ela tem uma modalidade 2, que abrangeu unidades para oferta de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte,

que estão no programa de proteção lá, o PPCAAM. Então a gente teve, este ano, o aporte de recursos da Loteria Mineira, aproximadamente 11 milhões, e aí ele foi distribuído nas unidades nessas duas modalidades: Modalidades 1, para as unidades mais frágeis, no valor de 100 mil reais, Modalidade 2, para as unidades para ofertar o PPCAAM. Então, só os números aqui, eu não sei se dá para ver direito, na modalidade 1: 221 unidades elegíveis, 162 manifestaram o interesse de participar, e nesse processo todo de plano trabalho, de termo de colaboração, teve de ter aprovação do gestor para as entidades, teve de ter aprovação do Conselho também, que foi uma das questões da resolução 677 do CEAS, a resolução da CIB é a número 8, de 2019, e a do CEAS, que pactuou, é a 667, 2019. Então, dentro de todos esses critérios e dos critérios de habilitação para receber recursos públicos, 105 unidades foram contempladas na modalidade 1 com 100 mil reais. Essas 105 unidades estão localizadas em 76 municípios de Minas, 18%, 19 delas são governamentais, e 86 são não governamentais. Então, a modalidade 1 do programa contemplou 105 unidades, né, entre entidades e unidades "GOV". A resolução da SEDESE, que publicou o nome dessas entidades, saiu hoje, é resolução SEDESE número 61, de 2019. No âmbito da modalidade 2, entre as 149 unidades elegíveis, 36 manifestaram interesse em participar, 10 unidades foram contempladas com 50 mil reais. Essas 10 unidades estão localizadas em nove municípios por questão de sigilo do programa PPCAAM. Essas unidades não são publicadas. Mas foram dez unidades, só para a gente ter esse controle. Então, no âmbito dos números é isso. Foram 11 milhões, que serão repassados, então a resolução saiu hoje, e a equipe está lá, do financeiro, lançando no SIGCON para poder empenhar, liquidar, e pagar tudo esse ano ainda. A gente está à disposição para dúvidas. Eu acho que eu vou passar para o Rodrigo para ele explicar a questão das resoluções. Cristiano também está aí, se precisar fazer algum esclarecimento, Joana também. A gente está à disposição. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Cristiano, seria interessante que o Conselheiro Cristiano, enquanto superintendente da proteção especial, explique brevemente, assim, sobre o PPCAAM e quais são essas unidades de acolhimento para os demais Conselheiros. CONSELHEIRO CRISTIANO: Eu não sou tão objetivo quanto à Gabi, então, se eu falar demais, vocês me cutuquem. Mas eu vou ser rápido. A novidade dessa rodada do Rede Cuidar é a inclusão dessa modalidade 2, que ela entrou por causa de uma discussão que a gente já vem fazendo com o Ministério Público por meio do Centro Operacional de Apoio às Varas da Infância e da Juventude, que é o CAO-DCA, que é do Ministério Público, a Coordenadoria da Infância e da Juventude, do Tribunal de Justiça, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Coordenadoria dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Subsecretaria de Direitos Humanos, e nós lá da Subsecretaria de Assistência. Pra quê? Pra poder viabilizar incentivo financeiro àquelas unidades de acolhimento que recebem adolescentes encaminhados pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, que é um programa que está sob gestão da Subsecretaria de Direitos Humanos, que acionam a gente, lá da Subsecretaria de Assistência Social, quando tem um adolescente que está ameaçado de morte, que está inserido no programa e que está desacompanhado dos responsáveis. Então o estado, o estado, no caso... precisa assumir a responsabilidade de proteção desses adolescentes, porque ele precisa ser protegido, ele precisa sair do município dele, e como ele está desacompanhado dos responsáveis, ele vai para uma unidade de acolhimento. Essa parceria entre a Subsecretaria de Direitos Humanos e Assistência Social, ela já



acontece há muitos anos, mas a novidade desse ano é que agora a gente passa a repassar recursos financeiros para essas unidades. Até então, como é que era feita essa parceria? A gente recebia lá na SUBAS, na superintendência onde eu estou, a solicitação de busca de vaga para esse adolescente, a gente iniciava uma série de ligações para os municípios. Cada solicitação gerava em torno de 100 a 200 ligações, até achar uma vaga. E aí, muito com base na parceria com os municípios também, porque a gente não tinha nenhuma contrapartida financeira para município. O que a gente fez agora foi conseguir, através dessa discussão que feita na Comissão Intergestores Bipartite, no Conselho Estadual, inserir essa modalidade e construir uma rede de proteção, que são, na verdade, unidades de acolhimento, que ofertam serviços de acolhimento, normal. Só que, a partir de agora, com a adesão dessas unidades, a partir de solicitação que a gente vai receber, nós, lá na Subsecretaria de Assistência Social, iremos identificar, dentre as unidades que fazem parte dessa rede de proteção, aquela que vai receber esse adolescente encaminhado. Então, como a Gabi falou, a gente conseguiu a adesão de 10 unidades. Foi muito difícil, porque no slide que a Gabi mostrou, foram 36 unidades e entidades que manifestaram interesse, mas muitas dessas unidades que manifestaram interesse não tinham o perfil do programa e não se enquadravam nos critérios que foram estabelecidos na resolução. Por exemplo, teve unidade que manifestou interesse, mas é unidade que atende somente crianças de 0 a 6 anos, que não é o público do PPCAAM. O público do PPCAAM é normalmente acima de 12 anos. E teve unidades também que, durante o processo, desistiram de continuar participando. Várias unidades. Então a gente precisa, a partir do ano que vem, fazer um trabalho de informação também a respeito do programa, porque muitas unidades e gestores desconhecem o programa, tem muito medo de receber um adolescente ameaçado de morte, mas a gente fez, e vem fazendo essa discussão na câmara técnica, porque, na verdade, o adolescente não é ameaçado de morte, ele é um adolescente que está em risco, precisa de proteção. Quando ele é protegido por meio do programa, a ameaça fica, ele vai. Então a gente ficou muito feliz de conseguir a inclusão dessa modalidade nessa rodada do Rede Cuidar, porque é uma coisa que é inovadora. Não existe nenhum estado do Brasil que faz isso, Minas Gerais é o primeiro estado que está financiando as unidades de acolhimento para receberem esses adolescentes, então é isso. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Obrigada, Cristiano. Antes de passar a palavra para o Rodrigo, dar continuidade à apresentação, eu queria pedir só a atenção dos Conselheiros para a gente conseguir vencer essa pauta, porque ela é muito importante. Rodrigo. CONSELHEIRO RODRIGO: Rodrigo, CREES. Bem, primeiro é importante esclarecer o que é uma decisão *ad referendum*. O *ad referendum* é uma decisão tomada pela mesa diretora e pela presidência, é uma prerrogativa da mesa diretora e da presidência em matérias que precisem de resolução, que precisem de uma decisão, e de urgência, né? E que dada a urgência, não há a possibilidade de plenária para votação, que foi o que aconteceu com essas duas resoluções que eu vou colocar em questão. Nós tivemos um cronograma muito apertado. Como essa decisão, como a questão do *ad referendum* para a Rede Cuidar, que está dizendo de acolhimento, a gente está dizendo de incentivo financeiro na ordem de 100 mil reais para entidades. E vale ressaltar que... Eu não... Eu perdi se o Cristiano falou, mas se não falou, fica o registro, se falou, reforça: 60% desse valor é para aquisição de material permanente. Computador, cama, infraestrutura. Então isso vai permitir com que as unidades de acolhimento melhorem as ofertas. E 40%, materiais de consumo.

Que aí entram diversos itens. Então, a ideia deste programa é melhorar as ofertas de acolhimento. Dada a urgência do cronograma, que esse recurso, como o Cristiano e a Gabi disse, foi um recurso da Loteria Mineira, e a gente já tinha aprovado os critérios aqui, já sabíamos quando aprovamos isso, dessa discussão que o cronograma para as entidades seria um cronograma muito apertado, e aí já fica o pedido, deste ex-Conselheiro, e isso já foi dito por mim enquanto presidente na ocasião, que esses cronogramas, a gente tome cuidado para que esses cronogramas não sejam tão apertados. Que isso prejudica de forma significativa as entidades desta rodada. Nós tivemos entidades mais organizadas, porque pegamos entidades maiores, com uma capacidade de organização muito grande. Então são entidades que já estão... A grande parte, ou em dia no CAGEC, ou com a condição de se organizar muito rápido. Um corpo técnico qualificado. Então, essas questões todas, nós fizemos. Mas, nessa rodada do ano que vem, pode pegar entidades menores, que muitas vezes não sabe nem mexer no computador direito. Então é preciso dar mais tempo para que as entidades não fiquem prejudicadas com relação a um incentivo tão importante, um recurso tão importante para elas. E é papel deste Conselho zela por essa oferta, por essa qualidade. Então é preciso que as discussões sejam feitas com mais tempo, e o calendário para as entidades sejam mais elásticas. Mas a gente ficou, então, diante de um impasse: nós tínhamos que aprovar, porque senão esse dinheiro voltaria para os cofres do estado e seria gasto com ações outras que não dá a assistência, porque ele voltaria para o caixa geral. E aí, em outra linha, em outra ponta da corda, nós temos as entidades que de fato precisavam desse recurso. Então dada a urgência, foi feita a decisão, então, do *ad referendum*, eu tomei essa decisão. São entidades estaduais, são entidades de nível estadual. Grande parte dessas entidades acolhem pessoas egressas da extinta Febem, como o Cristiano disse. Só que eu tomei a decisão sozinho. Quem me conhece sabe que, sempre que possível, eu tento horizontalizar o máximo possível. Então, o que eu fiz? Chamei as entidades, que são parte interessada no processo, para entender, então, sobre o processo, a Diretoria de Processo Especial esteve presente pela pessoa do Cristiano, a assessoria lá da Janaína, através da Joana, e outros técnicos da secretaria vieram para nos explicar do que se tratava. No dia, inclusive, eu estava em Juiz de Fora, no negócio da barragem lá. Voltei. E voltei direto para essa reunião, já cheguei direto aqui nesta reunião, para então tratar. Sanadas as questões, nós tivemos uma situação muito singular. Na primeira resolução, a gente tinha um rol de ofertas, um (trecho incompreensível) de entidades, que entendia-se as entidades por CNPJ, e não por unidades de serviço. Quando entendeu por CNPJ, nós temos, então, por exemplo, uma entidade que tinha um único CNPJ, mas que tinham 8 unidades de acolhimento. Com isso, ela ia receber apenas para uma unidade. 100 mil reais. Ao passo que ela deveria receber para as 8. Nós estamos deixando, então, 700 mil reais para trás. E uma entidade, as 8 eram elegíveis neste exemplo, as 8 eram elegíveis, as 8 tinham necessidade de receber esse recurso. Não era... Falaram assim: “Ah, nós estamos privilegiando”. Não. Elas obedeciam todos os critérios elencados na CIB e pelo próprio CEAS, aprovado nas resoluções anteriores. Então eles estavam contempladas nisso. Então, nós entendemos a situação, mas entramos, então, numa questão jurídica. Era possível ou não era possível entender as unidades e não a entidade. Porque na resolução falava “entidade”. Mas quando a gente está dizendo de entidade, nós, a bem da verdade, o CEAS, e o SUAS, entende como unidade. Tem a entidade para inscrição, mas tem as unidades registradas no CadSUAS e todas as questões. O

português é tudo, né? E aí chama a atenção para as próximas resoluções, o português dessas resoluções. Vamos ter resoluções coerentes com o que a gente quer de fato abranger. Então, frente à Lei 13.019, a necessidade de receber o recurso, essas entidades receberam o recurso. Frente à escassez de recursos, frente a tudo isso, e o diálogo feito com as entidades, e a responsabilidade do CEAS para com a oferta da proteção especial, de alta complexidade, não a oferta direta, mas a nossa responsabilidade enquanto controle social, obviamente, que eu estou dizendo nesse sentido, frente a isso tudo, então, nós propusemos a resolução 685, *ad referendum*, que já contemplava, de pronto, as entidades vinculadas ao CNPJ. Ponto. Então, esse problema estava resolvido. Mas a gente não se deu por satisfeito, nem nós, nem a própria gestão da SEDESE. Quando eu falei, de manhã, que a gente tinha uma parceria, de fato foi. Acionamos a subsecretária, o diretor estava lá. Falou, as próprias entidades manifestaram, falaram assim: “Olha, isso ajuda, mas não nos atende. Isso colabora, cumpre em parte com o papel do estado, mas não resolve, e não está condizente com a responsabilidade real do estado frente às unidades de acolhimento”. Então, por quê? Precisavam ser unidades. Mas, existia, então, o esclarecimento jurídico a ser feito a respeito disso. Então, ficou a recomendação e o pedido para que, então, privilegiassem essas entidades, e observasse essa questão, que fizessem todos os esforços. É óbvio que a gente contra-argumentou, também dentro do conhecimento técnico que nós, presentes lá, temos da Lei 3019, da prova de legislação do SUAS, das relações que permeiam as entidades. Como eu disse, as entidades estavam lá presentes comigo fazendo essa discussão, acompanhando todo o processo. Então, diante desse conhecimento, falei assim: “Olha, não tem lógica vincular isso ao CNPJ. Se for por causa da questão do português, da resolução do CEAS, a gente muda via *ad referendum* também. Coloca unidades, não tem problema”. Então, de pronto, já falamos: “Olha, o que precisar do CEAS, nós vamos fazer, para que contemplem, então, as unidades, e não as entidades, tenha abrangência e entendimento”. Liguei, então, para subsecretária também, colocando a questão, expliquei para ela o meu pedido, nós conversamos. E aí, eis que um dia, 11h30 da noite, nesse dia aqui, que já era quase meia-noite, na propositura da segunda resolução 686, 11h30, para ser mais preciso, até por volta de meia-noite e meia, quase uma hora da manhã, a subsecretária e eu conversamos, a gente conversou. A subsecretária e eu conversamos, e ela me dando a notícia de que a Advocacia Geral do Estado havia dado o ‘ok’ para o nosso entendimento que seriam as unidades, e não entidades. Com isso, então, nós conseguimos abraçar e contemplar todas as unidades que estavam dentro do recurso que a gente tinha. É óbvio que algumas entidades, esse recurso só foi possível estender para essas unidades porque também houve uma sobra de recurso. Essa sobra de recurso pode sim ter sido em função das unidades, dessas unidades, outras entidades, não ter conseguido em tempo hábil resolver os problemas. Que tem problemas que são grandes às vezes, não dá. O CAGEC, são certidões. Por mais que a entidade se esforce, ela não conseguiria. Talvez não conseguiria nem em um ano resolver, mas talvez tivesse um tempo mais elástico também, algumas, duas, três, dez, conseguiriam ter contemplado. Mas objetivamente, nós então pegamos para não perder essa sobra de recurso, que eram alguns milhões, não me lembro agora quanto, mas era bastante milhão. Para não perder essa sobra, então, nós conseguimos contemplar essas unidades que estavam pendentes no CNPJ das entidades. Com isso então nós fizemos essa propositura de duas resoluções, *ad referendum* sem medo, Consolação, e o antigo Conselho, sabe pouco, fiz *ad*

*referendum* porque eu não acho que isso é uma matéria que deve ser usual, não deve ser prática de um Conselho, porque demonstra, inclusive, talvez alguma desorganização, porque a gente tem... As matérias tem que ser discutidas em plenário o máximo possível, mas sempre que as fiz, fiz com muita segurança jurídica, muita segurança técnica, muita segurança de responsabilidade, e muito diálogo para dentro deste Conselho. Mesmo não sendo plenária, algumas delas teve... Caso de matérias *ad referendum* que foram inclusive pontuadas em redes... Em WhatsApp, mídia social, grupos, para que já alinhasse algumas questões. Lógico que o WhatsApp em maneira nenhuma substitui o plenário, o voto do Conselheiro, mas foi alinhamento, para que os Conselheiros soubessem o que estava acontecendo no interior, de forma a horizontalizar e ser o mais dialógico possível. Então nós temos duas resoluções, que eu vou ler para os senhores e senhoras. Oi? Ah, está sim. Devolvo, então, para a presidente. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Patrícia, CREES. Eu sugeri colocar em discussão para esclarecer as dúvidas dos Conselheiros. Antes de fazer a leitura, a gente já tem um inscrito, Elerson. CONSELHEIRO ELERSON DA SILVA: Elerson, da Cáritas brasileira. Queria agradecer, eu acho que em um primeiro momento, o Rodrigo. Queria agradecer muito o Rodrigo, pessoal da SEDESE, porque de fato, muitas vezes você fazer uma proposta não tendo o tempo hábil, você acaba inviabilizando o acesso. Então, acho que uma coisa para a gente conversar para os próximos é justamente isso: eu acho que quanto maior o tempo, quanto maior a publicidade, e quanto maior a gente colocar esforços para favorecer a inclusão, mais entidades, mais grupos participarão. Então, o esforço aqui da Secretaria Executiva, do Rodrigo, do pessoal aqui da SEDESE no sentido de estar comunicando os Conselhos Municipais, porque, falando enquanto entidade, o que aconteceu? Eu vim para a reunião para discutir com o Rodrigo e o pessoal da SEDESE, e na reunião eu fiquei sabendo, quer dizer, a coisa se clareou de que o plano de trabalho necessitava de uma aprovação do CMAS. Então, o prazo de uma semana para você ter a aprovação do Conselho Municipal, é um prazo muito curto, porque nem todos os Conselhos Municipais se reuniam naquela semana. Tinham Conselhos Municipais que já tinham feito reuniões. Então, e muitos Conselhos só aprovaram o *ad referendum* porque o CEAS mandou um comunicado para a maioria dos Conselhos ou para todos os Conselhos do estado orientando como proceder, né? Belo Horizonte mesmo. A gente, Belo Horizonte, a gente teve que fazer um esforço danado para isso entrar em pauta, para isso entrar em pauta, e conseguimos, assim, nas duas vezes. Então, agradecer muito nesse sentido o esforço. Mas colocar isso, assim, quer dizer, é um programa nosso, de toda a sociedade, então quanto maior o tempo, maior a publicidade, maior a garantia de acesso. Então, muitas entidades, a gente tem um grupo das entidades no estado, muitas entidades de fato não conseguiram aderir por conta do tempo exíguo. Nós mesmos, da Cáritas, tivemos dificuldade para abrir uma conta em banco, de um dia para o outro. O gente do banco não quis abrir. Não dava. Eu recebi uma comunicação no final do dia, comuniquei, ele falou: "Olha, consigo abrir a conta, mas só entrego para você o comprovante no outro dia. Eu também dependo do Banco Central". Uma coisa assim. Aí é mais uma pergunta mesmo, a gente conversando entre as entidades. No PPAG desse ano, não se tinha a previsão da Rede Cuidar no PPAG desse ano. Então nós fizemos toda uma movimentação para reincluir. Então a pergunta é justamente essa, quer dizer, a gente não se mobilizou, ainda não acompanhamos. Como está a previsão orçamentária para o ano que vem? Se isso está lá, né? Porque eu sei que a discussão é um pouco na Assembleia, não sei como é que está.

Como está a discussão para o ano que vem. Uma outra coisa. O programa desse ano estabeleceu 40% de custeio, 60% de investimento, ou o contrário... É isso mesmo, né? 40% de custeio, 60% de investimento. Então a pergunta que o grupo estava fazendo: onde está estabelecido isso na resolução ou nos decretos? Que a gente não viu isso. Que 40% de custeio, 60% de investimento. Onde está fundamentado isso. Essa divisão de 40% e 60. Eu acho que é mais isso mesmo, assim. Mas, no final, assim, é agradecer mesmo isso. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Nós temos três Conselheiros inscritos. O próximo é o João, e durante a fala do João, os Conselheiros que ainda desejam se inscrever, já vão passando o nome para a gente ir anotando, tá? João. CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO: Deixa eu lembrar aqui mesmo o que eu estou representando, porque eu estou acostumado a falar CMAS, vai ser difícil de tirar isso. Mas, João, UNAPI, Pirapora. Assim, o que me incomoda é que, para a gente até aprovar a resolução, não tem problema, porque a gente não está aqui para ser contra os companheiros de entidade. É lógico que nós queremos que o recurso chegue o mais urgente. Agora, eu fiquei com uma dúvida que a minha companheira também estava. É com relação à questão das entidades contempladas com recurso. Porque assim, nós, por exemplo, do interior, numa discussão, a gente viu muito pouca entidade do interior contemplada. Aí eu queria saber um pouquinho mais o porquê, qual foi a dificuldade, por que as entidades não tiveram... Algumas, ou muitas não tiveram nem sequer conhecimento do que foi discutido. Como o recurso foi aprovado, para quem, e por quê? Porque fica difícil a gente também, do interior, às vezes não participar das discussões, ou não participar desse tipo de coisa, porque é financiamento, e tem muitas entidades no interior com condições de participar de qualquer edital, de qualquer chamamento. E assim, eu fiquei com dúvidas mesmo de como foi esse procedimento. É só para um esclarecimento. INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Aí você está falando em relação a essas que estão (trecho incompreensível)? CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO: Sim, isso. Só isso. Tá? Porque, se na realidade, eu não soube qual foi o critério, então é para gente entender qual é o critério, tá? VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Dona Anédia? Então as inscrições já estão canceladas, né? O próximo. Encerradas. O próximo, Cristiano. CONSELHEIRO CRISTIANO: Aí eu já emendo com... Vou tentar dar alguns esclarecimentos aqui, para ver se clareia mais, mas a minha fala era mais no sentido do seguinte. Realmente foi um processo muito rápido, mas que ele começa em outubro, setembro, mais ou menos, agosto. Ou até antes disso, quando começam as negociações junto à Loteria Mineira para conseguir o recurso para essa nova rodada, porque essa é uma informação importante, a Gabi falou, né? O recurso, esses milhões todos do Rede Cuidar, eles são recursos que vem da Loteria Mineira. Então, logo em outubro a gente iniciou as discussões junto à Comissão Intergestores Bipartite, aí o COGEMAS, representado aqui pela Ivone, participou também da câmara técnica que foi instituída para discutir os critérios, e aí eu estou dizendo isso e reforçando isso, por quê? Porque é bom reforçar que toda a discussão sobre os critérios de quais unidades e entidades iriam entrar, foram discutidos de forma muito democrática e transparente. Logicamente, respeitando tanto a lei do programa, que institui o programa, quanto também o marco regulatório. E aí a gente vem fazendo todas essas discussões desde outubro. Eu queria só reforçar também uma outra coisa, que é assim: a gente teve uma primeira fase, que foi a da manifestação de interesse, que a Gabi citou aqui, foram 221 elegíveis, e 162 manifestaram interesse na modalidade 1, e das 149 elegíveis da modalidade 2, 36 manifestaram interesse. E houve uma

diferença aí de duas ou três semanas entre essa primeira fase, que foi a manifestação de interesse, e a segunda fase, que foi de fato o momento em que as unidades foram habilitadas para poder entrar no sistema, preencher o plano de trabalho, assinar o termo de colaboração, abrir a conta bancária. Teve um período de três semanas aí que foram justamente em um momento importante para as entidades regularizarem principalmente a situação no CAGEC. E aí eu lembro, a gente citou isso aqui na plenária que foi feita para poder aprovar a resolução do Rede Cuidar, que já desde outubro que a SEDESE vem fazendo uma campanha nas suas redes sociais, no próprio site em relação a essa regularização das entidades. Muitas unidades e entidades ficaram de fora dessa rodada do Rede Cuidar, porque elas estavam com pendências do CAGEC. Eu vou citar um exemplo, não vou dar o nome, logicamente, do município, mas era uma que estava elegível na modalidade 2, que a gente tem mais ou menos um mês que a gente vinha ligando quase todos os dias para essa entidade, para os gestores do município, porque a gente identificou no CAGEC uma lista gigante de pendências, que se ela não conseguisse regularizar essas pendências, o estado não poderia repassar recurso para ela, ela não poderia participar. E foram dias e dias e dias, e ficou até chato, chegou uma hora que a gente teve que parar, que foi no início da semana passada, porque, depois de um mês não tinha resolvido, aí não adianta. Então tem essa informação. E a outra coisa que eu queria dizer é o seguinte: eu queria também aqui deixar registrado o meu agradecimento aqui ao Rodrigo, ao Elerson, ao Márcio, e a todos os Conselheiros que, nas últimas semanas, principalmente na reunião que a gente fez aqui para aprovação dessas duas revoluções que o Rodrigo citou, porque foi muito incansável todo esse movimento, e também a equipe da SEDESE, alguns de vocês, principalmente o Elerson, a gente acompanhou mais de perto porque ele também é Conselheiro e também representa uma das unidades que foram beneficiadas. Foi muito incansável, assim. A gente estava saindo da SEDESE 8 horas da noite. Tem duas semanas que a gente tem ficado lá trabalhando 12, 13 horas para conseguir entregar. Então o prazo foi muito corrido, mas para a gente lá foi muito cansativo também. Por quê? A gente sabia que a gente precisava pagar antes de finalizar o ano. E aí a gente conseguiu finalizar todo esse processos na quarta-feira, e como a Joana falou, hoje foi publicado a resolução e hoje mesmo a gente já está iniciando o processo de pagamento, que não é uma coisa simples, nós estamos falando de 11 milhões. É um negócio que é complicado. São 105 unidades mais 10 PPCAM. Então é um processo muito complicado. Puxando aqui na dúvida do João. João, as duas resoluções que o Rodrigo citou aqui, as entidades que aparecem ali na resolução, são entidades que são chamadas de "Gestão Estadual". Por quê? Vou dar um exemplo. A maioria delas é APAE. Lá em 1995, quando teve a extinção da Febem, o estado assumiu a tutela das pessoas com deficiência que na época estava na Febem, e aí quando o estado assume a execução desse acolhimento para essas pessoas, que elas estavam sem referência familiar e precisavam ficar num acolhimento, o estado fez parceria com organizações da sociedade civil. A maioria delas, APAE's, que é o chamado Programa Casa Lar. O estado então repassa, desde 1995, recursos para essas entidades. Hoje são 29 parcerias. 45 unidades que executam serviços de acolhimento para pessoas com deficiência, jovens e adultos, na grande totalidade egressos lá da Febem. A gente fala gestão estadual, porque é o estado que preenche o Censo SUAS dessas unidades, elas foram criadas exclusivamente para esse fim, e essas unidades também são unidades socioassistenciais, e elas foram também elegíveis para essa rodada

do Rede Cuidar, foram habilitadas para a rodada do Rede Cuidar depois de passar por todo o processo como qualquer outra unidade, só que assim como as unidades municipais precisavam de ser aprovadas pelos Conselhos Municipais, essas unidades que são estaduais, por serem estaduais, o Conselho Estadual precisava aprovar o plano de trabalho dessas unidades. Então a gente fez isso tudo essa semana passada, o Rodrigo explicou um pouco essa diferença que teve entre uma resolução e outra, por causa da questão de CNPJ, mas no final das contas, todas essas unidades que estão listadas nas duas resoluções são unidades de gestão estadual que o gestor estadual é que é o responsável. Então é o mesmo processo que aconteceu nas unidades municipais, que é a unidade lá faz o preenchimento do seu plano de trabalho, e o Conselho Municipal aprova, e o gestor da assistência social municipal, que é o secretário, aprova a parceria. No caso das estaduais, é o mesmo processo, só que o Conselho Estadual aprova o plano de trabalho, e o gestor estadual tem que aprovar a parceria. No caso dessas todas, o gestor estadual precisa entrar lá no sistema e aprovar cada uma dessas unidades. No caso dessas, o CPF que está lá é o meu, eu que fui o gestor que aprovei lá todas as parcerias para a gente poder repassar o recurso para todas essas entidades, que são chamadas de entidades de gestão estadual. Não sei se ficou claro, mas a gente pode depois conversar explicar melhor.

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Patrícia, CREES. Elerson, foi esclarecido na fala do Cristiano ou abre a fala para a Gabriela? Que ela me pediu para verificar.

CONSELHEIRO ELERSON DA SILVA: Não, foi esclarecido, tranquilo. Elerson, da Cáritas brasileiras. Só essa questão dos 40% do custeio e 60.

GABRIELE, SEDESE: Tá. Gabriele, SEDESE. Só com relação, assim, ao que o Rodrigo falou, que o Elerson também falou com relação aos prazos. A gente... É o que o Cristiano falou. O recurso, ele foi realmente sinalizado pela Loteria só em outubro, e aí, no dia 24 de outubro, a gente fez a resolução do CEAS. Foi aqui, nessa plenária do CEAS, que se foi colocado um novo critério, que é o de aprovação dos Conselhos Municipais e estaduais. Então, no momento que o CEAS colocou essa questão, que é muito importante para o controle social, a gente colocou isso. “Olha, a gente vai ter um tempo exíguo de execução, isso vai ser um desafio muito grande”. Mas eu acho que... Aí o critério foi deliberado justamente pensando nessa importância do Conselho, na fiscalização, e aí a gente aceitou o desafio de rodar o programa dessa forma. Mas eu acho que, para as próximas rodadas, é aprendizado. Em 2017 também foi a mesma coisa, eu acho que houve o repasse em 29 de dezembro. Então assim, eu acho que é um aprendizado mesmo que a gente leva para tentar espaçar, e na hora de definir esses critérios, pensar muito bem na viabilidade deles, no cronograma, enfim. Com relação aos 60/40, foi... A gestão estadual, ela precisa, ao liberar o recurso, definir, lá no orçamento, o que vai sair para custeio e o que vai sair para investimento. Então foi uma opção técnica mesmo lá do pessoal do programa e do financeiro de: se o programa está se propondo a melhorar a qualidade das ofertas, de aprimorar as unidades, e sabendo que os recursos, normalmente que são repassados via convênio, são para custeio. A unidade consegue se manter, mas ela não pode comprar material permanente. A Legislação Federal mudou muito recentemente, então foi essa a ideia: 60% investimento para trazer mais... Melhoraria mesmo de qualidade. Então cama, que cama quebra todo ano. Então cama, cadeira de rodas, colchão, enfim, computador para poder fazer o trabalho, para poder estruturar a unidade, mas também não ignorando o que a unidade precisa, por exemplo, pagar pessoal para realizar alguma das coisas que inclusive vão melhorar o ID. Por

exemplo, fazer o Plano Individual de Acompanhamento, o PIA. Então, por isso, 60/40. Pensando em incentivar o investimento, mas não ignorando que a gente tem, na realidade, problemas inclusive para pagar pessoal. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Queria aproveitar e agradecer, Gabriela, por você já ter enviado pra gente a Resolução 61 da SEDESE. Eu já encaminhei para o grupo dos Conselheiros. João, você foi esclarecido? Você gostaria que o Rodrigo complementasse? CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO: Bom, gente, na realidade, eu lembro da discussão aqui sim. A Consolação está aqui, mas passou... Não, eu sei que passou, eu só perguntei do critério porque eu não lembro se eu discuti isso, mas do critério em si, para a aprovação das entidades, você entendeu? Foi só a dúvida que eu fiquei, mas lembro da discussão aqui sim. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Então vou passar rapidinho para o Rodrigo te esclarecer. CONSELHEIRO RODRIGO: João, só queria frisar, reforçar isso, é bom reforçar para todos. No caso dessas duas resoluções *ad referendum*, nós estamos lidando com as entidades de âmbito estadual. Mas, a resolução que nós aprovamos lá atrás, não lembro o mês, acho que setembro, se não me engano. Outubro? Em outubro, diversas unidades, mais de 100 unidades de todo o estado foram contempladas. Então essa questão das unidades do interior, de ter condição, elas também foram contempladas, tá? Então não passou por aqui, não é matéria de *ad referendum*, porque é o Conselho Municipal que ia aprovar os planos dela, já fizeram, já entregaram, os Conselhos já aprovaram. Agora, o que nós estamos falando do *ad referendum* são apenas as... Essas duas resoluções, são as entidades de âmbito estadual, por isso que... E mesmo assim, também, elas estão interiorizadas, tá? Então, só frisando isso. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Bom, os Conselheiros estão esclarecidos? A gente pode passar para a leitura da resolução? Consolação, por favor? SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: Consolação. "Resolução 685, 2019, dispõe sobre a aprovação *ad referendum* do termo de adesão, termo de colaboração e plano de trabalho das entidades contempladas pelos critérios de partilha dos postos na resolução do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS, 677 de 2019, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros do Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Rede Cuidar, para o ano de 2019. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 13 da Lei Estadual 2262 de 23 de julho de 1996, pela norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, 9 SUAS, 2012, e pelo inciso 15 do artigo 21 do regimento interno do CEAS, e considerando a resolução do Conselho Estadual número 677, 2019, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade de partilha dos recursos financeiros do Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Rede Cuidar, para o ano de 2019, considerando a resolução dos CEAS 684, de 2 de dezembro de 2019, que publica as deliberações das conferências regionais e da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, considerando que 12 das entidades que atenderam o disposto da resolução do CEAS número 677, 2019, compõem a rede da oferta direta dos serviços socioassistenciais de alta complexidade não regionais do estado em razão do processo de extinção de equipamentos executados pelo estado, caso da Fundação do Bem-Estar do Menor, Febem, a partir de 1995, e do antigo Centro de Triagem e Encaminhamento Social, CETES, extintos quando algumas crianças e adolescentes à época com deficiência, no caso da Febem, e adultos com transtornos mental, com trajetória de rua, no caso do CETES, remanescentes do processo de



desinstitucionalização, permaneceram integralmente sob os cuidados do estado. Resolve, Artigo 1º, aprovar os termos de adesão, termo de colaboração e plano de trabalho das seguintes entidades”. Aí eu vou ler direto as entidades, são 12 entidades, todas elas com o público atendido, exclusivamente pessoas adultas com deficiência. “Unidade Cidadania”, que é de Belo Horizonte, unidade, todas elas de acolhimento, então “APAE Barreiro, BH, Casa Lar. APAE Frutal Casa Lar, em Frutal. APAE Lagoa Dourada, residência inclusiva. APAE Lambari Casa Lar. Unidade de acolhimento Casa Lar, Luz. Unidade de acolhimento, APAE Nepomuceno, Casa Lar. APAE Prados, Casa Lar. Casa Lar também APAE de Prata. Casa Lar 2, Rio Paranaíba. APAE São Vicente de Minas. Casa Lar 1, Tupaciguara. Parágrafo único: os Conselhos Municipais de Assistência Social, como órgão de controle social local dos municípios que sediam as entidades mencionadas neste artigo, serão informados de todo o processo para fins de acompanhamento de execução dos planos. Essa resolução entra em vigor na data de publicação 13 de dezembro”. Posso ler a outra em seguida? VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Patrícia, CREES. Como são duas resoluções de *ad referendum*, então eu vou colocar elas em votação separadamente. Em regime de votação, os Conselheiros que aprovam a Resolução 685, de 2019? Abstenções? Reprovações? Aprovado por unanimidade. Agora, passando para a leitura da Resolução 686. SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: “Dispõe sobre a aprovação *ad referendum* do termo de adesão, termo de colaboração e plano de trabalho das entidades contempladas pelos critérios de partilha dispostos na resolução do Conselho Estadual 677, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade, partilha dos recursos financeiros do Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Rede Cuidar, para o ano de 2019, em complementação da Resolução 685 de 2019. O presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 13 da Lei Estadual 2262, pela norma operacional básica do Sistema Único de Assistência. Pelo inciso 15 do Artigo 21 do regimento interno do CEAS, e considerando a resolução do Conselho Estadual 677, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade de partilha dos recursos financeiros do programa de aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Rede Cuidar, para o ano de 2019, considerando a resolução do CEAS, 684, de 2 de dezembro de 2019, que publica as deliberações das conferências regionais, e da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, considerando a resolução do CEAS 685, de 13 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a aprovação *ad referendum* do termo de adesão, termo de colaboração e plano de trabalho das entidades contempladas pelos critérios de partilha dispostos na resolução do Conselho Estadual 677, que dispõe os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos financeiros do Programa Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Rede Cuidar, para o ano de 2019, considerando que as entidades atenderam o disposto da resolução 677, compõe a rede de oferta direta do serviço socioassistenciais de alta complexidade não regionais do estado em razão do processo de extinção de equipamentos executados pelo estado, caso da Fundação de bem-estar do menor, a partir de 1995 e do antigo Centro de Triagem Encaminhamento Social, CETES, extintos, quando algumas crianças e adolescentes à época, no caso da Febem, e adultos com transtorno mental com trajetória de rua no caso do CETES, remanescentes do processo de desinstitucionalização, permaneceram integralmente sobre os cuidados estados. Considerando que as

entidades, unidades, constantes nesta resolução, foram habilitadas em decorrência do parecer jurídico da Advocacia Geral do Estado, AGE, resolve: aprovar os termos de adesão, termo de colaboração e plano de trabalho das seguintes entidades: Unidade APAE BH". Todas também, viu, gente, de público atendidos exclusivamente de pessoas adultas com deficiência. "Unidade APAE BH, Planalto, Casa Lar. Unidade APAE Benedito dos Santos, Casa Lar. As duas de Belo Horizonte. Unidade Casa Lar, Milionários, Belo Horizonte. Casa Lar Santa Tereza, também da APAE, Casa Lar BH. Casa Lar Sonhos, da APAE BH. APAE Casa Lar São Paulo, Belo Horizonte. APAE Betânia, Casa Lar Belo Horizonte. Casa Lar feminina Cristais. Casa Lar masculina, Cristais. Casa Lar 1, Rio Paranaíba. Casa Lar 2, Tupaciguara. Parágrafo único. Os Conselhos Municipais de assistência social, como órgãos de controle social local dos municípios que sediam as entidades mencionadas neste artigo, serão informados de todo o processo para fins de acompanhamento da execução do plano. Essa resolução entra em vigor na data".

VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Em discussão. O Conselheiro Daniel pediu a palavra.

CONSELHEIRO DANIEL: Daniel, Movimento da PopRua. Então, eu tenho uma dúvida. Porque aí eu estou vendo dois referendos, certo, para votação, e sendo que os dois tratam do mesmo assunto. Aí eu estou querendo só que me tirem essa dúvida, que eu não estou vendo nada de diferente uma coisa da outra. Aí eu quero entrar até mesmo no âmbito, da periodicidade também, da necessidade de votação de dois documentos sendo que os dois são a mesma coisa.

SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: O Rodrigo mencionou na fala dele que ele reuniu junto com as entidades aqui na Secretaria Executiva, com a gente, no dia 3 de dezembro, e aí foi apresentada as unidades, e foi questionado por que não poderia ser contemplada as unidades, que a discussão foi unidade e entidade. Então naquele momento foi aprovado entidades sem poder ser considerada outras unidades que tem o mesmo CNPJ. Ou seja, várias unidades de uma mesma entidade que atendem em lugares diferentes essa modalidade de Casa Lar, por exemplo. Tá? É, a APAE de BH. Até o que eu falei, Casa Lar. Ela tem várias casas lares, então várias unidades, mas ela tem um único CNPJ, que ela é a APAE de BH, mas ela atende em vários bairros. Naquele momento, o entendimento era de que não poderia ter mais de um atendimento de unidades com o mesmo CNPJ. Então passou apenas uma na primeira resolução. Isso foi o pleito do próprio Conselho, que isso fosse revisto pela secretária, ele conversou com a SEDESE, com toda a equipe, e foi mandado uma solicitação à AGE para um parecer, se poderia, qual seria, se haveria impedimento de contemplar essas unidades. O parecer foi favorável, que as unidades poderiam ser contempladas. Nova reunião, né? Então foi em 19, foi ontem, que tinha prazo, inclusive, para a questão do repasse, como falou, começou, inclusive, hoje esse repasse, e aí inseriu-se novas unidades. Então essa resolução, você tem 12 unidades de atendimento, entidades. Aqui você tem mais 11 unidades. Então, ao todo, nós estamos atendendo a 23 unidades. A diferença entre as resoluções, no final você vê que essa segunda, ela contempla que a... Nos considerando, que as entidades constando nessa foram habilitados em decorrência do parecer jurídico, porque até então elas não poderiam ser habilitadas. Então é essa é a diferença. A gente teve, no primeiro momento, a informação de que tinham várias, mas que não poderiam ser contempladas. Houve o pleito do Conselho para que sejam contempladas as unidades. A SEDESE encaminhou o parecer para parecer jurídico, e por isso retorna na outra semana. Aí saem duas resoluções, elas são para o mesmo objetivo, de aprovação de plano de trabalho, termos dessas

entidades. No entanto, são entidades diferentes, unidades diferentes que constam em cada uma delas. É isso. Não é o mesmo. Então, ao todo, a gente tem aí, que é a somatória das duas, foram aprovados 23 unidades de acolhimento que vão receber o recurso. E em datas diferentes, por isso uma é complementar. O que dispõe lá em cima numa ementa dessa... Pega lá, Rosa, para mim, por favor. Lá em cima a gente coloca "Em complementação da resolução 685". Então é isso mesmo. Ela complementa a outra. E como é complementar, eu tenho que repetir a mesma matéria, os considerando. CONSELHEIRO DANIEL. Entendo. Mas aí... Daniel, Movimento. Mas aí, no caso, quando existe essa votação desses dois documentos? Um invalida o outro? Porque, muita das vezes... Uma das minhas dúvidas era essa: porque uma coisa é você virar e fazer uma aprovação onde você pode colocar apenas duas unidades. E em outro momento você pode alocar as demais. Então, quando você, a gente faz uma votação, isso é uma coisa muito séria, porque o voto da gente é uma... Que nem eu puxo lá atrás, a responsabilidade social. Essa questão. Então entra o seguinte. O medo é; aprovando um, e aprovando esse um, vai invalidar o outro. Não, mas obrigado. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Os Conselheiros estão esclarecidas? Podemos colocar em regime de votação? Os Conselheiros que aprovam a resolução 686? Que reprovam? Abstenção? Aprovada por unanimidade. Então, gente, prosseguindo aqui, né, só com um último encaminhamento. Conselheiros. Então, atenção. É só para dar um encaminhamento à fala do Conselheiro Elerson. Em cima da sala dele, a gente sugere oficial a SEDESE, a SUBAS, solicitando informação sobre qual a previsão em relação à Rede Cuidar no PPAG do próximo ano. Os Conselheiros entenderam esse encaminhamento? Isso. Porque... Elerson, você quer complementar? No microfone, por favor. Então, o Conselheiro Elerson. Não, Sandra, então. CONSELHEIRA SANDRA DE FÁTIMA: Sandra, CMAS, Montes Claros. É porque o PPAG está em vigor, né? Eles são 4 anos. Então a proposta é na revisão do PPAG, Elerson? CONSELHEIRO ELERSON DA SILVA: Na verdade, assim... Elerson, da Cáritas brasileira. Não entendo todo o processo dessa questão de lei orçamentária. O entendimento que eu tive lá é de que, por exemplo, nós aprovamos a inclusão, a reinclusão da Rede Cuidar no PPAG. Só que isso ainda vai para a assembleia, né? Já foi aprovado? Então, essa é a pergunta que eu fiz, se já tinha ido para a assembleia, se isso já tinha sido aprovado, se isso estava previsto para o próximo ano. VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Essa é a sua sugestão de encaminhamento, né? É questionar a SEDESE qual... A SUBAS, não? SECRETÁRIA EXECUTIVA CONSOLAÇÃO: Eu entendo o encaminhamento, é a Secretaria Executiva fazer a pesquisa dessa aprovação e encaminhar para os Conselheiros o que foi, não é isso? Porque isso é, acho que é o papel da Secretaria Executiva, de munir essas informações. Pode ser? VICE-PRESIDENTE PATRÍCIA: Então, gente. Encerramos aqui a última reunião do ano de 2019. Aproveito para desejar boas festas para todos os Conselheiros. Muita prosperidade, muita paz e tranquilidade. E saúde, para que ano que vem a gente consiga retornar aí a essa luta que é o Conselho Estadual de Assistência.

<b>Conselheiros</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Assinatura</b>
Anédia Miranda Farias	Forum Estadual dos trabalhadores do SUAS	
Aloísio Soares de Lima Júnior	Cogemas	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Antônio Hugo Bento	CMAS Juiz de fora	
Claudia Maria Bortolot Falabela	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Damião Braz (Nome Social – Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de População de Rua.	
Domingos Sávio	CMAS Belo Horizonte	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Geraldo Amarildo da Silva	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS Novo Oriente de Minas	
Hermellis Messias Tirado	CMAS Campo Belo	
Isaura dos santos Lopes.	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Janaina Reis do Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
João Victor de Almeida Chaves	Seplag	
Laureci Alves de Paula	Movimento Graal do Brasil	

Luanda do Carmo Queiroga	Fetsuas	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo SSV	
Luciana Mello	SEE	
Márcio Caldeira	Assprom	
Márcio Alves Evangelista	CMAS Itabira	
Natália Ilisce Fioravante Diniz	Federação das APAES	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Sara de Souza Campos	Secretaria de Estado de Saúde SES	
Wilson de Sales Lana	SEF	